

IHU ONLINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 413 - Ano XIII - 01/04/2013 - ISSN 1981-8769



Partido dos Trabalhadores, 10 anos no poder. Um governo de esquerda?



Tales Ab'Saber:

O pacto social entre capital, trabalho e pobreza no Brasil

Renato Janine Ribeiro:

O PT mostrou que a esquerda pode ter competência para governar

Valter Pomar:

O desafio de voltar a ter uma esquerda socialista de massas

E MAIS

Marlene Tamanini:

Produções tecnológicas e biomédicas e práticas sociais e de gênero

Castor Bartolomé Ruiz:

Giorgio Agamben, genealogia teológica da economia e do governo

André Wenin:

“O início da violência acontece quando não se considera o outro como sujeito”

Partido dos Trabalhadores, 10 anos no poder. Um governo de esquerda?

Há dez anos o Partido dos Trabalhadores assumiu o governo no Brasil. A chegada ao poder de um partido de esquerda suscitou muitas esperanças e expectativas.

Uma discussão da trajetória do PT no governo, depois de uma década, é o tema de capa da revista IHU On-Line desta semana.

Participam do debate o economista e professor da Unicamp, Claudio Salvadori Dedecca, o sociólogo Francisco de Oliveira, o cientista político Luiz Gonzaga de Souza Lima, o filósofo Renato Janine Ribeiro, o cientista político Rudá Ricci, o psicanalista e ensaísta Tales Ab'Saber, o membro do Diretório Nacional do PT, Valter Pomar, o professor da USP, Vladimir Safatle, o professor da PUC-Rio, Luiz Werneck Vianna e Roberto Antonio Liebgott, vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário – Cimi do Rio Grande do Sul.

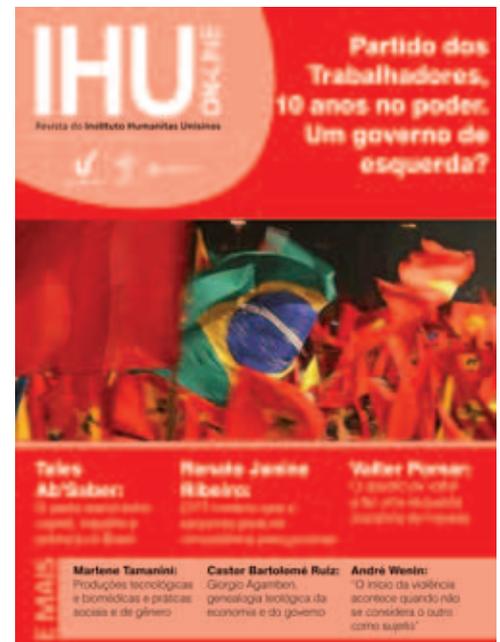
Complementa o debate uma reportagem sobre os 10 anos do governo do PT do ponto de vista de uma brasileira beneficiária do programa Bolsa Família, Maria Rita Pereira da Silva.

Ainda nesta edição podem ser lidas as entrevistas com o exegeta belga André Wenin, professor da Universidade Católica de Lovaina, que esteve na Unisinos no mês de março e com Marlene Tamanini, professora da Universidade Federal do Paraná – UFPR, que estará na Unisinos, nesta semana, abordando o tema “produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero”

A revista IHU On-Line estará disponível, nesta página, nas versões html, pdf e ‘versão para folhear’, nesta segunda-feira, a partir das 16h.

A versão impressa circulará, terça-feira, no campus da Unisinos, a partir das 8h.

A todas e a todos uma ótima leitura e uma excelente semana!



UNISINOS Endereço: Av. Unisinos, 950, São Leopoldo/RS. CEP.: 93022-000
Telefone: 51 3591 1122 - ramal 4128.
E-mail: humanitas@unisinos.br

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling.
Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br).



IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos - IHU ISSN 1981-8769. IHU On-Line pode ser acessada às segundas-feiras, no sítio www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas – Residência Conceição.

REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br).
Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (grazielaw@unisinos.br).
Redação: Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br),
Patrícia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br) e
Ricardo Machado MTB 15.598 (ricardom@unisinos.br).
Revisão: Isaque Correa (icorrea@unisinos.br).

Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR.
Projeto gráfico: Agência Experimental de Comunicação da Unisinos - Agexcom.
Editoração: Rafael Tarcísio Forneck
Atualização diária do sítio: Inácio Neutzling, Patrícia Fachin, Luana Nyland, Natália Scholz, Wagner Altés e Mariana Staudt

LEIA NESTA EDIÇÃO

TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 5 **Valter Pomar:** O desafio de voltar a ter uma esquerda socialista de massas
- 9 **Tales Ab'Sáber:** O pacto social entre capital, trabalho e pobreza no Brasil
- 14 **Renato Janine Ribeiro:** "PT permitiu que agenda social se dissociasse da agenda moral"
- 18 **Rudá Ricci:** "O PT se tornou o PCB do século XXI"
- 22 **Claudio Salvadori Dedecca:** O governo Lula e a reconstituição de uma visão nacional no país
- 25 **Francisco de Oliveira:** "Lula pensa que é o rei do Brasil"
- 27 **Vladimir Safatle:** O lulismo: uma formação de compromisso
- 30 **Werneck Vianna:** O PT no poder. 10 anos depois, "do ponto de vista da esquerda, tudo está por fazer"
- 33 **Luiz Gonzaga de Souza Lima:** A transformação do projeto político em um simples projeto de poder
- 39 **Roberto Antonio Liebgott:** "O desenvolvimentismo não combina com princípios éticos e humanitários"

DESTAQUES DA SEMANA

- 47 **Reportagem da semana:** Maria Rita Pereira da Silva: Vida de Maria e os últimos dez anos
- 50 **Teologia pública:** André Wenin: "O início da violência acontece quando não se considera o outro como sujeito"
- 55 **Entrevistas em destaque**
- 56 **Destaques On-Line**

IHU EM REVISTA

- 58 **Agenda de eventos**
- 59 **Castor Bartolomé Ruiz:** Giorgio Agamben, genealogia teológica da economia e do governo
- 63 **Retrovisor**
- 64 **Publicações em destaque**
- 65 **Sala de leitura**
- 66 **Marlene Tamanini:** Imbricações entre as tecnologias de reprodução assistida e a cultura da maternidade



twitter.com/ihu



bit.ly/ihufacebook



www.ihu.unisinos.br

Tema de Capa

Destques
da Semana

IHU em
Revista

O desafio de voltar a ter uma esquerda socialista de massas

Membro do Diretório Nacional do PT, Valter Pomar avalia que nos últimos dez anos o partido fez um governo de centro-esquerda, no interior do qual trabalhou para superar a herança neoliberal

POR GRAZIELA WOLFART

“O governismo ainda é dominante no PT. Muita gente no Partido ainda não aprendeu a diferenciar o ser governo do ser governista. É óbvio que o PT deve defender, sustentar, apoiar seus governos. Mas o papel do PT vai além disso. Os governos de coalizão, como foram os governos Lula e como é o governo Dilma, são governos em disputa. Cabe ao PT disputar seus governos, o que supõe perceber as diferenças entre governo e partido, evitando o governismo que confunde um e outro. E cabe ao PT disputar a sociedade, para acumular forças em favor de seu projeto programático, estratégico, histórico. Se não fizermos isso, vamos acabar transformando o programa mínimo de um governo de coalizão, no programa máximo do partido. Infelizmente, amplos setores do PT cometem este erro, consciente ou inconscientemente”. A análise é de Valter Pomar, membro do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, na entrevista que

concedeu por e-mail à **IHU On-Line**. Segundo ele, é preciso derrotar o discurso segundo o qual nosso objetivo é ser um “país de classe média”, “assim como esta besteira sociológica e política segundo a qual nos dez anos de governo petista milhões ‘ascenderam para a classe média’. Os que melhoraram de vida, desde 2003, são na esmagadora maioria classe trabalhadora. E devem ser vistos assim, chamados por este nome e convocados a se organizar, pensar e agir como tal”.

Valter Pomar é historiador formado pela Universidade de São Paulo – USP e mestre e doutor em História Econômica pela mesma instituição. Foi secretário de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo da prefeitura municipal de Campinas de 2001 a 2004. É membro do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores e secretário-executivo do Foro de São Paulo.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – De forma geral, como o senhor avalia os dez anos do PT diante do governo federal?

Valter Pomar – Eu faço uma avaliação positiva, porém crítica. Positiva, porque estamos melhor – política, econômica e socialmente – do que estávamos sob o governo Fernando Henrique Cardoso e porque estamos muito melhor do que estaríamos se José Serra ou Geraldo Alckmin tivessem vencido alguma das três últimas eleições presidenciais. Crítica, porque ainda não conseguimos superar a herança neoliberal, porque não conseguimos fazer as reformas estruturais necessárias para superar o desenvolvimentismo

conservador e, principalmente, porque não estamos conseguindo implementar algumas tarefas estratégicas, a saber: a reforma política no sentido amplo da palavra, a democratização da comunicação social, a politização e organização dos setores que ascenderam socialmente durante estes dez anos, bem como das novas gerações. Tarefas nas quais o governo joga algum papel, mas que no essencial são tarefas que devem ser conduzidas pelo Partido.

IHU On-Line – O que os dez anos de governo federal encabeçado pelo PT tiveram de governo democrático-popular?

Valter Pomar – A expressão democrático-popular pode ter vários significados. Se for no sentido empregado pelas resoluções do PT nos anos 1980, a resposta é: nada. Pois governo democrático-popular, no sentido empregado por aquelas resoluções, seria aquele governo que faz reformas estruturais no país, reformas de sentido antilatifundiário, antimonopolista, anti-imperialista. Se adotarmos um ponto de vista mais amplo, segundo o qual governo democrático-popular seria aquele que adota um modelo de desenvolvimento oposto ao desenvolvimentismo conservador que vigorou no Brasil entre 1930 e 1980, poderíamos dizer que nestes dez anos

ensaiamos algo nesse sentido. Mas acho que o mais adequado é reconhecer que nestes dez anos fizemos um governo de centro-esquerda, no interior do qual trabalhamos para superar a herança neoliberal.

IHU On-Line – Quais os riscos de se cair em um esquerdismo a partir das diferenças políticas existentes dentro do PT e dentro da esquerda política brasileira de forma geral?

Valter Pomar – O esquerdismo é residual no PT, mas está presente em outros setores da esquerda brasileira. De maneira muito simplificada, o esquerdismo consiste em considerar o governo Lula e/ou o Partido dos Trabalhadores como inimigo principal ou, pelo menos, como aliado do inimigo principal, como aliado do imperialismo e do grande capital. Trata-se de um equívoco similar ao que foi cometido pelos comunistas frente ao segundo governo de Getúlio Vargas, de 1950 a 1954. Há formas mitigadas de esquerdismo, por exemplo, entre setores da intelectualidade brasileira, que organizam sua análise da realidade a partir de uma premissa falsa, a saber: a de que o PT seria a força hegemônica na sociedade brasileira, confundindo governo com poder e, por tabela, atribuindo ao Partido dos Trabalhadores a responsabilidade por uma situação que decorre da hegemonia realmente existente. É bom lembrar sempre: ainda vivemos num país marcado pela herança neoliberal, hegemônico pelo grande capital e pelas forças de centro-direita. Isso não quer dizer, obviamente, que o PT não possa e não deva ser criticado, especialmente quanto à maneira como ele busca superar a herança neoliberal e a hegemonia da centro-direita e do grande capital.

IHU On-Line – Em que medida o governismo teve espaço nesses dez anos de esquerda no poder no Brasil?

Valter Pomar – O governismo ainda é dominante no PT. Muita gente no Partido ainda não aprendeu a diferenciar o ser governo do ser governista. É óbvio que o PT deve defender, sustentar, apoiar seus governos. Mas o papel do PT vai além disso. Os governos de coalizão, como foram os governos Lula e como é o governo Dilma,

são governos em disputa. Cabe ao PT disputar seus governos, o que supõe perceber as diferenças entre governo e Partido, evitando o governismo que confunde um e outro. E cabe ao PT disputar a sociedade, para acumular forças em favor de seu projeto programático, estratégico, histórico. Se não fizermos isso, vamos acabar transformando o programa mínimo de um governo de coalizão, no programa máximo do partido. Infelizmente, amplos setores do PT cometem esse erro, consciente ou inconscientemente.

IHU On-Line – Como, nesses dez anos, a esquerda petista reagiu diante da crise do socialismo soviético e da social-democracia?

Valter Pomar – A crise do socialismo soviético foi espetacular, aguda e é um fenômeno dos anos 1980, início dos anos 1990. Já a crise da social-democracia é um processo mais lento, arrastado, crônico, que vem dos anos 1980 e se estende até hoje, haja vista o desmonte do chamado Estado de bem-estar social europeu. As duas crises foram acompanhadas pela crise do desenvolvimentismo e do nacionalismo revolucionário. E, é claro, pela ofensiva neoliberal. O resultado disso tudo foi colocar a esquerda mundial num ambiente de defensiva estratégica. Todos fomos obrigados a dar dois passos atrás. Mas alguns foram além disso, e mudaram suas posições: comunistas viraram social-democratas, revolucionários viraram reformistas, social-democratas transformaram-se em social-liberais, desenvolvimentistas viraram neoliberais, nacionalistas viraram entreguistas. De maneira geral, o PT saiu-se relativamente bem do processo, pois não rompemos os vínculos com a classe trabalhadora, não abjuramos o socialismo e a esquerda, e também por isso conseguimos, nadando contra a corrente, fazer o Partido ampliar sua força eleitoral-institucional. Agora, é evidente que dentro desses marcos houve setores do PT que não apenas mudaram de posição, também mudaram de lado. Alguns, menos relevantes, saíram do PT e passaram a fazer parte do tucanato. Outros permaneceram dentro do Partido, defendendo posições social-liberais e propondo, por exemplo, uma aproximação estratégica com o

PSDB. No início do governo Lula, estes setores tiveram muita força, hoje perderam grande parte de sua influência.

IHU On-Line – Em que consiste o déficit teórico da esquerda em nosso país?

Valter Pomar – A esquerda mundial, não apenas a brasileira, possui um déficit teórico em três âmbitos principais: na compreensão do capitalismo do século XXI, na análise das experiências socialistas ocorridas no século XX e no debate acerca da estratégia. No caso específico do Brasil, isso se traduz numa baixa compreensão acerca da sociedade brasileira hoje. Prova disso é que as grandes e melhores referências de análise do Brasil seguem sendo nomes como Sérgio Buarque¹, Caio Prado Jr.²,

¹ **Sérgio Buarque de Holanda** (1902-1982): historiador brasileiro, também crítico literário e jornalista. Entre outros, escreveu *Raízes do Brasil*, de 1936. Obteve notoriedade através do conceito de “homem cordial”, examinado nessa obra. A professora Dr.^a Eliane Fleck, do PPG em História da Unisinos, apresentou, no evento IHU Ideias, de 22-08-2002, o tema “O homem cordial: Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda” e no dia 8-05-2003, apresentou essa mesma obra no **Ciclo de Estudos sobre o Brasil**, concedendo, nessa oportunidade, uma entrevista a **IHU On-Line**, publicada na edição nº 58, de 5-05-2003, disponível em <http://bit.ly/iYypBD> Sobre Sérgio Buarque de Holanda, confira, ainda, a edição 205 da **IHU On-Line**, de 20-11-2006, intitulada *Raízes do Brasil*, disponível para download em <http://bit.ly/jwktif> (Nota da **IHU On-Line**)

² **Caio Prado Júnior** (1907-1990): pensador e político brasileiro. Em 1942 publica sua obra mais importante, *A formação do Brasil contemporâneo*, sofrendo perseguições devido ao seu alinhamento político com orientação comunista, tendo seu mandato cassado dois anos depois da publicação do livro. Sua obra criou, porém, uma tradição historiográfica no Brasil, identificada sobretudo com o marxismo, buscando uma explicação diferenciada da sociedade colonial. Essa obra foi apresentada no evento **I Ciclo de Estudos sobre o Brasil**, promovido pelo IHU, em 14-08-2003, pela professora Marcia Eckert Miranda, da Unisinos, que concedeu uma entrevista à **IHU On-Line** número 70, de 11-08-2003, disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1161285> <http://bit.ly/JdcvMY>. (Nota da **IHU On-Line**)

Werneck Sodré³, Celso Furtado⁴ e Florestan Fernandes⁵. Sem entrar no mérito das contribuições de cada um, é mais do que claro que o Brasil por eles investigado é diferente do atual. E para ser mais preciso: nossa compreensão acerca das classes sociais e da luta de classes no Brasil está totalmente defasada. É em parte por isso que um partido socialista e de trabalhadores, como somos nós do PT, estamos crescentemente hegemonzados por posições desenvolvimentistas. Que são, é bom dizer, muito melhores do que o social-liberalismo. Mas são muito menos do que o PT desejava nos anos 1980 e, sobretudo, são totalmente insuficientes para enfrentar os problemas postos para o país, neste momento de crise do capitalismo mundial.

IHU On-Line – Como as transformações nas classes sociais brasileiras, principalmente a classe média, contribuem para os novos movimentos da esquerda no país?

Valter Pomar – A estrutura de classes existente na sociedade brasileira, nos anos 1970, foi revirada três vezes: primeiro pela crise do de-

seenvolvimentismo, depois pelo neo-liberalismo e, agora, pelas políticas adotadas nesta década de governos encabeçados pelo PT. A classe trabalhadora não é mais a mesma, assim como os capitalistas não são mais os mesmos. E os setores médios – termo bastante inadequado, que inclui desde trabalhadores de alta renda capazes de assalariar outros trabalhadores, até pequenos proprietários que funcionam num esquema de produção familiar – também sofreram grandes transformações.

Em minha opinião, a esquerda deve atentar para três aspectos. Primeiro, determinar melhor quem é a fração dominante na classe capitalista, ou seja, quem é nosso inimigo principal. Há um pensamento vulgar que identifica esta fração como “os banqueiros”, quando na verdade a fração dominante é financeira, com tentáculos por todos os ramos de atividade. Em segundo lugar, devemos identificar os diferentes setores da classe trabalhadora e determinar quais são os setores cuja organização é especialmente estratégica. Os metalúrgicos foram isso nos anos 1970 e 1980. E agora? Em terceiro lugar, é preciso analisar cada um dos setores que o senso comum designa como classes médias, pois ganhar para nosso lado ou pelo menos neutralizar estes setores é algo decisivo para o sucesso de um projeto democrático, popular e socialista. Tudo isso supõe, é claro, derrotar este discurso segundo o qual nosso objetivo é ser um “país de classe média”, assim como esta besteira sociológica e política segundo a qual nos dez anos de governo petista milhões “ascenderam para a classe média”. Os que melhoraram de vida, desde 2003, são na esmagadora maioria classe trabalhadora. E devem ser vistos assim, chamados por este nome e convocados a se organizar, pensar e agir como tal.

IHU On-Line – O que o senhor caracteriza como o pensamento de esquerda hoje?

Valter Pomar – Entendo que há várias esquerdas no Brasil. Do ponto de vista programático, do ponto de vista das ideias, há pelo menos quatro esquerdas. Há uma esquerda social-liberal, que está na esquerda, mas deixando de sê-lo. E há também uma

esquerda desenvolvimentista, uma esquerda social-democrata e uma esquerda socialista. Esta última é minoritária, está espalhada em várias organizações distintas e, além disso, sofre grande influência do esquerdismo. Nosso desafio é voltar a ter uma esquerda socialista de massas, que seja capaz de vincular três movimentos: as tradições populares contra o desenvolvimentismo conservador, a luta das classes trabalhadoras por políticas públicas que melhorem a vida do povo aqui e agora, e a luta socialista contra o capitalismo. A aposta que fazemos é que, dado seus vínculos com a classe trabalhadora, o petismo já foi e ainda é quem tem melhores condições de ser esta esquerda socialista de massas, à condição de que derrotemos as posições social-liberais e que enquadremos as posições desenvolvimentistas e social-democratas existentes no interior do Partido. Se não tivermos êxito, voltaremos à condição do período pré-surgimento do PT, em que a esquerda socialista era uma força minoritária, oscilando entre o sectarismo e o adesismo.

IHU On-Line – Que tipo de reformas estruturais devem ser realizadas para que se supere o desenvolvimentismo conservador?

Valter Pomar – O desenvolvimentismo conservador produz um crescimento econômico marcado por três características principais: a dependência externa, a desigualdade social e o conservadorismo político. E sua base social atual está na aliança entre as distintas frações do empresariado capitalista, com parcelas dos setores médios e dos trabalhadores assalariados. O que chamamos de reformas estruturais? Exatamente aquelas ações que afetam, atingem, desfazem o poder econômico, político e ideológico do empresariado capitalista; e que, pelo contrário, fortalecem os setores sociais dominados. Por exemplo, reforma tributária, reforma agrária, reforma urbana, políticas sociais universalizantes, quebra dos grandes monopólios privados, democratização da comunicação social, reforma do Estado, inclusive reforma política, integração regional etc.

IHU On-Line – Como definir a esquerda política latino-americana?

3 Nelson Werneck Sodré (1912-1999): historiador, crítico literário, memorialista e general do Exército, foi um dos mais profundos estudiosos da sociedade brasileira. Influenciou gerações com seus livros e centros de análise, como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). (Nota do IHU On-Line)

4 Celso Furtado (1920-2004): economista brasileiro, membro do corpo permanente de economistas da ONU. Foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e membro da Academia Brasileira de Letras. Algumas de suas obras são *A economia brasileira* (1954) e *Formação econômica do Brasil* (1959), apresentadas pelo Prof. Dr. André Moreira Cunha (UFRGS) em 11-09-2003 no evento *Ciclo de Estudos sobre o Brasil*. A editoria *Entrevista da Semana* da revista *IHU On-Line* edição 155^a, de 12-09-2005, repercutiu a criação do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, na Finlândia, com entrevistas a diversos especialistas. Confira em <http://migre.me/BhSp>. (Nota da IHU On-Line)

5 Florestan Fernandes (1920-1995): considerado o pai da sociologia brasileira, tem como principal obra o livro *A revolução burguesa no Brasil*, apresentado no I Ciclo de Estudos sobre o Brasil, promovido pelo IHU em 9-10-2003, e comentado pelo Prof. Dr. Carlos Águedo Nagel Paiva, pesquisador na FEE, que concedeu uma entrevista à *IHU On-Line* n° 78, de 6-10-2003. (Nota da IHU On-Line)

Nossa experiência atual tem mais a aprender com Allende ou com Che Guevara?

Valter Pomar – A esquerda latinoamericana se subdivide em várias. O que nos unifica? Por um lado, a luta contra o neoliberalismo, por outro lado a defesa da integração regional. Agora, apesar das diferenças, as esquerdas latino-americanas atuam em marcos históricos distintos daqueles que, em outras épocas, permitiram adotar a insurreição, a guerra popular e a guerra de guerrilhas como vias de tomada do poder. Os processos que estamos vivendo, desde 1998, na América do Sul, principalmente, enfrentam dilemas que já foram vistos noutras situações, por exemplo, durante o governo da Unidade Popular chilena. Claro que atuamos em uma situação histórica distinta daquela existente em 1970-1973. Porém as questões fundamentais a estudar e debater não se alteraram: a composição e o programa do bloco histórico popular; a combinação entre a presença no aparato de Estado e a construção de um contrapoder, especialmente no caso das Forças Armadas; como lidar com a atitude das classes dominantes, que, frente a ameaças a sua propriedade e a seu poder, quebram a legalidade e empurram o processo em direção a situações de ruptura; a maior ou menor maturidade do capitalismo existente em cada formação social concreta e a resultante possibilidade de tomar medidas socialistas. A grande novidade, que incide sobre os termos da equação acima resumidos, é a constituição, entre 1998 e 2013, de uma correlação de forças na América Latina que permite limitar a ingerência externa. Enquanto exista esta situação, será possível especular teórica e praticamente acerca de uma via de tomada do poder que, ainda que também revolucionária, seja diferente da insurreição e da guerra popular. Claro que temos muito a aprender com Che⁶. E também com Lenin⁷,

⁶ **Ernesto Guevara de la Serna** (Che Guevara ou El Che - 1928-1967): um dos mais famosos revolucionários comunistas da história. Confira a Revista **IHU On-Line** edição 239, de 08-10-2007, disponível em <http://migre.me/2pebG> para maiores detalhes. (Nota da **IHU On-Line**)

⁷ **Vladimir Ilyitch Lenin** (1870-1924): originariamente chamado de Vladimir Ilyitch Uliânov. Revolucionário russo, res-

ponsável em grande parte pela execução da Revolução Russa de 1917, líder do Partido Comunista e primeiro presidente do Conselho dos Comissários do Povo da União Soviética. Influenciou teoricamente os partidos comunistas de todo o mundo. Suas contribuições resultaram na criação de uma corrente teórica denominada leninismo. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line – O que deveria ser levado em conta ao se fazer um balanço das experiências socialistas, social-democratas e nacional-desenvolvimentistas do século XX?

Valter Pomar – Tem muita coisa a levar em conta, mas o fundamental é perceber como o capitalismo se adaptou, cercou, sufocou, deformou e limitou cada uma destas experiências. Dizendo de outra maneira: para nós que defendemos superar o capitalismo, é preciso descobrir como o vírus sofre mutações que o fazem sobreviver. Claro que o problema se coloca de maneiras diferentes. O nacional-desenvolvimentismo não era anticapitalista; algumas de suas variantes buscavam ser anti-imperialistas. Já a social-democracia era originalmente anticapitalista, assim como o comunismo soviético. Ambos tiveram que construir *modus vivendi* com o capitalismo, sendo que no caso do comunismo soviético havia o propósito de conviver para superar em definitivo o capitalismo. Mas o que ocorreu ao final das contas foi o contrário: o capitalismo sobreviveu. A pergunta é: por quais motivos? E o que pode ser feito para que novas tentativas de construção do socialismo não incorram

em grande parte pela execução da Revolução Russa de 1917, líder do Partido Comunista e primeiro presidente do Conselho dos Comissários do Povo da União Soviética. Influenciou teoricamente os partidos comunistas de todo o mundo. Suas contribuições resultaram na criação de uma corrente teórica denominada leninismo. (Nota da **IHU On-Line**)

⁸ **Mao Tsé-Tung**: (1893-1976): ditador, político, teórico, líder comunista e revolucionário chinês. Liderou a Revolução Chinesa e foi o arquiteto e fundador da República Popular da China, governando o país desde a sua criação em 1949 até sua morte, em 1976. Sua contribuição teórica para o marxismo-leninismo, estratégias militares, e suas políticas comunistas são conhecidas coletivamente como maoísmo. Chegou ao poder comandando a Longa Marcha, formando uma frente unida com Kuomintang (KMT) durante a Guerra Sino-Japonesa para repelir uma invasão japonesa, e posteriormente conduzindo o Partido Comunista Chinês até à vitória contra o generalíssimo Chiang Kai-shek do KMT na Guerra Civil Chinesa. (Nota da **IHU On-Line**)

no mesmo desfecho? Um bom começo é evitar o discurso da irreversibilidade dos processos revolucionários. E, principalmente, recuperar o modo de pensar clássico do marxismo acerca do capitalismo como processo contraditório, cabendo a nós desenvolver estas contradições, buscando no centro da própria engrenagem a contramola que resiste e supera. Esta “mola” é a luta política e social da classe trabalhadora: só ela permite um desenvolvimento capaz de superar, seja o neoliberalismo, seja o desenvolvimentismo conservador, seja o capitalismo.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar mais algum comentário sobre o tema?

Valter Pomar – Eu acrescentaria que estamos num momento fantástico, tanto da história do Brasil quanto da história regional e mundial. A crise do capitalismo, o declínio da hegemonia dos Estados Unidos, o deslocamento geopolítico em direção à Ásia, criaram uma instabilidade muito perigosa, mas ao mesmo tempo é esta instabilidade que nos permite dizer que o jogo está sendo jogado, que as alternativas estão sobre a mesa, que muito pode acontecer, inclusive nada como diria o Barão, e que as soluções estão sendo construídas aqui e agora, pelo que estamos fazendo dentro de cada país e por aquilo que cada Estado está fazendo na arena internacional. Nosso desafio como esquerda brasileira, especialmente o desafio dos petistas, é estar à altura destas circunstâncias. E fazer o que precisa ser feito, não apenas para que o povo viva melhor, não apenas para superar o neoliberalismo, não apenas para superar o desenvolvimentismo conservador, mas também para recolocar o socialismo como alternativa prática para os problemas da maioria do povo. Se nós do PT não conseguirmos isto, teremos que esperar muitas décadas para que se abra uma nova janela histórica. Agora, para conseguir isso será preciso superar uma tradição da história brasileira: a de mudar conciliando e preservando grande parte das relações sociais do passado. Sem esquerdismo, sem voluntarismo, sem desconsiderar a correlação de forças, mas também sem cair nesta desastrosa tese segundo a qual sempre é melhor um mau acordo do que uma boa brigada.

O pacto social entre capital, trabalho e pobreza no Brasil

Para Tales Ab’Sáber, os dez anos de PT no poder marcam uma espécie de social democracia mínima, que levou à verdadeira hegemonia política lulista ao final de seu segundo mandato, em 2010

POR GRAZIELA WOLFART

“O Fla-flu político-ideológico para a manutenção do governo Lula, e para a afirmação de seu sucesso, desmobilizou um tanto das exigências sociais críticas da própria esquerda, que passou a nivelar expectativas e desejos por baixo, se aproximando fortemente da ordem conservadora, o que, para um país com déficits, como é o Brasil, não é bom. Além disso, a política, o manejo cotidiano da vida pública, regrediu abertamente a um estado generalizado de complacência com a corrupção e a incompetência; ou a esquerda se instalou finalmente na fratura exposta da política fisiológica brasileira”. A descrição é do professor da Unifesp, Tales Ab’Sáber, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

Segundo ele, “pela primeira vez o Brasil sentiu a força ideológica da soma de democracia, mercadoria e emprego, de modo que esta experiência, a do capitalismo integrado, vinda muito tardiamente e do todo, repercutiu sobre todo o povo brasileiro. Em termos políticos clássicos, o líder popular apoiado

pelo que restou da esquerda, com vínculos sindicalistas fortes, comandou um imenso processo de *aceitação* da hegemonia – como dizia Gramsci – do modo de ser do capitalismo contemporâneo por estas bandas, cacifando a vida ruim dos pobres no Brasil com o acesso a celulares, tevês de plasma e carros populares, de modo que todos, trabalhadores e mercados, ficaram satisfeitos”.

Tales Ab’Sáber, psicanalista e ensaísta, é professor de Filosofia da Psicanálise na Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. Formado em Cinema pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – USP, é mestre em Artes pela mesma instituição. Também é psicólogo pelo Instituto de Psicologia da USP, onde defendeu doutorado sobre clínica psicanalítica contemporânea. É membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. É autor de, entre outros, *Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica* (São Paulo: Hedra, 2011) e *A música do tempo infinito* (São Paulo: Cosac Naify, 2012).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Passados 10 anos, como era o Brasil antes e como é agora, depois da passagem do PT pela Presidência da República?

Tales Ab’Sáber – Não há dúvida de que houve um pequeno salto de civilização no Brasil nestes dez anos. Mas acredito que, de fato, pequeno. O fato de o governo petista ter insistido, através de práticas econômicas e sociais de inclusão social, mas também através de uma política fortemente simbólica a respeito desta inclusão – principalmente nos dois governos Lula – no compromisso do Estado e da nação com a inser-

ção social das massas pobres brasileiras, e os bons resultados econômicos e simbólicos destas políticas, que também dizem respeito ao *lugar do Brasil no mundo*, talvez tenham estabelecido como definitiva a necessidade de que o crescimento econômico nacional esteja atrelado e comprometido a uma simultânea dinâmica social de transformação e inclusão. Se isso for verdade, a irreversível dinâmica nacional de associar crescimento e integração social, o Brasil ganhou um ponto muito importante no processo de sua modernização real atrasada.

Crescimento com inclusão

Até muito recentemente não havia garantias políticas nem a perspectiva de que a máxima concentração de renda tradicional brasileira e o desprezo das elites brasileiras pela vida popular levassem a uma solidificação desta posição: a do crescimento com inclusão. As elites brasileiras conceberam por duzentos anos um país sem este tipo de velevidade civilizatória – e nos primeiros 66 anos do país ainda se deram ao grande luxo antimoderno de ser uma elite de senhores de escravo, em pleno século XIX – e, sendo assim, podiam manter a vida do país no re-

gime da máxima concentração, como sempre foi, por que não? Esta conquista, que talvez seja a principal dos governos petistas, é fruto dos processos políticos competitivos da democracia de massas, que envolveram o próprio surgimento e desenvolvimento do PT, e da orientação popular, ou *neopopulista de mercado*, como escrevi sobre Lula, dos últimos tempos.

No entanto, tal inserção social ainda é muito incompleta e foi acompanhada de imensas mazelas, tanto políticas quanto culturais. De fato ela não está garantida, e pode ser revertida por um novo ciclo de acumulação capitalista no país. Ainda, por outro lado, a inserção dos pobres, exclusiva e preferencial via consumo, ilude com o acesso ao mercado e seu fascínio pelas coisas. O que seria, na prática, uma vida decente para os pobres no país, o que, se considerarmos as garantias básicas de direitos cidadãos, como educação, saúde, transporte e moradia decentes, absolutamente não é verdade. Também, o Fla-flu político-ideológico para a manutenção do governo Lula, e para a afirmação de seu sucesso, desmobilizou um tanto das exigências sociais críticas da própria esquerda, que passou a nivelar expectativas e desejos por baixo, se aproximando fortemente da ordem conservadora, o que, para um país com déficits, como é o Brasil, não é bom. Além disso, a política, o manejo cotidiano da vida pública, regrediu abertamente a um estado generalizado de complacência com a corrupção e a incompetência; ou a esquerda se instalou finalmente na fratura exposta da política fisiológica brasileira. Sem falarmos no rebaixamento cultural mais amplo e irrestrito, onde se insere inclusive, e principalmente, a classe média alta e os ricos nacionais, satisfeitos de modo caipira e bem desinteligente com um mundo imediato de consumo de quinquilharias do luxo mundial, e com a vida voltada para um hedonismo o mais barato concebível. Desse ponto de vista, a *política geral das humanidades* da esquerda no poder, de fato bem liberal, nos últimos dez anos, não pode ser considerada suficientemente boa.

IHU On-Line – Passados 10 anos, como era o PT antes e depois

“A história do PT depois da sua chegada ao poder federal é uma mistura de ‘uma montanha russa com uma casa dos horrores’”

da passagem pela Presidência da República?

Tales Ab’Sáber – A história do PT depois da sua chegada ao poder federal é uma mistura de “uma montanha russa com uma casa dos horrores”. A transformação acelerada do PT em um novo tipo de *partido tradicional brasileiro* teve início com as decisões de *real politique* levadas a cabo para eleger Lula em 2003: alianças com partidos tradicionais, de centro e até de direita, para garantir uma coalizão governista e maior tempo de TV, e a aceitação de uma aberta *política da imagem*, da espetacularização dos atributos do líder Lula, para operar seu novo e alavancado *carisma pop* junto à vida popular, o que ocupou o lugar das antigas políticas de esclarecimento e exigências públicas críticas, que sempre distinguiram a atuação, *iluminista e inteligente*, do PT na política brasileira.

O PT ganhou a eleição exatamente no feitiço, propagandístico e de espetáculo no lugar da política, que foi o de seus adversários de direita, Collor ou Fernando Henrique, em pleitos anteriores. E este modo de partir para os efeitos alienantes e acrílicos da nova *política da imagem*, ancorada no potencial carismático do líder, já era, em meu entender, uma conversão política bem radical do Partido dos Trabalhadores aos novos tempos. No poder, o partido aceitou as decisões conservadoras sobre a política econômica, dando garantias de contratos ao grande capital, aceitou a gestão fisiológica, e mesmo corrupta, da máquina política de Brasília, expulsando inape-

lavelmente a esquerda do partido, e liberou Lula para ser o garoto propaganda, regressivo e fetichista, da *imagem* de seu próprio governo.

Aumento da renda com foco no consumo

Tudo isso era compensado pelo projeto de acelerar o aumento da renda dos pobres, orientado para o consumo. Em 2005, em um episódio de imensa incompetência no manejo dos compromissos assumidos, veio a crise grosseira do mensalão, escancarando publicamente a nova ordem de práticas, de fato as mais velhas conhecidas no Brasil, do novo PT do poder. José Dirceu caiu, e com ele todo o núcleo central do partido que orbitava junto a Lula. O partido saiu marcado por uma contradição realmente insolúvel para a sua história: ele era o novo grande promotor de práticas corruptas, e de apropriação de riqueza pública na política brasileira. Rompeu-se a última barreira, acelerou-se a montanha russa, surgiu, para mim e para muitos, a casa dos horrores. Lula saiu a campo para defender em um corpo a corpo de imagem seu governo combatido e que corria riscos, e neste momento a conversão à política do espetáculo foi de grande importância; o PMDB passou a ser o regulador da real política petista no congresso; Lula ficou maior que seu partido – cujos nomes principais tinham que se haver com polícia e tribunais – e após os sucessos de sua política de transferência de renda e crédito para os pobres, no segundo mandato, ele determinou, de modo meio imperial, mas com tino político perfeito, a renovação forçada do partido, sustentando a neófita política Dilma Rousseff e, no ano seguinte, o novíssimo quadro petista Fernando Haddad, em São Paulo. Dialeticamente, e curiosamente, a gigantesca crise do Partido dos Trabalhadores coincidiu com o tempo do governo de Lula – e, dada a contradição radical com sua própria história, creio que não poderia ser diferente –, o que precipitou sua efetiva renovação, e acabou fazendo com que o partido sáisse um passo na frente na necessária renovação geral da vida política brasileira.

Nada disso impediu que uma parte significativa dos companheiros petistas, que escaparam à degola do

mensalão, enriquecesse abertamente em um processo de franco aburguesamento com o período no poder. O caso de Antonio Palocci se recusando a declarar as empresas que lhe pagaram milhões por *assessorias*, nas vésperas de sua entrada para o governo Dilma, de modo que o político abriu mão do ministério, mas não do dinheiro e dos negócios, é bastante exemplar a este respeito. O da secretária de Lula indicando amigos para órgãos reguladores e demandando deles, muito à vontade, sucessivos favores em dinheiro, é outro. E neste processo, mais uma vez, os petistas apenas confirmaram o movimento mais geral e muito tradicional da política brasileira, o que quer dizer, em outras palavras, que outros partidos, incluindo aí o refinado PSDB, não fariam melhor.

IHU On-Line – Quais os mecanismos utilizados pelo PT para se manter tanto tempo no poder Executivo federal dentro de uma democracia direta? Qual a importância das alianças e da política de coalizão nesse sentido?

Tales Ab’Sáber – Creio que os mecanismos usados para o predomínio petista, que é a própria configuração do governo, foram as quatro posições assumidas pelo governo Lula: 1) aceitação da *real politique* fisiológica e arcaica brasileira, 2) manutenção dos contratos e dos preços do capitalismo financeirizado brasileiro de então, com autonomia e garantia de gestão pró-mercado do Banco Central brasileiro, 3) políticas de investimento e de aumento de renda, via transferência e via crédito, para os muitos pobres, visando a dinamização e o aumento do mercado interno e 4) aberta e calculada *política da imagem* de Lula, junto aos pobres e à indústria cultural global, ao ponto dele chegar a alcançar um novo nível de mistificação política, o do *carisma pop*. Com estas ações se produziu um novo e raro *pacto social* entre capital, trabalho e pobreza no Brasil, em uma espécie de *social democracia mínima*, que levou à verdadeira hegemonia política lulista ao final de seu segundo mandato, em 2010.

Sobre a política de coalizão: no Brasil ela coincide com a cessão, em

“Neste processo [do mensalão], mais uma vez os petistas apenas confirmaram o movimento mais geral e muito tradicional da política brasileira, o que quer dizer, em outras palavras, que outros partidos, incluindo aí o refinado PSDB, não fariam melhor”

regime de “porteira fechada”, de grandes “nacós” do poder público e do Estado, para a gestão privada, eu diria quase privatizada, do partido que faz parte da aliança governista e que recebeu a benesse nos jogos do poder, de modo que as ações destas verdadeiras partes autônomas do poder de Estado não estão sincronizadas ou afinadas com a política geral do governo majoritário. Nosso presidencialismo de coalizão produz uma política privatizada para os partidos, cuja gestão da coisa pública é, em geral, incompetente e fortemente corrupta. Esta estrutura institucional, da própria política, tem imensos custos para o país, e pode levar a grandes instabilidades e crises. Ela teria que ser redesenhada, mas todas as forças políticas se igualam e estão satisfeitas nela, desde que o PT passou a fazer parte e dar legitimidade para o clube da partilha do Estado. Lula estabeleceu este estado de coisas, não muito diferenciado do

modo tucano de acolher o PFL em seu governo, e Dilma foi obrigada a fazer o teatrinho da faxina política, que apenas troca um gestor incompetente e corrupto de um dado partido, por outro igual, do mesmo partido.

IHU On-Line – O senhor afirma que “o mensalão é a instalação do PT na política de direita brasileira”. Desde quando o PT deixou de ser um partido de esquerda?

Tales Ab’Sáber – Desde quando o PT assumiu, de modo conservador, que sua tarefa histórica é a modernização do capitalismo brasileiro, buscando ser o fio da meada de um pacto social difícil, dada a imensa disparidade de poder entre as classes no país. Ao assumir esta posição, no governo, o PT liquidou o lugar histórico do PSDB – que era exatamente este, mas sem compromisso social forte – com o adendo de que o partido tucano seria o tampão para barrar, pelo centro, a chegada do PT, então sentido como anticapital, ao poder. E não por acaso o partido também se aburguesou, e se tornou corrompível no poder, o que tem muita lógica com o projeto assumido.

O sucesso amplo de tal posição política petista junto ao grande poder e ao grande dinheiro nacional também significou o rebaixamento geral das práticas, e mesmo das expectativas culturais exigentes, do velho PT ao ramerrão geral da baixaria, tradicionalmente própria das elites brasileiras. Este foi o *outro pacto social: o do encontro da baixa cultura de elite com a regressão cultural petista satisfeita*. Mas que pode significar isto, se os pobres estão satisfeitos no consumo, os ricos estão liberados e felizes, e os companheiros de Lula enriquecem com os bons negócios do Estado? A regressão cultural é, desse modo, hegemônica.

IHU On-Line – Quais os principais efeitos políticos regressivos que a “política do absurdo para salvar a própria pele”, como o senhor definiu a atuação do PT no mensalão, pode provocar?

Tales Ab’Sáber – Para mim o que houve de mais lamentável no inteiramente lamentável episódio histórico do mensalão foi a incapacidade total

do PT, e do governo Lula, de politizar de modo afirmativo e verdadeiramente progressista o fato de homens do partido terem sido apanhados em práticas ilegais, e que eram, até então, endêmicas no país. O fato do partido se ver envolvido em práticas corruptas, de circulação de dinheiro não contabilizado, com origem em fontes públicas, para a gestão da política nacional, e de ser exatamente este o estado generalizado das coisas políticas entre nós, era forte o suficiente, expressivo o suficiente, exemplar o suficiente, para produzir uma ação política propositiva e transformadora deste estado de coisas, para precipitar, a partir do protagonismo histórico do PT, e sua autocritica exigente, uma reforma política que banisse definitivamente tal estado de degradação e submissão da vida política nacional aos jogos e diretos do dinheiro. O PT, por estar no centro do lugar em que todos estavam, e por sua grande história de negação ética destas mesmas coisas da política brasileira em que estava envolvido, podia, e eu diria, tinha mesmo a obrigação, de propor uma mudança na regra do jogo que corrompera o próprio partido, o que o instalou na política de direita brasileira. Mas isso não ocorreu. Que posição o partido e o governo tomaram? A que havia verdadeiramente de pior no espaço e nas tradições políticas brasileiras. Apanhados em graves ilícitos, com provas fartas a partir da denúncia de um político, de direita, participante ativo do esquema, o PT, sem nenhuma crítica ou autocritica, produziu uma negação geral dos fatos, e demandou do Supremo a tradicional impunidade dos poderosos brasileiros... Não apenas o partido foi apanhado em ato de circulação de dinheiro ilegal – como um velho Maluf qualquer, digamos assim de modo metafórico – como ao negar explicitamente o inegável, e exigir a indevida impunidade, apostando na degradação institucional e política a favor do poder, o partido se comportou inteiramente, efetivamente, em toda a linha, como um Maluf qualquer... Não apenas as práticas, mas toda a ação simbólica foi de direita, e o resultado institucional e político do *affaire*, se estes políticos regressivos vencessem o jogo, seria a reafirmação da impunidade da justiça brasileira para os poderosos, um dos mais graves males de

“Mas que pode significar isto, se os pobres estão satisfeitos no consumo, os ricos estão liberados e felizes, e os companheiros de Lula enriquecem com os bons negócios do Estado?”

nossa democracia danificada... O PT jogou inteiramente na regressão, contra sua história, e contra toda expectativa de vida política inteligente no partido, e contra o país, demandando a impunidade das elites, a mesma que degrada a vida da justiça e da política brasileira, tornando-as mafiosas, igualando-se a um Maluf qualquer, aquele que, condenado, continua dizendo nunca ter sido condenado. Por isso falei em “a aposta em uma política do absurdo para salvar a própria pele”, neste episódio lamentável em toda extensão e profundidade que podemos alcançar. Com estas ações públicas o PT se fez idêntico, em todos os passos, antes durante e depois, ao modo de ser da direita brasileira. E, por isso, há profunda coerência na foto, exigida pelo político de direita, de Lula cumprimentando Maluf no jardim de sua mansão, que revelou aos petistas escandalizados aquilo que cuidadosamente eles tentam ocultar de si mesmos. Uma atuação política pública desastrosa em toda linha, horrível e lamentável, além de, não por acaso, incompetente e derrotada.

IHU On-Line – Qual é o partido que pode ser considerado de esquerda hoje no Brasil?

Tales Ab’Sáber – Se há alguma esquerda, que sustente algum grau de crítica ao modo de ser do capitalismo contemporâneo, ela está fragmentada e se tornou de fato irrelevante, pelas próprias má avaliações do mundo e do tempo. Um mínimo grupo de sindicalistas que anima um partido nanico, com segundos na tevê, como ocorre no Brasil, não é de fato uma esquerda digna das grandes tradições críticas e da intensidade política da tradição. Além disso, temo fortemente pelo mal entendimento das práticas de poder e de alienação muito avançadas na técnica do mundo de hoje, que creio que a esquerda de fato não sabe conceber, realística e criticamente. Por não saber pensar estas coisas – a indústria da diversão, o poder do fetichismo da mercadoria, a submissão sadomasoquista à indústria cultural – a esquerda, quando se aproxima do poder, faz um pacto apressado e mimético com elas. A única esquerda à altura do tempo efetiva entre nós, mas irrelevante para a política real e partidária, me parece ser a esquerda de alta exigência teórica e crítica que se protegeu na universidade. A voz desta vida intelectual de esquerda deveria poder alcançar de algum modo a vida pública mais ampla.

IHU On-Line – Como definir o que seria o pensamento de esquerda política em nossos dias?

Tales Ab’Sáber – Existe uma *new left* mundial que tem alguns parâmetros importantes para o pensamento de esquerda, como orientar o crescimento global e a crítica ao poder a favor das massas violentadas e alienadas em injustiça presentes em todo o mundo, ao mesmo tempo em que ela não cede da crítica racional e exigente às mazelas do capitalismo ali onde ele se tornou universal. Esta esquerda mantém viva uma avaliação muito rigorosa das contradições e novas ordens de violência do momento atual de globalização do capital e dos mercados e de redução dos espaços de potencial democrático assim como das novas tecnologias de informação a espaços de mera circulação da mercadoria e de seu sistema do espetáculo, de imagem lixo, baixa informação e fofocas. Em geral, trata-se de uma crítica independente e universitária, mas

é uma reserva de racionalidade e exigência de valores humanos que pode ser ativada em algum momento de falência e de crise da acumulação do capital, o que ocorreu, por exemplo, em 2008. Obama, que chegou ao poder nos Estados Unidos por causa da crise real do capitalismo mundial, promovida pelos grandes terroristas de Wall Street, era alimentado e informado por parte desta esquerda acadêmica norte-americana. De todo modo, já é plenamente possível falarmos de uma verdadeira crise do pensamento político de direita em nossos dias.

IHU On-Line – Como se deu o processo da integração capitalista brasileira? O senhor continua achando que essa foi a grande obra de Lula na presidência, seu grande legado?

Tales Ab’Sáber – Certa vez Caio Prado Jr. disse que se tivesse que definir o Brasil em uma única palavra ele diria que é um país muito *atrasado*. A integração capitalista brasileira foi um processo extremamente atrasado e atravessado pelo déficit de cidadania e de relações econômicas e políticas entre as classes sociais que trabalhassem na direção da reparação social da escravidão original e da integração de todos na vida simbólica e material do presente. O Brasil atravessou o século XIX, o século do signifiante universal do progresso, com escravidão, o que significa integração social zero, e ainda no tardio 1964, por motivos internos que recebiam por aqui o influxo da guerra fria norte-americana, o país mergulhou em uma ditadura de extrema direita, autoritária e antipopular, que geriu de modo muito conservador o imenso crescimento econômico do século XX brasileiro. Mais uma aposta na não integração social. A democracia demorou a dar as caras e algum mínimo resultado por aqui.

Os dez anos de Sarney, Collor e Itamar foram praticamente perdidos para o efeito e a necessidade de integração das massas pobres na economia moderna e na plena cidadania. FHC, com o combate à inflação, criou as bases para o sucesso do governo petista, oito anos depois, mas com seu rígido controle monetário, corte total dos gastos públicos e grande elitismo, praticamente parou o país, efeito econômico deletério para os mais pobres.

Sobrou para Lula as condições de reanimar a economia visando o mercado interno e um simulacro de um tipo de pleno emprego, sem o qual a ordem ideológica capitalista simplesmente não funciona, em nenhuma parte. Pela primeira vez o Brasil sentiu a força ideológica da soma de democracia, mercadoria e emprego, de modo que esta experiência, a do capitalismo integrado, vinda muito tardiamente e do todo, repercutiu sobre todo o povo brasileiro. Em termos políticos clássicos, o líder popular apoiado pelo que restou da esquerda, com vínculos sindicalistas fortes, comandou um imenso processo de *aceitação* da hegemonia – como dizia Gramsci¹ – do modo de ser do capitalismo contemporâneo por estas bandas, cacifando a vida ruim dos pobres no Brasil com o acesso a celulares, tevês de plasma e carros populares, de modo que todos, trabalhadores e mercados ficaram satisfeitos. Para isso se rebaixaram as exigências críticas e éticas do PT, se aceitou a gerência global dos números do mercado financeiro local e pobres e ricos sintonizaram no projeto Lula, em um pacto não explicitado realizado em seu nome, aceitando o seu desenho e os seus limites. Evidentemente, ao contrário do que diz a propaganda geral, os ricos ganharam imensamente mais no processo. De resto, nos últimos tempos temos visto a grande dificuldade de Dilma Rousseff em governar o país de modo a produzir um verdadeiro maior desenvolvimento econômico, diminuindo os juros devidos pelo governo aos mercados, e a nova dificuldade política que esta primeira cisão histórica do governo petista com parte do capital vem produzindo.

¹ **Antonio Gramsci** (1891-1937): escritor e político italiano. Com Togliatti, criou o jornal *L’Ordine Nuovo*, em 1919. Secretário do Partido Comunista Italiano (1924), foi preso em 1926 e só foi libertado em 1937, dias antes de falecer. Nos seus *Cadernos do cárcere*, substituiu o conceito da ditadura do proletariado pela “hegemonia” do proletariado, dando ênfase à direção intelectual e moral em detrimento do domínio do Estado. Sobre esse pensador, confira a edição 231 da **IHU On-Line**, de 13-08-2007, intitulada Gramsci, 70 anos depois, disponível para download em <http://migre.me/65usZ>. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line – Quais os rumos do PT depois que ele deixar o poder? Poderá ser novamente considerado um partido de esquerda quando voltar a ser oposição?

Tales Ab’Sáber – O PT se originou e tem um vínculo, hoje nada profundo, mas eficazmente simbólico, com a história da democratização brasileira após a violenta ditadura de extrema direita brasileira de 1964. Em sua fundação, em 1981, convergiram para um amplo projeto, que então tentava equacionar a ideia de um socialismo democrático, várias forças e estratos sociais brasileiros de esquerda, de algum modo reencenando no interior do partido a tentativa de aproximação entre as classe sociais que existiu no Brasil e que foi violentamente cortada em 1964. Estas forças heterogêneas, que viam na sua própria aproximação em um partido a possibilidade de um verdadeiro movimento de democratização social no país, que envolviam sindicalistas, intelectuais de esquerda, religiosos ligados à teologia da libertação latino-americana, passaram fortemente a investir na figura estratégica do grande líder popular, Lula. As intensas discussões democráticas do partido convergiam para o trabalho da liderança nacional de Lula, o que acabou, nos últimos tempos históricos, constituindo o carisma quase mítico do presidente.

Deste modo, o PT sempre vai poder, em tom de fábula, ou mesmo de farsa, recontar os tempos heroicos da congregação nacional das esquerdas que ele de fato significou, nos anos 1980 e 1990. E dado o imenso atraso cidadão e material de grande parte do povo brasileiro em relação à realidade do tempo do mercado e da cidadania plena, o partido sempre terá uma margem de não integração social para representar na política. Isso tranquiliza o seu patronato político que, se não forem presos, ou caírem na lei da ficha limpa, terão ainda longa vida para o poder.

Todavia, o importante é a adequação política ao jogo do poder brasileiro, como ele é, que deu imensos resultados para Lula, e que permite, à direita e ao capital no Brasil, receber do PT influxos sociais pró-capitalistas que eles próprios são incapazes de realizar.

“PT permitiu que agenda social se dissociasse da agenda moral”.

Entrevista especial com Renato Janine Ribeiro

“A questão é: até quanto se cede? Será que o PT cedeu mais do que devia? Ou será, o que levou muitos a abandonarem o PT, que cedeu com mais gosto e satisfação do que devia?”, questiona Renato Janine Ribeiro

POR GRAZIELA WOLFART

“**E**le [o PT] teve pleno sucesso na inclusão social, fazendo cinquenta milhões de pessoas subirem das classes D e E para a C. Tornou esta última classe a mais numerosa do país. Inscreveu definitivamente o combate à miséria e o projeto de construção de uma sociedade de classe média nas prioridades do país; mesmo a oposição, nas últimas eleições, propôs ampliar o Bolsa Família, embora antes disso sempre o criticasse. O PT mostrou também que a esquerda pode ter competência para governar, o que na prática torna viável a alternância política no país. Finalmente, ele tomou parte na grande mudança política que guinou a América do Sul para a esquerda, construindo uma autonomia maior em face dos Estados Unidos”. A avaliação dos 10 anos do PT no poder no Brasil é do professor Renato Janine Ribeiro, na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**. No entanto, depois de elencar os fatores positivos do governo, ele pondera: “o PT faz falta na oposição”. Para Janine Ribeiro, o partido hoje é valorizado pela sua política de inclusão social, mas não mais pelos seus princípios éticos. “Isso é preocupante, porque seu lugar ficou vazio”. E conclui: “não existe mais o partido diferente de todos os outros. Não há mais um projeto ético que procure mudar

toda a sociedade brasileira. A sociedade está mudando, mas o aumento do poder de compra é mais importante, no governo do PT, do que eram as utopias petistas, por exemplo, no que se referia à cultura e à educação. O lugar da ética na política ficou vazio, e o único grupo que pode aspirar a ocupá-lo é o dos verdes. Perto disso, a hipoteca do sistema financeiro sobre a política é apenas um aspecto, não traduzindo o essencial: que se perdeu boa parte da fé na política”.

Professor titular de Ética e Filosofia Política na Universidade de São Paulo – USP, na qual se doutorou após defender mestrado na Sorbonne, Renato Janine Ribeiro tem se dedicado à análise de temas como o caráter teatral da representação política, a ideia de revolução, a democracia, a república e a cultura política brasileira. Entre suas obras destacam-se *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000) e *A universidade e a vida atual – Fellini não via filmes* (Rio de Janeiro: Campus, 2003). Renato Janine Ribeiro é, desde 2004, diretor de avaliação da Fundação Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, órgão do Ministério da Educação).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais os principais pontos que marcam a trajetória de 10 anos do PT na presidência da República?

Renato Janine Ribeiro – Ele teve pleno sucesso na inclusão social, fazendo cinquenta milhões de pessoas subirem das classes D e E para a C. Tornou esta última classe a mais numerosa do país. Inscreveu definitivamente o combate à miséria e o projeto de construção de uma sociedade de classe média nas prioridades do país; mesmo a oposição, nas últimas eleições, propôs ampliar o Bolsa Família, embora antes disso sempre o criticasse. O PT mostrou também que a esquerda pode ter competência para governar, o que na prática torna viável a alternância política no país; antes, sempre havia o receio de que a esquerda não tivesse quadros para dirigir o Brasil. Finalmente, ele tomou parte na grande mudança política que guinou a América do Sul para a esquerda, construindo uma autonomia maior em face dos Estados Unidos. Isso para os pontos positivos.

IHU On-Line – Quais os limites que se colocam à democracia diante de um partido que permanece por 10 anos no poder em um país como o Brasil?

Renato Janine Ribeiro – O grande ponto negativo é este: o PT faz falta na oposição. O PSDB e o movimento verde não conseguem ter a garra que os petistas tiveram nos 21 anos em que eram o partido “contra tudo o que está aí”. Além disso, o PT se adaptou bem demais, talvez, ao governo. No período entre a eleição e a posse de Lula, por exemplo, já em 2002, ele poderia ter discutido abertamente o que manteria de suas bandeiras históricas e onde faria concessões – necessárias, dado que em nosso sistema político ele não teve nem poderia ter a maioria no Congresso. Mas não houve essa transparência. Daí, os problemas éticos, que não podemos esquecer.

IHU On-Line – Qual tem sido a contribuição do PT no governo federal para a consolidação da democracia no Brasil? Ou podemos dizer

“Mas não creio que o governo seja, ou se apresente como sendo, de esquerda. É uma coalizão de centro-esquerda, no melhor dos casos”

que a contribuição se deu no sentido contrário, permitindo com que a democracia se tornasse ainda mais sequestrada, condicionada e amputada pelo sistema financeiro?

Renato Janine Ribeiro – O PT, na oposição, tinha duas bandeiras centrais: o combate à ética e a luta contra a miséria e a pobreza. Ficava claro que lutar contra a pobreza extrema era ético, e reciprocamente. Ou seja, não se separavam a agenda moral e a social do partido. No governo, o PT foi longe na agenda social, mas permitiu que ela se dissociasse da agenda moral. Em 2006, ao fim do primeiro mandato Lula, o PSDB gravou para o candidato de oposição um jingle que clamava “por um Brasil decente”. Ora, apenas três anos antes seria impensável alguém usar a ética para atacar o PT! O mensalão mudou profundamente a imagem do PT. O partido, hoje, é valorizado pela sua política de inclusão social, mas não mais pelos seus princípios éticos. Isso é preocupante, porque seu lugar ficou vazio.

O antes e o depois do poder

Houve, creio eu, dois fenômenos que se juntaram. O PT tinha a irresponsabilidade do discurso de oposição, criticando tudo e todos, sem ter que prestar contas do que fazia porque não tinha poder. Uma vez no governo, ele foi mais eficiente do que se imaginava. Mas isso implica – e este é

o segundo fenômeno – reduzir certas exigências éticas. Implica ter alianças para poder governar. Com o regime que temos, precisa-se do Congresso. A questão é: até quanto se cede? Será que o PT cedeu mais do que devia? Ou será, o que levou muitos a abandonarem o PT, que cedeu com mais gosto e satisfação do que devia? Para usar o tradicional comentário sobre alguém que faz algo “docemente constrangido”, parece que foi mais docemente do que constrangido. Os custos disso para a confiança da sociedade nos partidos foram elevados. Não existe mais o partido diferente de todos os outros. Não há mais um projeto ético que procure mudar toda a sociedade brasileira. A sociedade está mudando, mas o aumento do poder de compra é mais importante, no governo do PT, do que eram as utopias petistas, por exemplo, no que se referia à cultura e à educação. O lugar da ética na política ficou vazio, e o único grupo que pode aspirar a ocupá-lo é o dos verdes. Perto disso, a hipoteca do sistema financeiro sobre a política é apenas um aspecto, não traduzindo o essencial: que se perdeu boa parte da fé na política.

IHU On-Line – O que um governo que se apresenta como de esquerda ofereceu para o Brasil ao longo desses 10 anos?

Renato Janine Ribeiro – A inclusão social, sob as mais variadas formas. Há o aumento do poder de compra, há a expansão do ensino universitário público, há as iniciativas de Gilberto Gil para a cultura. Mas não creio que o governo seja, ou se apresente como sendo, de esquerda. É uma coalizão de centro-esquerda, no melhor dos casos. Por isso, o quinhão de utopia, de mudanças maiores, acaba sendo relativamente menor do que deveria ser.

IHU On-Line – Como tem aparecido no Brasil o desprestígio dos partidos e do modelo representativo de política?

Renato Janine Ribeiro – É possível que desde o Império se tenha, no país, uma forte convicção de que políticos são desonestos. Alguns líde-

res, por sinal, cresceram justamente denunciando seus adversários – Jânio¹, Collor² e, caso excepcional porque não se trata de um indivíduo, mas de um partido, o próprio PT. Hoje, porém, a crença de que algum partido vá melhorar o país eticamente se esvaiu.

Quando à política representativa... Esta questão supõe que exista outra, que seria a democracia direta. Em um quarto de século desde que a Constituição de 1988 previu consultas diretas à população, o mecanismo foi usado em apenas duas ocasiões. Da primeira vez, para decidirmos a manutenção da república ou a volta da monarquia, uma questão ridícula, e resolvermos entre parlamentarismo e presidencialismo. Da segunda, para se proibir ou não a venda legal de armas – o que afetava talvez mil revólveres vendidos por ano, porque quase todo o comércio na área é já o ilegal. A democracia direta, que parecia promissora nos anos 1980, foi mal utilizada. Praticamente sumiu do horizonte da política. Com isso, resta a representativa, que as pessoas identificam com “a política” em geral, mas que traz um distanciamento significativo entre representantes e representados.

1 Jânio da Silva Quadros (1917-1992): 22º presidente do Brasil, entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto de 1961 – data em que renunciou, alegando que “forças terríveis” o obrigavam a esse ato. Em 1985 elegeu-se prefeito de São Paulo pelo PTB. (Nota da IHU On-Line)

2 Fernando Affonso Collor de Mello (1949): político, jornalista, economista, empresário e escritor brasileiro, 32º presidente do Brasil, de 1990 a 1992, e senador por Alagoas de 2007 até a atualidade. Foi o presidente mais jovem da história do Brasil e o primeiro presidente eleito por voto direto do povo após o Regime Militar (1964/1985). Seu governo foi marcado pela implementação do Plano Collor e a abertura do mercado nacional às importações e pelo início de um programa nacional de desestatização. Seu Plano, que no início teve uma boa aceitação, acabou por aprofundar a recessão econômica, corroborada pela extinção, em 1990, de mais de 920 mil postos de trabalho e uma inflação na casa dos 1200% ao ano; junto a isso, denúncias de corrupção política envolvendo o tesoureiro de Collor, Paulo César Farias, feitas por Pedro Collor de Mello, irmão de Fernando Collor, culminaram com um processo de impugnação de mandato (Impeachment). (Nota da IHU On-Line)

“A crença de que algum partido vá melhorar o país eticamente se esvaiu”

IHU On-Line – O que representa essa apatia política por parte da população?

Renato Janine Ribeiro – É fruto do desencanto com os políticos, da péssima discussão pública sobre a política em nosso país – que se resume em atacar grosseiramente o adversário, em vez de se construir uma ágora – e da falta de experiência histórica no sentido de acreditarmos que a mobilização popular possa resultar em algo. Tudo isso pode mudar para melhor. Ou pode ficar como está, e levar a um desencanto cada vez maior com a política – veja os sites dos grandes órgãos de imprensa, que destacam celebridades, em contraste com suas edições impressas, que estão mais próximas da pauta tradicional da política. O público quer mais os escândalos e mesmo o voyeurismo sexual do que as discussões, por vezes enfadonhas, da política. O risco disso é reconduzir sempre os mesmos. Por isso é importante melhorar o debate político, recusando o maniqueísmo, e as pessoas se mobilizarem em torno de causas importantes.

IHU On-Line – Atividades como mobilizações pela web podem indicar uma nova forma de fazer política?

Renato Janine Ribeiro – Sem dúvida indicam. Mas, para fazer uma *flash mob* convocada pelo Twitter, você já precisa ter uma determinada convicção difundida por muita gente. O que a internet não foi capaz de fazer, ou melhor, as pessoas que usam a internet, é uma plataforma de debate em que se possa mudar de ideia. O que é precioso na democracia é isto: você, pela discussão, mudar de ideia. Ouvir antes de decidir.

IHU On-Line – O que significa ser esquerda em nossos dias? Que exemplos podem ser citados no Brasil e na América Latina de uma “esquerda sem medo de dizer seu nome” (para citar Vladimir Safatle)?

Renato Janine Ribeiro – Não vejo esquerda com medo de dizer seu nome. O que vejo mais é um esvaziamento dos projetos tradicionais da esquerda. Há um núcleo puro e duro que ainda segue Marx. Ora, tanta coisa no cerne do pensamento dele deu errado que isso exigiria uma revisão em regra! Para Marx, o comunismo sucederia ao capitalismo não só eticamente, mas por ser um modo *superior* de produção. Não é o caso. Mas quem critica o pensamento de Marx, na esquerda mais radical? Isso não se faz. Então, o que temos é um certo oportunismo que faz o PT aliar-se ao grande capital, o PCdoB controlar o esporte, cooperando até com o ex-prefeito liberal de São Paulo, e assim por adiante. Ou seja, o que temos é uma ex-esquerda que age e pensa mais à direita. Por volta de 1980, quando ruíam o comunismo e o socialismo, uma alternativa estava pronta, o projeto neoliberal. Mas, quando a crise de 2008 provou que este era ruim, tinha a esquerda alguma alternativa pronta ou sequer em andamento? Não. O problema da esquerda não é de nome, é de conteúdo: ela perdeu o seu.

IHU On-Line – Em que medida podemos falar de uma integração política latino-americana, considerando a trajetória dos presidentes dos países em questão?

Renato Janine Ribeiro – Se o projeto bolivariano prosseguir, não parece que o Brasil tenha lugar nele. O PT não lhe é simpático. Uma coisa é defender Chávez³ e, agora, seu legado positivo, outra é importar uma tradição de conflito que não é bem nossa.

3 Hugo Rafael Chávez Frias (1954-2013): político e militar venezuelano, tendo sido o 56.º presidente da Venezuela. Líder da Revolução Bolivariana, Chávez advogava a doutrina bolivarianista, promovendo o que denominava de socialismo do século XXI.[2] Foi também um crítico do neoliberalismo e da política externa dos Estados Unidos. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line – Qual a pertinência, atualidade e inspiração que a revolução bolivariana pode oferecer no sentido de pensar uma nova política, mais à esquerda?

Renato Janine Ribeiro – Sou um tanto cético a respeito. Aprovo e aplaudo a distribuição de renda promovida por Chávez e muitos outros. Mas a Venezuela continua dependente do petróleo. É melhor que a riqueza dele se espraie pelo povo, sem dúvida. Porém, como nosso vizinho poderá, um dia, ter um sistema produtivo mais rico? Como poderá sair dessa situação, que não faz bem a nenhum país produtor, de ter tanta riqueza em troca de tão pouco trabalho, basicamente extrativo? Há uma desmoralização do trabalho, quando tanto dinheiro vem da coleta e da extração.

IHU On-Line – Quais as dificuldades do PT em mediar o conflito entre os ideais de igualdade e liberdade? Por que a esquerda não consegue resolvê-lo?

Renato Janine Ribeiro – O PT optou, a meu ver, claramente por uma inclusão social que não hostilizasse a direita e o capital. Teve êxito graças a isso. Uma estratégia de enfrentamento teria provavelmente levado a derrotas eleitorais e, até mesmo, a um golpe branco, no estilo de um impeachment. Nesse sentido, essa questão não me parece sequer ter-se colocado. A liberdade empresarial convive com iniciativas fortes rumo à igualdade. Agora, liberdade e igualdade têm conteúdos muito mais amplos do que os que temos visto no Brasil. Isso pouco se discute. E não é fortuito que Lula tenha escolhido, como sucessora, a líder dentro do PT mais próxima do mundo empresarial.

“O problema da esquerda não é de nome, é de conteúdo: ela perdeu o seu”

IHU On-Line – Como conciliar o sonho da classe média com consumo livre para todos? Isso se viabiliza de forma prática? Quais os conflitos que aparecem aqui?

Renato Janine Ribeiro – A presidenta Dilma disse mais de uma vez que deseja fazer do Brasil um país de classe média, creio eu que como a França. É um belo sonho – e moderado. Não há nada menos marxista. Muitos pensadores marxistas têm mais horror da classe média do que da alta burguesia. O termo “pequeno burguês” era um dos palavrões mais fortes dos velhos comunistas. Os revolucionários dos anos 1960 veriam esse ideal da presidenta com péssimos olhos, porque seria uma forma – talvez eficaz – de esvaziar a possibilidade de uma revolução radical. Mas parece que está aí o nosso futuro e, na medida em que elimine a miséria e reduza a pobreza, acho-o positivo.

Porém, é claro que o consumo é inimigo do meio ambiente e corre o risco de trazer a morte para o nosso planeta. Aqui os verdes teriam uma contribuição importante a fazer. Contudo, ela ainda é incipiente. Acredito que nosso futuro político dependa muito da capacidade, extinta a miséria, vencida a pobreza, de termos uma economia sustentável.

Mas precisamos ir mais além. Precisamos pensar no mundo pós-semana de 48 ou 40 horas de trabalho. Por que não se reduz mais a jornada de trabalho? Porque se teme, penso eu, o lazer. Vivemos num mundo de ócio absolutamente não criativo. Chama-se Domenico de Masi para falar do ócio criativo, mas os mesmos que o aplaudem nada fazem para dar esse passo. Penso que estaríamos aptos para começar a construir uma sociedade em que o lazer criativo – essencialmente, cultura e atividade física – deem o tom. Mas veja a televisão no dia canônico do lazer, o domingo: ela cai ao nível mais baixo possível. Ou, repito, olhe a homepage dos sites de informação: as notícias mais lidas são as piores. O lazer, hoje, é ocupado pelo que há de menos elaborado no ser humano. É isso o que temos de mudar, é este o cerne do futuro.

Leia mais...

>> Renato Janine Ribeiro é autor da edição 6 dos **Cadernos IHU ideias**, publicado pelo Instituto em 2003, intitulado *Brasil: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo*, disponível para download em <http://bit.ly/QWt1Zm>

>> Sua entrevista mais recente à **IHU On-Line** foi publicada na edição número 398, de 13-08-2012, intitula-se *“Dá para pensar a política eticamente sim ou não?”*, e está disponível em <http://bit.ly/PA3v9g>

**LEIA OS CADERNOS IHU
NO SITE DO IHU
WWW.IHU.UNISINOS.BR**

“O PT se tornou o PCB do século XXI”

Para Rudá Ricci, Lula se acomodou ao desejo e aos interesses populares e abdicou do papel pedagógico da liderança de esquerda. O que resulta disso, segundo ele, é que o pensamento e os valores conservadores (fundamentalistas, em muitos casos) nunca foram tão dominantes no Brasil, desde o fim da ditadura militar

POR GRAZIELA WOLFART

Não opinião do professor Rudá Ricci, o PT que assumiu o poder há 10 anos não é o mesmo de 2013. “É mais dócil, mais entranhado na lógica neocientelista, perdeu a utopia. É o partido da ordem. Ocorre que o pacto lulista é maior que o PT”. Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Rudá avalia que uma possível substituição do PT no governo federal virá justamente do bloco lulista, e não da oposição. “Lula parece avaliar esta possibilidade e comanda acomodações sucessivas”. Conforme sua análise, Dilma faz parte de uma geração de novos gestores públicos que possuem esta formação gerencial baseada nos modelos empresariais. “Não são líderes políticos. Este é o custo da imposição de nomes sem história política, nem mesmo em seus partidos. Lula impôs Dilma e Haddad; Aécio impôs Antonio Anastasia. Eles estão fazendo o seu melhor. Mas seu melhor é gerencial, não político. E não percebem que esbarram na identidade de seus partidos. Como surgiram do aval de seu patri-

nho político, não se importam muito com esta cisão ou discrepância. Pagamos caro por isso”. Para Rudá, comparar FHC a Lula é apenas a ponta do iceberg. “O que nos deixa uma dúvida sobre o que pode ocorrer ao partido se algum dia não estiver no governo federal. Enfim, do ponto de vista ideológico, o PT se acomodou às clássicas ideologias de esquerda que tanto criticou na sua origem: estatismo, centralismo, personalismo, burocratização”.

Rudá Ricci é graduado em Ciências Sociais pela PUC-SP. É mestre em Ciência Política e o doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. Diretor Geral do Instituto Cultiva e membro do Fórum Brasil do Orçamento (www.forumfbo.org.br), integra também o Observatório Internacional da Democracia Participativa. É autor de *Lulismo* (Rio de Janeiro: Contraponto, 2010), dentre outros. Mais informações podem ser obtidas em seu blog: <http://rudaricci.blogspot.com.br/>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – De modo geral, como o senhor caracteriza a última década no Brasil em relação ao governo federal?

Rudá Ricci – Há diferenças importantes em relação ao governo Lula (principalmente o segundo mandato) e o governo Dilma. O que une os dois governos são as políticas de transferência de renda e crédito popular. Este é o mais poderoso cabo eleitoral criado pelo lulismo que gerou um potente mercado consumidor de produtos de alta qualidade, típico do fordismo. Lula montou o que denomino de “fordismo tardio” no Brasil, um sistema de gestão altamente centralizado e orientado pelo

governo federal (60% do orçamento público está, hoje, concentrado na União), que transformou os municípios em gestores de convênios federais. O BNDES, as políticas de transferência de renda e o aumento real do salário mínimo, aliados às políticas de fomento ao consumo doméstico, geraram um “pacto desenvolvimentista” que atualizou a conciliação de interesses montado pelo getulismo. Mas Lula agregou outros dois elementos a esta tradição fordista: a coalizão presidencialista e o neocorporativismo, agregando centrais sindicais à tomada de decisões governamentais (em virtude da participação de sindicalistas nos conselhos de estatais, partici-

pação direta no controle do Ministério do Trabalho, participação nas agências reguladoras, transferência do imposto sindical para centrais, entre outras políticas). Parte significativa das ONGs passou, também, a obter convênios e financiamentos diretos do Estado, principalmente com a queda de recursos externos para sustentá-las. Temos, assim, a emergência de outro padrão societário no Brasil.

A presidente

Dilma, contudo, é uma mera gestora do que já foi feito. Não tem habilidade (e nem convencimento pessoal) para acompanhar e negociar a

manutenção desta engenharia política. Em seus anos de governo, a aliança político-partidária se esgarçou, houve afastamento em relação às centrais sindicais e ONGs e Dilma vê seus ministros e colaboradores como subordinados e não como aliados políticos. De qualquer maneira, outro elemento se agregou ao que Lula montou, embora não tenha sido projetado pelo governo federal: a emergência dos deputados federais como elos entre municípios e governo federal. Trata-se de uma modalidade de neoclientelismo, encravado na estrutura de Estado. O clientelismo clássico é uma estrutura de poder local, com mediações eventuais e desarticuladas com o Estado central, algo parecido com o desenho das redes sociais de hoje, em que há múltiplas conexões independentes de uma pessoa para outra. O neoclientelismo de hoje é uma estrutura do Estado central. Os deputados federais fazem mediações constantes e estruturais entre governos locais e ministérios ou agências estatais. Captam recursos, auxiliam na condução de convênios federais e formam um sistema de controle territorial. Em muitos casos, aliam-se a um vereador que faz as conexões com as demandas pulverizadas dos bairros e comunidades. Estes vereadores aliados aos deputados federais, muitas vezes possuem mais poder que os prefeitos eleitos, porque são eles que trazem financiamentos de campanha e obras. Forma-se uma rede de poder e comando de municípios que diluem o poder dos prefeitos. Por esse motivo, muitos secretários municipais são definidos pelos vereadores e seus deputados e é por este motivo que o comando dos partidos está totalmente dominado por parlamentares.

IHU On-Line – O PT que assumiu o poder há 10 anos é o mesmo PT de 2013?

Rudá Ricci – Não. É mais dócil, mais entranhado na lógica neoclientelista, perdeu a utopia. É o partido da ordem. Ocorre que o pacto lulista é maior que o PT. Avalio que uma possível substituição do PT no governo federal virá justamente do bloco lulista, e não da oposição. Lula parece avaliar esta possibilidade e comanda acomodações sucessivas. Este é o motivo de

impor um candidato do PDT em Curitiba, um candidato do PMDB em Minas Gerais e tantos outros acordos que domesticaram o PT, antes tão aguerrido. O bloco lulista é mais importante, hoje, que o PT, na lógica lulista.

IHU On-Line – Podemos dizer que nos últimos 10 anos o país tem à sua frente um governo de esquerda?

Rudá Ricci – Prefiro denominar de “bloco no poder”, um termo antigo, empregado por Nicos Poulantzas¹. Trata-se de uma articulação entre partidos e elites (econômicas e sociais) de caráter mais permanente e histórico, que geram hegemonia política. É um termo inspirado nas teorias de Gramsci. Não acredito que seja uma aliança momentânea e muito menos de esquerda. Está mais para um bloco de centro, com uma direção de esquerda muito flexível.

IHU On-Line – Como avalia o modelo de gestão privada para conduzir a gestão pública, adotado por Dilma? Ele é condizente com um governo que se propõe ser de esquerda?

Rudá Ricci – Não. Dilma faz parte de uma geração de novos gestores públicos que possuem esta formação gerencial baseada nos modelos empresariais. Não são líderes políticos. Este é o custo da imposição de nomes sem história política, nem mesmo em seus partidos. Lula impôs Dilma e Haddad; Aécio impôs Antonio Anastasia. Eles estão fazendo o seu melhor. Mas seu melhor é gerencial, não político. E não percebem que esbarram na identidade de seus partidos. Como surgiram do aval de seu padrinho político, não se importam muito com esta cisão ou discrepância. Pagamos caro por isso.

IHU On-Line – O que resta do lulismo no governo federal atual e de que forma ele interferiu na ideologia do PT?

Rudá Ricci – Primeiro, o que resta do lulismo. Fica a estrutura for-

dista. Mas que está sofrendo abalos permanentes. Na composição política, vive o desequilíbrio da gangorra partidária que vive hoje uma “guerra de posição” entre PMDB e PSB. No campo da orientação econômica (ou do estatal-desenvolvimentismo lulista), vive uma mudança de rumos: do crescimento pelo consumo para crescimento pelos investimentos produtivos. Em segundo lugar, o impacto sobre a ideologia petista. O PT nasceu embalado pelo espírito libertário. Havia uma forte desconfiança em relação ao Estado onipotente, que tutela a sociedade, e uma crítica mordaz ao capitalismo. Daí as formas de organização participativas e horizontalizadas que tinham nos núcleos de base do PT e no orçamento participativo seus pontos de identidade e diferenciação. Isso tudo acabou com o fordismo tardio implantado por Lula. O PT, a partir daí, é uma mera estrutura de poder sem imaginação e programa, caudatário do lulismo. Vive defendendo seu governo federal, sem modelo para governos estaduais e municipais, sem ações na sociedade civil. É uma máquina de repercussão dos programas federais. Comparar FHC a Lula é apenas a ponta do iceberg. O que nos deixa uma dúvida sobre o que pode ocorrer ao partido se algum dia não estiver no governo federal. Enfim, do ponto de vista ideológico, o PT se acomodou às clássicas ideologias de esquerda que tanto criticou na sua origem: estatismo, centralismo, personalismo, burocratização. O PT se tornou o PCB² do século XXI.

IHU On-Line – Quais os principais paradoxos e conflitos que esses 10 anos de PT na presidência têm enfrentado?

Rudá Ricci – Depois do afastamento das lideranças petistas que foram expoentes na formulação ideológica original do PT (Plínio de Arru-

² PCB: Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1962, também conhecido como Partidão, e mantido na ilegalidade até 1985. Sua base ideológica é o marxismo-leninismo, com expressão nacional e forte penetração nos meios sindicais e estudantis. Seus símbolos são a foice e o martelo cruzados, em amarelo, sobre fundo vermelho. Seu braço juvenil é a União da Juventude Socialista (UJS). (Nota da IHU On-Line)

¹ Nicos Poulantzas (1936-1979): filósofo e sociólogo grego. Poulantzas era marxista e membro do Partido Comunista da Grécia. Exilou-se em Paris, onde lecionou a partir de 1960. Foi aluno de Louis Althusser, do qual herdou uma interpretação do marxismo inovadora e controversa chamada de althusserianismo. (Nota da IHU On-Line)

da Sampaio³, Marina Silva⁴, Francisco Weffort⁵, Chico de Oliveira⁶, Frei Bet-

3 Plínio de Arruda Sampaio: ex-deputado federal (PT-SP), foi entrevistado pela IHU On-Line na edição número 70, de 11-08-2003, e na edição número 79, de 13-10-2003. Dele também publicamos um artigo na 146ª edição da IHU On-Line, de 20-06-2005, e uma entrevista na 150ª edição, de 8-08-2005. (Nota da IHU On-Line)

4 Maria Osmarina Marina Silva Vaz de Lima (1958): política brasileira, ambientalista e pedagoga. Foi senadora pelo estado do Acre durante 16 anos. Foi Ministra do Meio Ambiente no Governo Lula do seu início (1/1/2003) até 13 de maio de 2008. Também foi candidata à Presidência da República em 2010 pelo Partido Verde (PV), obtendo a terceira colocação entre nove candidatos. Em relação ao novo partido, Marina Silva está num processo de concretização da fundação da nova sigla que, se o Tribunal Superior Eleitoral conceder o registro, o qual depende da coleta de 500 mil assinaturas, receberá a denominação de Rede Sustentabilidade. (Nota da IHU On-Line)

5 Francisco Weffort: cientista político brasileiro. Foi, durante muitos anos, secretário-geral do PT, até assumir o Ministério da Cultura, já no primeiro mandato de FHC. Teve passagem marcante como analista e estudioso do Brasil moderno. Seus livros, ensaios e artigos, sempre versando sobre política e a construção de uma cultura e de um país democráticos, mostram as articulações de um autoritarismo endêmico que implantou seus alicerces no Brasil, resultando em práticas corporativas que paralisam qualquer esforço de democratização. De suas obras, destacamos: *América Latina: Ensayos de Interpretación Sociológico-Política e Por que Democracia?* (1984). Confirma a entrevista concedida por Weffort à edição 192 da IHU On-Line, intitulada “A corrupção aumentou e a transparência diminuiu”, disponível para download na página eletrônica do IHU, www.unisinos.br/ihu. (Nota da IHU On-Line)

6 Francisco de Oliveira: sociólogo brasileiro, também conhecido como Chico de Oliveira, é um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Formou-se em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco. Professor aposentado de Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), foi um dos fundadores do Cebrap. Coordenador-executivo do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania – Cenedic – da USP, deixou o Partido dos Trabalhadores e recentemente filiou-se ao PSoL (Partido Socialismo e Liberdade). Em 2003, ano em que deixou o PT, Francisco de Oliveira disse que Lula nunca foi de esquerda. Em 25 de agosto de 2006, foi-lhe concedido o título de doutor honoris causa na Universidade Federal do Rio de Janeiro, por iniciativa do Instituto de Economia da UFRJ. Em 28 de agosto de 2008, o de professor emérito pela FFLCH-USP. Em 22 de novembro de 2010, o de doutor honoris causa na Universidade Federal da Paraíba. Sua contribuição mais recente à IHU

to⁷, entre outros), os conflitos internos passaram a ser de baixa intensidade. A grande dificuldade do PT é saber coordenar o bloco lulista. O PT nunca teve vocação para esta mediação. E seus dirigentes, quase que todos parlamentares, precisam alimentar suas redes de poder, seus deputados estaduais, vereadores e apoiadores regionais que fazem as mediações com os territórios que dirigem ou assistem junto aos ministérios. Assim, reside aqui este conflito entre ter que garantir espaços de poder e ceder espaços para os outros partidos que compõem o bloco no poder lulista. Daí Lula aparecer de tempos em tempos para recompor acordos.

IHU On-Line – Como o PT, como um partido que se propõe ser de esquerda, pode resolver o paradoxo entre a ascensão da população à chamada classe C e os limites do consumo?

Rudá Ricci – Não resolverá. Ao contrário. Os dados eleitorais são nítidos neste sentido. De 2006 para cá, o PT se “peemedebizou”, ou seja, se tornou o partido das classes menos abastadas. Se afastou da classe média. Lula se acomodou ao desejo e interesses populares e abdicou do papel pedagógico da liderança de esquerda. A resultante disso é que o pensamento e os valores conservadores (fundamentalistas, em muitos casos) nunca foram tão dominantes no Brasil, desde o fim da ditadura militar, como agora. Não há qualquer dúvida a

On-Line pode ser conferida nesta edição, com a entrevista “Lula pensa que é o rei do Brasil”. (Nota da IHU On-Line)

7 Frei Betto: jornalista, antropólogo, filósofo e teólogo, além de frade dominicano e escritor. Integrou, por cinco anos (1991-96), o conselho da Fundação Suéca de Direitos Humanos. Na Itália, foi a primeira personalidade brasileira a receber o prêmio Paolo E. Borsellino por seu trabalho em prol dos direitos humanos. No mesmo ano, foi agraciado com a Medalha Chico Mendes de Resistência, concedida pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro. É membro do Institute for Critical Research (Amsterdã) e diretor da revista latino-americana *América Libre*. Colabora com vários jornais e revistas do Brasil e do exterior. Escreveu mais de 40 livros, dentre os quais o mais conhecido é *Batismo de sangue*. A IHU On-Line publicou na edição 165, de 21-11-2005, trechos de uma biografia de Charles de Foucauld, escrita por Frei Betto, disponível para download em <http://bit.ly/10rZlik>. (Nota da IHU On-Line)

respeito do resultado de um plebiscito sobre pena de morte, casamento gay, aborto, redução da maioridade penal. A ampliação dos direitos civis está ameaçada e tivemos uma prova disso no final do primeiro turno das últimas eleições presidenciais e nas eleições municipais do ano passado. Não existe ainda um partido ou liderança política que represente esta agenda fundamentalista. Este papel, hoje, está sendo cumprido em parte pelas lideranças religiosas. Mas há espaço para uma terceira via. As eleições indicam isso, com candidatos de partidos com pouca estrutura crescendo muito no início das campanhas (sendo esmagado pelo dinheiro e máquina eleitoral no final da reta do processo eleitoral).

IHU On-Line – Em que medida, nos últimos 10 anos, o governo federal contribuiu para diminuir a desigualdade (econômica, social, educacional, cultural) no Brasil?

Rudá Ricci – Este é o grande trunfo do lulismo. Conseguiu diminuir significativamente a pobreza em nosso país. Criou um enorme mercado consumidor, voraz e focado nos produtos top de linha. Mas há duas observações a fazer sobre este fenômeno. A primeira é que as classes D e E diminuíram seu peso relativo, migrando para a chamada classe C. Contudo, a distância entre a classe C e a B e A aumentou. Temos assim um fenômeno duplo. Mas houve melhora na qualidade do emprego, na formalização do mercado de trabalho e na queda do índice de desemprego. O aumento real do salário mínimo e o crédito popular farto criou uma espécie de salvaguarda para o endividamento. A volta ao nordeste dos migrantes que se instalaram nos anos 1970 e 1980 no sudeste é prova cabal desta mudança de realidade. A segunda observação é a tutela do Estado em relação à sobrevivência deste mercado consumidor. Não está seguro que se trata de uma realidade sustentável. E é exatamente aí que está o poder político do lulismo. Os consumidores emergentes sabem que dependem das políticas governamentais para continuar consumindo e desfrutando da atual qualidade de vida. As pesquisas sobre valores e cultura política revelam, contudo, que são muito conservadores. Esta equação indica a dependência em

relação às políticas lulistas, mas forte desconfiança em relação ao ideário da esquerda, incluindo o PT. As oposições ao lulismo poderiam explorar esta contradição, mas caem numa armadilha fácil ao deixarem a dúvida se seus governos sustentarão as políticas de transferência de renda e crédito popular. Se deixassem claro sua manutenção e se identificassem com os valores conservadores (de comportamento), poderiam crescer. Assim, temos uma imensa parcela do eleitorado atraído pela segurança econômica que o lulismo oferece, embora desconfiem dos petistas. Esta é uma contradição que aparece, de tempos em tempos, nas eleições.

IHU On-Line – O senhor afirma que “governar é foco e arte”. Nesses 10 anos qual foi o foco do PT e em que sentido ele utilizou da arte para governar o Brasil?

Rudá Ricci – Eu diria que a arte não veio do petismo, mas do lulismo. Lula é, sem dúvida, o mais hábil líder político brasileiro desde Getúlio Vargas. Fico constrangido quando vejo comparações com FHC e outros dirigentes contemporâneos. Sua habilidade foi consolidada em seu segundo mandato, quando deixou as travas petistas em relação às alianças políticas e se firmou como dirigente sem opção de classe social. Entre capital e trabalho, Lula preferiu ficar com os dois. Procurou compor interesses. Criou um ambiente de estabilidade política ao domesticar movimentos sociais e organizações populares. Desidratou o DEM⁸, auxiliou na criação do PSD. As dificuldades do PT estão diretamente vinculadas ao perfil de seus dirigentes, que não têm a estatura e habilidade de Lula (além da sua formação original, muito mais à esquerda que o ideário lulista). Por esse motivo que petistas se confrontam com a emergência de outras lideranças do bloco lulista que não

são petistas, como Eduardo Campos⁹. Mas Lula continua a agir na desestruturação da oposição ao lulismo. Neste momento, seu foco é desmontar o PSDB mineiro e paulista. É perceptível que articula uma candidatura paulista – berço do PT – do campo lulista a partir do PMDB. Tenta atrair o PSB para o núcleo dirigente do lulismo, mas percebe que uma candidatura de Campos pode definhir as pretensões de Aécio Neves. Enfim, esta agilidade em fazer leitura conjuntural e se movimentar de acordo com os ventos políticos é que faz de Lula o melhor espécime dentre os políticos tupiniquins.

IHU On-Line – A decisão pela reeleição de Dilma aponta em que direção no sentido de compreendermos os objetivos do PT para o Brasil nos próximos anos?

Rudá Ricci – Aponta para uma tentativa de acomodação do arranjo político. Mas não tenho dúvidas que Dilma é foco de instabilidade política no interior do bloco lulista. Ela é uma mera gestora. De 2014 em diante haverá uma forte disputa no interior do lulismo para se saber quem será o príncipe deste bloco.

IHU On-Line – Qual a influência que a oposição exerceu sobre a forma como o PT governou o Brasil na última década?

Rudá Ricci – Muito pouca. Teve mais influência nos dois primeiros anos da gestão Lula. Depois, com as duas grandes defecções de petistas no governo (a queda das lideranças mais comprometidas com o participacionismo – tendo Frei Betto como emblema – e, mais tarde, a queda de José Dirceu, o líder da concepção de partido de quadros) Lula esteve livre para impor sua lógica pragmática e desenvolvimentista. O fordismo tardio não é um confronto com o *status quo*, mas sua modernização e estabilidade. O PT, hoje, não é formulador do lulismo.

Leia mais...

>> Rudá Ricci já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**. Confira na nossa página eletrônica (www.ihu.unisinos.br).

- “*Com o fim da era dos movimentos sociais, foi-se a energia moral da ousadia*”. Entrevista publicada em 30-11-2009, disponível em <http://migre.me/wMCD>;
- *O PT a reboque do lulismo*. Entrevista publicada em 10-9-2009, disponível em <http://migre.me/wMEA>;
- “*Um Brasil mais mosaico do que nunca*”. Uma análise das eleições a partir de Minas Gerais. Entrevista publicada em 1-11-2008, disponível em <http://migre.me/wMFC>;
- “*A CUT vai caminhando para ser a antiga CGT do século XXI*”. Entrevista publicada em 2-9-2008 <http://migre.me/wMGW>;
- “*Lula não é uma liderança de esquerda*”. Entrevista publicada em 20-9-2006, disponível em <http://migre.me/wMHL>;
- *Os desafios dos movimentos sociais hoje*. Entrevista publicada na IHU On-Line número 325, de 19-04-2010, disponível em <http://bit.ly/ez3p2d>;
- “*As eleições manifestam a emergência de um movimento ultra-conservador no Brasil*”. Entrevista publicada nas Notícias do Dia de 05-11-2010, disponível em <http://bit.ly/9oROUc>;
- *Movimentos Sociais numa gestão Dilma ou Serra*. Artigo publicado nas Notícias do Dia do sítio do IHU em 30-03-2010, disponível em <http://bit.ly/bucNA7>;
- *O lulismo e a esquerda latino-americana*. Artigo publicado nas Notícias do Dia do sítio do IHU em 24-03-2010, disponível em <http://bit.ly/8Y8tBO>;
- *Comunitarismo e Democracia no Brasil*. Artigo publicado nas Notícias do Dia do sítio do IHU em 20-03-2010, disponível em <http://bit.ly/a2S4w4>;
- *Movimentos Sociais em discussão. Rudá Ricci responde a Valter Pomar*. Artigo publicado nas Notícias do Dia do sítio do IHU em 13-12-2009, disponível em <http://bit.ly/ctbaYH>;
- *Um fordismo tupiniquim que concilia interesses*. Entrevista publicada na IHU On-Line número 352, de 29-11-2010, disponível em <http://bit.ly/dO8JTI>

8 **Democratas (DEM)**: partido político brasileiro de centro-direita, cujas ideologias políticas são o liberalismo e o conservadorismo liberal. O partido é membro da Internacional Democrata Centrista junto com diversos outros partidos de direita como a CDU na Alemanha ou a UMP na França. Foi refundado em 28 de março de 2007, em substituição ao Partido da Frente Liberal (PFL). Seu código eleitoral é o 25 e suas cores oficiais são o azul, o verde e o branco. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Eduardo Henrique Accioly Campos (1965)**: economista e político brasileiro. Exerceu mandatos de deputado Estadual, deputado federal, secretário da fazenda de Pernambuco e ministro da Ciência e Tecnologia. Atualmente é governador de Pernambuco e Presidente do PSB. É apontado como possível candidato à presidência da república em 2014. (Nota da **IHU On-Line**)

O governo Lula e a reconstituição de uma visão nacional no país

Na visão do economista e professor da Unicamp, Claudio Salvadori Dedecca, um dos maiores acertos do governo petista foi a sua estratégia internacional

POR GRAZIELA WOLFART

Ao comparar o discurso do PT na sua origem com o que o faz e prega hoje, o professor Claudio Salvadori Dedecca avalia que não poderíamos associar o Partido dos Trabalhadores nos dias atuais a uma política de esquerda. Por outro lado, continua ele, na entrevista que concedeu por telefone à **IHU On-Line**, “se olharmos a situação do país em 2003 e hoje, e quais foram os resultados sociais que o país alcançou ao longo de 10 anos, talvez pudéssemos dizer que a política foi de esquerda, porque gerou alguma redistribuição de renda no país, gerou emprego, fortaleceu o setor produtivo. Entretanto, quando olhamos essa política redistributiva, percebemos que ela beneficiou fortemen-

te grandes interesses, em especial do setor financeiro”. De tal modo, conclui, “os governos do PT têm sido muito mais progressistas do que governos de esquerda, situação que tem favorecido o país. No entanto, a ausência de um projeto mais robusto e estratégico faz com que essa política dos governos do PT tenha efeitos positivos, mas produzam uma transformação social muito lenta”.

Claudio Salvadori Dedecca é professor do Instituto de Economia da Unicamp. Possui graduação, mestrado e doutorado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – De forma geral, qual foi o marco do governo petista no Brasil nesses 10 anos? Como era o Brasil antes do PT e como ele é hoje?

Claudio Salvadori Dedecca – O PT resgata a perspectiva de um desenvolvimento de natureza nacional, isto é, focado nos interesses do país. O governo Lula se inicia em uma situação muito difícil, em 2003. Já o cenário internacional favorece o Brasil e o governo aproveita essas condições favoráveis para fortalecer a economia interna com um conjunto de políticas de renda, de políticas produtivas, e também com um conjunto de políticas sociais. Isso consi-

dera que qualquer possibilidade de desenvolvimento do país depende fundamentalmente de fortalecimento do mercado interno, de fortalecimento da renda e do sistema produtivo nacional. Esse é o grande marco do governo PT comparativamente ao governo anterior.

IHU On-Line – Quais os acertos e erros do PT nesses 10 anos?

Claudio Salvadori Dedecca – Os principais acertos foram obviamente o fortalecimento da renda interna, do emprego, do sistema produtivo nacional, apesar da valorização cambial ter prejudicado essa estratégia. E o

principal problema se relaciona com o modo como o governo conduziu sua relação com o mercado financeiro. Em um primeiro momento, o governo adota uma política conservadora, que de meu ponto de vista está correta. Entretanto, essa política deveria ter sido adotada com mais cautela e por um período mais curto. Esse foi um grande problema, porque durante o período de crescimento pré-crise nós convivemos com taxas de juros elevadíssimas e, portanto, perdemos a oportunidade de produzir um crescimento mais acelerado e um processo de transformação social ainda mais positivo.

IHU On-Line – Nesses dez anos de PT no poder, o que mais mudou no discurso dos presidentes Lula e Dilma do início para os dias atuais?

Claudio Salvadori Dedecca – A grande mudança em termos de governo – e essa mudança já havia sido sinalizada antes mesmo da posse do presidente Lula – foi uma migração para um discurso bastante pragmático em termos de desenvolvimento do país. O governo perde uma visão mais estratégica, mais complexa do que deve ser o desenvolvimento do país e quais são os pilares básicos desse processo. E acaba adotando uma política bastante pragmática que tem como foco, em grande medida, viabilizar o crescimento, viabilizar a geração de emprego e produzir alguma redistribuição de renda. Essa perspectiva foi positiva, sem dúvida. Entretanto, ela é insuficiente para provocar uma transformação social do país, que permita uma redução substantiva da desigualdade e, mais do que isso, um equacionamento adequado da situação de pobreza.

IHU On-Line – Quais as principais diferenças e semelhanças entre Lula e Dilma?

Claudio Salvadori Dedecca – Existem diferenças significativas entre os dois presidentes. Entretanto, para que possamos apontar quais são, é preciso também considerar que as condições do país no momento em que cada um deles assumiu o governo são completamente distintas. O governo Lula assume o governo em uma situação econômica muito difícil, de crise e, portanto, teve que ter muito jogo político para viabilizar o governo e sair com uma popularidade altíssima depois de dois mandatos. Ele é uma pessoa que conduziu o governo muito mais baseado no tino político. Enquanto que a Dilma pega o país em uma situação mais favorável, apesar da crise internacional. Ela não tem o tino político de Lula, mas tem uma iniciativa em termos de gestão técnica do governo muito importante e adequada. O

“O perfil da Dilma é muito adequado para os desafios que o país enfrenta nesse momento”

grande desafio hoje do Brasil não é tanto político, mas é muito mais em termos de gestão administrativa, de projetos técnicos, de natureza técnica. Nesse sentido, o perfil da Dilma é muito adequado para os desafios que o país enfrenta nesse momento.

IHU On-Line – Que rumo pode ser vislumbrado para o país tendo em vista o crescimento da chamada classe média e as medidas de redução da pobreza pelo governo Dilma?

Claudio Salvadori Dedecca – A situação do Brasil apresenta cenários favoráveis e sinais que merecem toda a atenção. Quais são os sinais favoráveis? De fato, temos uma possibilidade de crescimento dada. As condições, tanto de inserção externa quanto as condições internas favorecem o crescimento. Entretanto, depois de um ano de medidas visando fortalecer o crescimento, o país parece que tem dificuldade em encontrar sua rota. No ano passado, o país começou com uma expectativa de crescimento de 4% e terminou o ano com crescimento ao redor de 1%. Este ano, a expectativa é de 3%, mas há uma grande dúvida se conseguiremos isso. De tal modo que, apesar das expectativas de crescimento, não estamos conseguindo transformá-las em algo real, efetivo. Esse é o grande desafio que em 2013 se coloca para a sociedade brasileira. Temos um potencial, mas até o exato momento não conseguimos transformar aquilo que é uma possibilidade em fato concreto, isto é, em crescimento robusto.

IHU On-Line – Quais os riscos de tomar medidas tendo em vista as eleições? O PT tem feito isso nesses 10 anos?

Claudio Salvadori Dedecca – A prática de adoção de medidas de condução do governo segundo o calendário eleitoral é muito antiga no Brasil. É da tradição brasileira compatibilizar as medidas e iniciativas de governo ao calendário eleitoral. O PT não inventou isso, ele se adaptou a essa prática histórica existente no país. Muitas vezes os partidos de oposição criticam o PT por isso, mas fazem nos estados aquilo que o PT faz no governo federal. Essa é uma prática generalizada, independentemente do partido. Isso sinaliza que é um *modus operandi* da política no país. O problema é que essa prática se associa à adoção sempre de medidas para um mandato, isto é, perdem-se nos governos as estratégias de política de maior longo prazo. Uma grande evidência disso é que, independentemente do partido, sempre um governante assume e rompe os projetos estratégicos que o governo anterior adotou, seja de um partido ou de outro, seja no governo federal, estadual ou municipal. Ou seja, existe uma descontinuidade em termos de condução de projeto, que é histórica e recorrente na política brasileira. Esse é um grande problema, obviamente, de associar estratégia de governo a calendário eleitoral ou a períodos de quatro anos apenas.

IHU On-Line – Quais os avanços desses 10 anos de PT no poder em relação ao trabalho e emprego?

Claudio Salvadori Dedecca – O governo Lula reconstituiu uma visão nacional no país, de que temos que ter um projeto que atenda aos interesses dos diversos segmentos da sociedade brasileira. Precisamos buscar inserir esse projeto na economia internacional, no mundo. Entretanto, é fundamental que ele preserve questões básicas, como o crescimento, a estrutura produtiva, a renda e o emprego. O grande aspecto positivo que o governo do PT produziu foi uma vin-

culação muito estreita da necessidade de provocar um desenvolvimento na base produtiva com geração de emprego. E, nesse sentido, o governo tem sido muito bem sucedido. E, mais do que isso, ampliou essa perspectiva com políticas de renda, como foi o caso do salário mínimo, do Bolsa Família, que tiveram um papel importante no sentido de fortalecer as condições de vida da população mais pobre. Entretanto, isso ainda não é suficiente para fazer uma transformação significativa das condições de vida da população brasileira. Investimentos em educação, saúde, saneamento e reforma agrária são fundamentais para uma transformação social mais robusta do país. Só que isso leva tempo e muitas vezes essas iniciativas são constrangidas pelo calendário eleitoral, como já falamos.

IHU On-Line – Como o senhor avalia que o governo do PT na presidência da República conduziu as relações internacionais ao longo desses 10 anos, principalmente em relação à América Latina?

Claudio Salvadori Dedecca – Esse foi um dos maiores acertos do governo do PT, a sua estratégia internacional, em termos de relações internacionais. Porque não só o governo, de um lado, considera que é fundamental que a inserção externa seja balizada, referenciada nos objetivos nacionais, ou seja, nos inte-

“Os governos do PT têm sido muito mais progressistas do que governos de esquerda”

resses nacionais, como ele procurou fortalecer as relações com os países em desenvolvimento. E essa estratégia internacional acabou permitindo que o Brasil viesse a se transformar na liderança desse grupo, nesse momento, inclusive na América Latina. Isso tem sido muito importante para o Brasil, no sentido que deu uma proeminência externa até nos países desenvolvidos. E tem sido importante também no sentido de fortalecer projetos econômicos para as nações em desenvolvimento, o que, caso o resultado seja exitoso, o Brasil tem muito a ganhar.

IHU On-Line – Podemos afirmar que o PT tem sido um partido de esquerda nesses últimos 10 anos?

Claudio Salvadori Dedecca – Essa é uma questão bastante delicada. Se compararmos o discurso do PT na sua origem, nós diríamos que não. Não poderíamos associar o PT hoje a uma política de esquerda. Por

outro lado, se olharmos a situação do país em 2003 e hoje, e quais foram os resultados sociais que o país alcançou ao longo de 10 anos, talvez pudéssemos dizer que a política foi de esquerda, porque gerou alguma redistribuição de renda no país, gerou emprego, fortaleceu o setor produtivo. Entretanto, quando olhamos essa política redistributiva, percebemos que ela beneficiou fortemente grandes interesses, em especial do setor financeiro. De tal modo que eu diria que os governos do PT têm sido muito mais progressistas do que governos de esquerda, situação que tem favorecido o país. No entanto, a ausência de um projeto mais robusto e estratégico para o país faz com que essa política dos governos do PT tenha efeitos positivos, mas produzam uma transformação social muito lenta.

Leia mais...

>> Claudio Salvadori Dedecca já concedeu outra entrevista à **IHU On-Line**. Confira:

- *Salário mínimo: “É preciso abandonar a postura de pensar o Brasil a curto prazo”*. Entrevista publicada no sítio do IHU em 15-02-2011, disponível em <http://bit.ly/11p3sUb>

LEIA OS CADERNOS TEOLOGIA PÚBLICA

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

“Lula pensa que é o rei do Brasil”

Na visão de Francisco de Oliveira, a marca do PT na presidência do Brasil é a preocupação – maior do que outros governos – com a redistribuição de renda

POR GRAZIELA WOLFART

Questionado se o PT manteve um projeto de esquerda ao longo dos 10 anos em que se encontra à frente da presidência da República, o sociólogo Francisco de Oliveira é enfático: “não, de forma nenhuma”. E continua: “o PT não é mais o partido da transformação e, sobretudo, uma transformação já na direção do socialismo. O PT aburguesou-se. O projeto do PT hoje, como o de todos os partidos, é manter-se no poder e ponto”. Na entrevista a seguir, concedida por telefone à **IHU On-Line**, o professor aposentado da USP defende que o lulismo continua presente mais do que nunca em nosso país. “A novidade hoje em relação ao primeiro mandato do PT na presidência é que agora Lula pensa que é o rei do Brasil. O lulismo está pior do que no começo, quando Lula pensava ser apenas a preferência dos pobres pelo Partido dos Trabalhadores. Mas agora, com dois

mandatos sucessivos e mais a capacidade de eleger a presidente Dilma Rousseff e ainda a capacidade de eleger o prefeito de São Paulo, o lulismo, como se diz em linguagem popular, ‘subiu nos tamancos’”.

Francisco de Oliveira formou-se em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e recebeu o prêmio Jabuti na categoria Ciências Humanas, em 2004. Professor aposentado do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo – USP, ele é autor de diversas obras, entre as quais *Hegemonia às avessas* (São Paulo: Boitempo, 2010) e *A economia brasileira: crítica à razão dualista* (São Paulo: Brasiliense, 1972), que no ano passado completou 40 anos.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual é a marca que o governo do PT imprimiu ao Brasil até o momento, passados 10 anos de poder na presidência da República?

Francisco de Oliveira – A marca seria uma preocupação – maior do que outros governos – com a redistribuição de renda. Apesar de que essa redistribuição operada pelo PT é bastante tímida.

IHU On-Line – E ela significa redução de desigualdade?

Francisco de Oliveira – Não, não significa. É apenas a cereja encima do bolo.

IHU On-Line – O PT manteve um projeto de esquerda ao longo desta década?

Francisco de Oliveira – Não, de forma nenhuma. O PT não é mais o partido da transformação e, sobretudo, uma transformação já na direção

do socialismo. O PT aburguesou-se. O projeto do PT hoje, como o de todos os partidos, é manter-se no poder e ponto.

IHU On-Line – Como seria um projeto de esquerda, em sua opinião?

Francisco de Oliveira – É difícil definir em termos práticos. Em termos mais abstratos, significa sempre dar maior poder à classe trabalhadora. Não é transformar o Estado em uma ditadura do proletariado, mas fazer com que o poder da classe trabalhadora se reflita e se expresse mais nas decisões do governo. O PT não fez isso.

IHU On-Line – O que o PT podia ter feito, mas não fez, pelo Brasil nesses 10 anos?

Francisco de Oliveira – Por exemplo, o PT é um partido que despreza o lado institucional da república. As frequentes declarações do próprio

líder máximo do PT [Lula] mostram desprezo ou talvez desconhecimento do que significam instituições da república. Ele nem sabe que só foi eleito graças a uma institucionalidade que se chamava burguesa e que deu chance a um partido de operários fazer política. Antes, política era um caso de polícia. E mais do que fazer política, chegar ao governo. Essas são instituições democráticas que o povo brasileiro construiu com muito sacrifício, com ditaduras pelo meio. Apesar disso, quando o país saiu da ditadura foi num sentido progressista. E o PT não entendeu isso.

IHU On-Line – Quais os principais méritos que o PT merece em relação às mudanças realizadas no Brasil durante a última década?

Francisco de Oliveira – O mérito está no capítulo da distribuição de renda. Trata-se de uma atenção maior ao social, sem ter corrigido a desigualdade

brasileira, e com uma reiteração da democracia republicana, que no PT corria riscos. São as duas grandes ações.

IHU On-Line – As políticas sociais teriam sido possíveis sem o apoio de bastiões da direita?

Francisco de Oliveira – A direita não fez resistência nenhuma. Até porque o Bolsa Família, que é louvável, é muito tímido. Os estudos da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, que é um organismo do governo, mas conduzido tecnicamente bem, mostram que o que impacta a distribuição de renda no Brasil são os benefícios do INSS, e não o Bolsa Família.

IHU On-Line – Como o senhor avalia que se deu a relação com a oposição durante os dois mandatos de Lula e os primeiros anos de Dilma até então?

Francisco de Oliveira – Muito mal. Em primeiro lugar, a oposição perdeu todas as suas bandeiras, coisa que não era para ter ocorrido porque os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso não foram mandatos nulos, não foram um “zero à esquerda”. Mas o PT não valoriza o que ele chamava injustamente de “herança maldita”, porque sem a estabilização da moeda, que foi uma façanha política do governo FHC, o PT jamais conseguiria implementar o Bolsa Família. Imagine a cada três meses ter que corrigir o valor do benefício por causa da inflação! O PT é muito pouco respeitoso das instituições republicanas. Felizmente, nesse capítulo, apesar do desprezo que ele tem, expresso pelo seu líder máximo, não deu nenhum passo em falso.

IHU On-Line – O que mudou no lulismo durante esses 10 anos de PT na presidência da república? Ele continua presente no governo Dilma?

Francisco de Oliveira – Mais do que nunca. A novidade hoje em relação ao primeiro mandato do PT na presidência é que agora Lula pensa que é o rei do Brasil. O lulismo está pior do que no começo, quando Lula pensava ser apenas a preferência dos pobres pelo Partido dos Trabalhadores. Mas agora, com dois mandatos sucessivos e mais a capacidade de eleger a presi-

dente Dilma Rousseff e ainda a capacidade de eleger o prefeito de São Paulo, o lulismo, como se diz em linguagem popular, “subiu nos tamancos”.

IHU On-Line – O senhor pensa que há alguma possibilidade de Lula querer voltar em 2014 em vez de apoiar a reeleição de Dilma?

Francisco de Oliveira – Ele não vai voltar, porque ninguém vai deixar. O próprio PT não vai deixar. Isso não é um império. É uma república, com seus defeitos, mas é uma república. Já a possibilidade de Dilma é grande.

IHU On-Line – O PT, como partido que se diz de esquerda, trouxe que novidade para o Brasil em relação à política econômica dos governos anteriores?

Francisco de Oliveira – Nenhuma. Mantém o mesmo ministro de Lula até aqui, o Guido Mantega, que é um homem honrado, mas não traz nenhuma novidade na política econômica em relação aos caminhos que foram abertos pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

IHU On-Line – Como o senhor situa o episódio do mensalão e as condenações aos membros do PT nesse contexto de um governo que dura 10 anos?

Francisco de Oliveira – Pode ser que prejudique, mas os episódios iniciais estão se afastando muito do tempo. Para frente, se Dilma conseguir se reeleger, isso ficará ainda mais longe da memória dos eleitores. Além disso, os eleitores se renovam. O eleitor de 20 anos que chegar em sua primeira eleição está muito pouco ligado comigo, que sou um eleitor de 70 anos. Então, este impacto do mensalão tende a esmaecer, embora o PT tenha sempre dito que era invenção da imprensa, mas não era. Há talvez uma ou outra figura que tenha sido injustiçada e aqui penso, sobretudo, no ex-deputado José Genoíno.

IHU On-Line – O que é ética para a esquerda política de modo geral?

Francisco de Oliveira – A esquerda se define pelo seguinte: entre os três grandes temas ou bandeiras da grande revolução francesa (igualdade, liberdade e fraternidade), a esquerda sempre

é o partido da igualdade. Nesse sentido, certos regimes de esquerda desprezaram a liberdade ou até atentaram contra ela. O que define a esquerda é a luta pela igualdade social – a esquerda não parte dos indivíduos, mas das classes – e a igualdade entre as classes, que levará necessariamente a uma igualdade entre os indivíduos. É o oposto do liberalismo, que começa pelo indivíduo e não toca no tema das classes. A esquerda começa pelas classes para atingir o indivíduo. Esse será sempre o seu programa. É um programa eterno.

Leia mais...

>> Francisco de Oliveira já contribuiu com a **IHU On-Line** com várias entrevistas. Confira:

- *A esquerda sempre foi desenvolvimentista*. Entrevista publicada na **Revista IHU On-Line**, edição 393, de 21-05-2012, disponível em <http://migre.me/aWMaj>;
- *“18 de Brumário” de Luis Inácio Lula da Silva*. Entrevista publicada na **Revista IHU On-Line**, edição 386, de 19-03-2012, disponível em <http://migre.me/aWLTO>;
- *China e Índia: estrelas ascendentes do capitalismo mundial*. Entrevista publicada na **Revista IHU On-Line** número 385, de 19-12-2011, disponível em <http://bit.ly/vhbWli>;
- *Capitalismo monopolista. Uma política econômica arriscada e perigosa*. Entrevista publicada na **Revista IHU On-Line** número 356, de 04-04-2011, disponível em <http://bit.ly/fsWy2y>;
- *O lulismo como uma regressão*. Entrevista publicada na **Revista IHU On-Line** número 352, de 29-11-2010, disponível em <http://migre.me/47E4f>;
- *Classe trabalhadora perde força com a centralização de capitais*. Publicada na **Revista IHU On-Line** número 322, de 22-03-2010, disponível em <http://migre.me/49FEi>.
- *O ingresso da economia brasileira no patamar monopolista*. Publicada na **Revista IHU On-Line** número 405, de 22-10-2012, disponível em <http://bit.ly/TPD6oE>

O lulismo: uma formação de compromisso

Para Vladimir Safatle, o que o PT entendeu nesses dez anos foi que gerir e administrar o poder significava garantir as condições mínimas de governabilidade com o Congresso Nacional. Dentro dessa lógica, explica, “não existe muita coisa a ser feita a não ser aquilo que já foi feito”

POR GRAZIELA WOLFART

Após dois mandatos de Lula na presidência da República, o chamado “momento Dilma” pedia uma mudança, no sentido de avançar em aspectos da política econômica e nas suas práticas políticas. No entanto, conforme a reflexão do professor Vladimir Safatle, o que o governo atual fez foi gerenciar o legado do lulismo. “O resultado foi ter um lulismo de baixo crescimento, assim como um bloqueio no campo político muito evidente. Temos, então, o descontentamento cada vez maior de vários setores da sociedade civil em relação ao preço pago pela estabilização do jogo político no Brasil”. “Como se não bastasse”, continua ele, na entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, “temos também um processo de bloqueio dentro da política brasileira”.

Segundo ele, “tudo isso demonstra uma espécie de fim da criatividade política institucional desse ciclo”.

Graduado em Filosofia, pela Universidade de São Paulo – USP e em Comunicação Social, pela Escola Superior de Propaganda e Marketing, Vladimir Safatle é mestre em Filosofia pela USP e doutor em Lieux et transformations de la philosophie pela Université de Paris VIII. Professor da USP, desenvolve pesquisas nas áreas de epistemologia da psicanálise, desdobramentos da tradição dialética hegeliana na filosofia do século XX e filosofia da música. É um dos coordenadores da International Society of Psychoanalysis and Philosophy.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – De modo geral, como o senhor define a mais longa experiência de continuidade programática dos períodos democráticos no Brasil, que estão sendo esses 10 anos de PT na presidência?

Vladimir Safatle – De fato, é a experiência mais longa e isso produz uma série de questões interessantes. É uma experiência que tem dois momentos. O primeiro é o de consolidação de um modelo de governabilidade que o sociólogo André Singer¹

chamou muito bem de lulismo, que é um modelo baseado, do ponto de vista econômico, na desconcentração de renda através da criação de um sistema de seguridade social, sistema que demonstrou a sua importância nas respostas que o país deu à crise econômica de 2008. Do ponto de vista político, o lulismo foi caracterizado por uma prática de largas alianças heteróclitas, o que produziu, por um lado, após o mensalão, certa estabilidade de governo mas, por outro, produziu um imobilismo completo da possibilidade de pautar a política por grandes reformas. Nas alianças

heteróclitas, o modelo de negociação é um modelo que visa o imobilismo, o que ficou muito claro ao final. Esse é um primeiro momento, que marca os dois governos Lula. Só que o momento Dilma é diferente. E temo que muita gente não tenha entendido isso ainda, porque é um momento onde era necessário avançar em aspectos da política econômica e nas suas práticas políticas. Na verdade, o que o governo fez foi gerenciar o legado do lulismo. O resultado foi ter um lulismo de baixo crescimento, assim como um bloqueio no campo político muito evidente. Temos, então, o descontentamento cada vez maior de vários setores da sociedade civil em relação ao preço pago pela estabilização do jogo político no Brasil.

¹ **André Vítor Singer:** jornalista e cientista político brasileiro. Foi porta-voz da Presidência da República. Filho do economista Paul Singer, é professor do departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Confira as **Notícias do Dia** do IHU: *Raízes sociais e ideológicas do lulismo. A análise de An-*

dré Singer, disponível em <http://migre.me/qlkP> e *PT terá que se reposicionar diante do lulismo*, afirma André Singer, disponível em <http://migre.me/qkmC>. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line – Nesses 10 anos de PT na presidência da República, quais foram as principais mudanças pelas quais passou o “lulismo”? Dilma aponta para seu desaparecimento?

Vladimir Safatle – Não. Na verdade, o lulismo é uma formação de compromisso. Ele tinha um prazo de validade, que eram os dois mandatos de Lula. Esse prazo de validade está vinculado à ascensão de 34 milhões de pessoas ao que se chamou de nova classe média. Pois tal processo tinha um limite muito claro. Ao ascender criaram-se novas demandas. Na área da educação, tal parcela procura colocar seus filhos em escolas melhores. No Brasil isso significa, infelizmente, escolas privadas. Essa parcela da população passou também a ter novas demandas de saúde, querendo colocar sua família num sistema de saúde melhor do que o sistema público. Tudo isso arrebenta com os ganhos salariais dessas pessoas, porque elas terão novos gastos. Nesse sentido, qual deveria ter sido a função de um novo momento do ponto de vista econômico e social no Brasil? Era fazer um investimento maciço na construção de grandes sistemas de serviço público. Lutar pela construção de algo parecido a um Estado do bem-estar social. Isso não foi feito e nem existe um plano do governo que diga, por exemplo, que daqui a 15 anos teremos todo um sistema de ensino médio público. Não existe nada parecido, porque isso exigiria um novo modelo de financiamento do Estado, uma reforma tributária de esquerda, que pegasse o dinheiro das classes mais ricas, taxasse a renda e as fortunas delas para usar esse dinheiro com o intuito de financiar esse novo sistema do serviço público brasileiro. Nada disso foi feito. Isso não é só uma questão social. É uma questão econômica grave. Se as pessoas são obrigadas a se endividar para conseguir pagar educação privada e saúde privada, que é o que vai acontecer daqui para a frente, elas não terão dinheiro para consumir. Elas poderiam estar usando esse dinheiro para fazer economia funcional. Esse é um ponto.

Como se não bastasse, temos também um processo de bloqueio dentro da política brasileira. Um dos maiores exemplos disso é o fato de que é de se esperar que, dentro de

“Se as pessoas são obrigadas a se endividar para conseguir pagar educação privada e saúde privada, que é o que vai acontecer daqui para a frente, elas não terão dinheiro para consumir”

uma prática de esquerda, se tenha um processo de modernização social. Aqui no Brasil, a política de cotas é uma das medidas desse processo, muito acertada. Mas há várias outras medidas. Por outro lado, não houve nenhum avanço na constituição de algum tipo de democracia direta. As decisões do governo continuam sendo completamente permeadas por sistemas obscuros de interesses dos setores mais tacanhos da sociedade brasileira, sem que nenhum tipo de aprofundamento da democracia plebiscitária ou de uma constituição da participação popular mais efetiva tenha sido sequer tentado. Tudo isso demonstra, a meu ver, uma espécie de fim da criatividade política institucional desse ciclo.

IHU On-Line – Qual a importância da política de coalizão para a manutenção do PT no poder nesses 10 anos?

Vladimir Safatle – De fato, o que o PT entendeu nesses 10 anos foi que gerir e administrar o poder significava garantir as condições mínimas de governabilidade com o Congresso Nacional. Dentro dessa lógica, não existe muita coisa a ser feita a não ser aquilo que já foi feito. Só que essa não é a única lógica de compreensão do que significa gerir o poder. Gerir o poder

é instaurar um processo de reforma que faça com que cada vez menos se seja dependente dos setores mais atrasados da vida social. É importante cada vez menos ter que gerenciar o atraso transformando paulatinamente os processos decisórios do governo em direção à democracia direta. Essa era a saída e a esse respeito nada foi tentado. Então é óbvio que se chegaria a uma situação como a de agora, marcada por um cansaço muito forte da sociedade brasileira em relação ao modelo de se fazer política, com uma descrença e um desencanto cada vez maior que faz com que, com certeza, num prazo de no máximo quatro anos teremos um outro tipo de configuração de forças políticas no Brasil.

IHU On-Line – Quais as consequências das alianças estabelecidas entre setores da esquerda brasileira e alas de políticos conservadores?

Vladimir Safatle – Os resultados são todos muito medonhos: primeiro, esse imobilismo; segundo, o fato de o PT ser obrigado – mais de uma vez – a servir de esteio contra ações que tentavam retirar esses políticos de cena. Um resultado muito forte é que existe uma força política das demandas éticas. Muitas vezes queremos acreditar que a revolta contra a corrupção é só uma pauta da direita. Só que se esquece que existe, na verdade, uma força política progressista dentro das demandas éticas. O problema não é o Estado, mas é a forma como o Estado foi privatizado, servindo como caixa de ressonância de interesses privados completamente escusos de grandes empreiteiras, do sistema financeiro, de grandes empresas. E é esse vínculo que deve ser cortado de uma vez por todas; esse vínculo incestuoso entre o setor econômico, hegemônico e a máquina do Estado. Isso significa utilizar a indignação ética como uma arma fundamental de transformação política e institucional. Só que isso a esquerda não consegue mais fazer, por ela ter se aproveitado das fragilidades da estrutura institucional brasileira, em vez de ter tentado modificá-la. Isso é imperdoável. E as consequências disso serão cobradas de uma maneira muito forte. Muitas vezes, alguns sucessos eleitorais podem dar a impressão de que não há nenhuma

cobrança que virá. No entanto, isso não é verdade.

IHU On-Line – Como a hegemonia PSDB-DEM interfere na ideologia do PT e da esquerda política brasileira de forma geral?

Vladimir Safatle – A impressão que eu tenho é a de que, muitas vezes, o PT ficou com raiva de não ter sido tratado pela imprensa e outros setores da teia social como se tratava o DEM e o PSDB. Há um diagnóstico muito crítico a ser feito, que é o seguinte: muitos do PT parecem que, no fundo, queriam ter a vida das pessoas do PSDB, queriam ter o tipo de tratamento que elas recebem e ficaram com raiva porque isso não aconteceu. É uma vergonha para líderes de esquerda que, em lugar de pensarem como esquerda, de serem sensíveis às críticas que vêm da esquerda, estão muito mais interessados em se fazerem aceitar pelo pensamento liberal, em tentar conjugar os verbos do pensamento liberal, falar como os liberais e mostrar que eles também são capazes de governar como os liberais aparentemente seriam. Há uma degradação intelectual muito forte. E esse é um ponto importante, a partir do momento em que simplesmente a esquerda não tem mais coragem de ouvir seus próprios críticos. A pior coisa é ouvir a crítica de um sujeito que lembra que você esqueceu quem você é.

IHU On-Line – Como compreender a trajetória do PT de afastamento dos núcleos de debate da sociedade civil e em que isso acaba acarretando?

Vladimir Safatle – Esse é o modelo de todos os partidos socialdemocratas da Europa. Isso aconteceu com todos, é a mesma história. A diferença em relação ao PT é que ele fez esse processo mais rapidamente. Quando o PT apareceu, ele era uma grande frente de várias forças de esquerda. Aos poucos foi se transformando em um partido social-democrata e adquirindo os mesmos vícios. Com isso, vai perdendo contato com a sociedade civil e outras instâncias, como o movimento sindical. A perda de contato com o movimento sindical só não é maior por causa da figura pessoal de Lula. E ele soube utilizar isso muito

“Gerir o poder é instaurar um processo de reforma que faça com que cada vez menos se seja dependente dos setores mais atrasados da vida social”

bem. Só que o governo Dilma não tem esse capital simbólico. Por exemplo, as negociações com os sindicatos são terríveis, particularmente catastróficas. Tudo isso mostra que a tendência é que o processo de degradação que os partidos social-democratas passaram é um processo que aqui também vai passar.

IHU On-Line – Que limites e entraves se apresentam a partir da consolidação da ascensão econômica de largas parcelas da população brasileira por meio, principalmente, da ampliação das possibilidades de consumo?

Vladimir Safatle – Até agora nada foi mostrado nesse sentido. Entendo que a ascensão social tem como uma das suas expressões o aumento das possibilidades de consumo. Além disso, houve uma integração do sujeito como consumidor, mas não como cidadão, que pode fazer um apelo a serviços públicos de qualidade. O brasileiro é o cidadão do mundo que tem alguns dos piores e mais caros serviços, e sem nenhuma alternativa. Isso é um sintoma de um modelo equivocado de desenvolvimento econômico, que não mudou nos últimos dez anos, ao contrário. Vejam o nosso atual capitalismo monopolista de estado. O governo escolheu alguns *players* globais, que vão se transformar em empresas multinacionais brasileiras, financiou tais empresas com dinheiro do BNDES

e acabou por produzir uma oligopolização da economia, o que é imperdoável. Com isso a situação do consumidor se torna calamitosa, porque ele é espoliado no interior de um sistema econômico sem concorrência real.

IHU On-Line – Qual tem sido o problema central da sociedade brasileira na visão do PT, que esteve à frente da presidência da República na última década?

Vladimir Safatle – Para qualquer partido de esquerda o problema central vai ser sempre a desigualdade social, econômica e de direitos. E de fato, num primeiro momento, foi esse o problema que apareceu como foco central do PT. Só que esse problema está cada vez mais difícil de ser encontrado como prioridade do governo. Falta um novo ciclo de políticas de combate à desigualdade. Esse é um sintoma da mortificação política. Do ponto de vista intelectual, temos a estabilidade do cemitério. Por isso, diria que a função deste ciclo terminou.

Leia mais...

>> Vladimir Safatle já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**.

Confira:

- *Totalitarismos: uma reflexão político-social e libidinal*. **Revista IHU On-Line**, número 265, de 21-07-2008, disponível em <http://migre.me/Etg2>
- *Racionalidade cínica, raiz da anomia social*. **Revista IHU On-Line**, número 282, de 17-11-2008, disponível em <http://migre.me/Etjl>
- *O “bem” está mal acompanhado*. **Revista IHU On-Line**, número 329, de 17-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ILW4b2>
- *A verdadeira face do Supremo Tribunal Federal*. Entrevista especial com Vladimir Safatle. **Notícias do Dia** 05-04-2011, disponível em <http://bit.ly/K5JXa6>
- *A política contemporânea tende a ir para os extremos*. **Revista IHU On-Line**, número 392, de 14-05-2012, disponível em <http://bit.ly/JDN2z2>

O PT no poder. Dez anos depois, “do ponto de vista da esquerda, tudo está por fazer”

Na percepção de Werneck Vianna, o Partido dos Trabalhadores representa uma esquerda que, para seguir em frente, foi capitulando do seu programa, em alguns momentos, princípios como, por exemplo, o da ética na política. Aos poucos foi se tornando uma presença tradicional na política

POR GRAZIELA WOLFART

“O PT vem ao mundo com uma missão: a de transformar, eu diria até que, pensando em algumas lideranças, a missão de revolucionar a sociedade brasileira. No entanto, uma coisa era a intenção e outra coisa são as circunstâncias. A opção foi a de fazer as reformas possíveis e não enfrentar, de verdade, as questões duras”. A afirmação é de Luiz Werneck Vianna, professor-pesquisador da PUC-Rio. Em entrevista que concedeu à **IHU On-Line** por telefone, o sociólogo admite que ainda tem dúvidas sobre quem será o candidato do PT à presidência da República em 2014. “Este lançamento prematuro da campanha presidencial de Dilma surge como uma ‘zona de sombra’. Por que tão cedo? Para forçar a irrupção da sua presença e torná-la inamovível? Ou porque há riscos da presidente, que tenta a reeleição, ser ultrapassada pela candidatura Lula, por pressão do próprio partido. O PT não é Dilma. O PT é Lula. O voto de massas não é Dilma. O voto de massas é Lula. Eu não posso sustentar que Lula será o candidato. No entanto, essa é ainda uma possibilidade, especialmente se

Dilma não tiver êxito na condução da vida econômica”. E ele ainda defende que estamos em uma era que está se fechando diante de nós e que, do ponto de vista da esquerda, “vai nos deixar em um mundo desertificado, porque ela não aproveitou esses 12 anos de governo. Não foram anos de enraizamento, de aprofundamento de uma cultura de esquerda no país. Do ponto de vista da esquerda, tudo está por fazer”.

Luiz Werneck Vianna é professor-pesquisador na PUC-Rio. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, é autor de, entre outros, *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil* (Rio de Janeiro: Revan, 1997); *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil* (Rio de Janeiro: Revan, 1999); e *Democracia e os três poderes no Brasil* (Belo Horizonte: UFMG, 2002). Sobre seu pensamento, leia a obra *Uma sociologia indignada. Diálogos com Luiz Werneck Vianna*, organizada por Rubem Barboza Filho e Fernando Perlatto (Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012) (mais informações em <http://bit.ly/IVmpmg>).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – De modo geral, que balanço o senhor faz dos 10 anos do PT na presidência da República? Trata-se de um governo de esquerda?

Werneck Vianna – É inquestionável que o PT foi eleito pela esquerda, a começar pela própria natureza da sua principal liderança, um operário metalúrgico, de chão de fábrica, com apoio do movimento sindical brasilei-

ro à sua candidatura, de movimentos sociais muito relevantes e o seu compromisso com os temas sociais. Então, inequivocamente o PT chega ao governo pela esquerda como um partido de esquerda e com suas características muito particulares. Certamente ele surge nessa nova onda de partidos na linha da social-democracia nascidos na queda do Muro de Berlim, no der-

ruimento do sistema soviético, do fim do socialismo real. Além do mais, o PT já nasce muito articulado com movimentos de base da Igreja Católica brasileira, e não apenas na base, porque houve apoio também por uma parte considerável da hierarquia católica. Isso dá uma marca muito particular a essa esquerda que o PT representa. Embora expressando uma política e

uma natureza de social-democracia, o PT nunca aceitou esse enquadramento, sempre se concebendo como um partido de esquerda fora dessa moldura. O que vai trazer problemas mais à frente na sua história partidária. O fato é que foi assim.

No governo, o PT se empenha em realizar pelo menos uma parte do seu programa. Mas as dificuldades eram muito grandes e o seu projeto originário de reformas teve que ser abandonado em nome da governabilidade. O tema da governabilidade marca de forma muito poderosa sua história de governo. Essa governabilidade diz que as alianças tinham que ser ampliadas, importava sobretudo reter a máquina governamental em suas mãos, o que faz com que o partido se torne, com o passar do tempo, progressivamente um partido de vocação eleitoral e não de mobilização popular. Enquanto isso, o tema da mobilização popular vai ser abandonado e o partido e seu governo vão agir de forma muito tradicional, assim como os governos anteriores, de forma assimétrica em relação à sociedade, com estilo decisionista. E essa abertura em razão da sua opção eleitoral para permanecer no poder vai, aos poucos, afetando a sua identidade originária. Grupos originários, vindos da esquerda, em vários momentos abandonam o partido: o PSTU, o PSOL, os verdes, e também aqueles que olham a política por uma perspectiva muito ética – tipo o Hélio Bicudo¹ –, também vão se desencantar, vão abandonar, mesmo que venham a se escorar em outros partidos, deixando o PT. Assim, o partido se torna, sem perder o seu centro de gravidade no movimento sindical, um partido de projeção de massas, principalmente quando sua política social se assenta a partir do Bolsa Família e

outras iniciativas vitoriosas. O resultado é um partido no governo que se torna um impotente rearranjador da distribuição de renda no país que, sem dúvidas, conheceu avanços, embora as desigualdades sejam imensas e ainda intocadas. Mas o tema da pobreza – e agora com a Dilma o tema da miséria – faz parte da agenda e não pode deixar de ser considerado como uma deriva à esquerda; uma esquerda muito particular, é verdade. Então, o PT vem ao mundo com uma missão: a de transformar, eu diria até que, pensando em algumas lideranças, a missão de revolucionar a sociedade brasileira. No entanto, uma coisa era a intenção e outra coisa são as circunstâncias. A opção foi a de fazer as reformas possíveis e não enfrentar verdadeiramente as questões duras, como a propriedade e a natureza do capitalismo brasileiro. Era preciso encontrar formas à margem de contornar isso como, por exemplo, na questão da terra, tema que jamais foi reprimido, pois se permitiu a sua movimentação. Mas isso jamais importou na articulação de uma política agrária que vulnerasse o tema da grande propriedade fundiária no Brasil, basta ver que os anos de ouro do agronegócio são os anos dos governos do PT. Anos de ouro não apenas do ponto de vista da expansão do sistema produtivo do agronegócio, mas também da expansão da sua influência política e social, nos estados do centro-oeste, no parlamento, onde o agronegócio tem uma bancada expressiva, capaz de inibir iniciativas que estejam orientadas contra seus interesses. E tem pleno acesso, conforme se constata, aos círculos do poder. E, mais do que tudo, são entendidos como peças estratégicas na formação do capitalismo brasileiro, especialmente no que se refere à sua inscrição no sistema econômico internacional. O agronegócio é aí, como se sabe, determinante.

IHU On-Line – Na última entrevista que nos concedeu (disponível em <http://bit.ly/Nu4OqB>), o senhor falou sobre o conflito interno do PT entre a volta de Lula e a reeleição de Dilma em 2014. Agora que isso, a princípio, já está decidido, o que a opção por Dilma indica sobre os rumos do partido para os próximos anos?

Werneck Vianna – Em primeiro lugar, eu mantenho certa inquietação sobre qual será o candidato à presidência por parte do PT em 2014. Este lançamento prematuro da campanha presidencial de Dilma me surge como uma “zona de sombra”. Por que tão cedo? Para forçar a irrupção da sua presença e torná-la inamovível? Ou porque há riscos da presidente, que tenta a reeleição, ser ultrapassada pela candidatura Lula, por pressão do próprio partido. O PT não é Dilma. O PT é Lula. O voto de massas não é Dilma. O voto de massas é Lula. Eu não posso sustentar que Lula será o candidato. No entanto, essa é ainda uma possibilidade, especialmente se Dilma não tiver êxito na condução da vida econômica. Essa precipitação das eleições fez com que o gênio saísse da garrafa. Candidaturas que mal se podiam vislumbrar hoje começam a ser tangíveis. Outra questão é essa dos direitos humanos, com a indicação desse deputado do Partido Social Cristão [Marco Feliciano], o que seria um descalabro em qualquer momento, por qualquer critério, mas ele está tomando uma importância, uma envergadura muito maior em função do momento da sucessão presidencial. A indicação desse parlamentar, com a história e as posições dele, com o perigo que ele representa para a paz social brasileira, com as suas posições fundamentalistas, agrava esse quadro e, ao mesmo tempo, mina do ponto de vista prático e simbólico, a natureza de um partido de esquerda, libertário, como o PT se apresentou e ainda é e, em grande parte, representa. Tudo agora se agrava em função da sucessão presidencial. Os pequenos fatos da vida política começam a fazer parte da grande política com os candidatos manobrando no sentido de converter esses incidentes em oportunidades para o seu fortalecimento.

IHU On-Line – Qual a influência que a presença do PT no poder Executivo federal provocou no fortalecimento do partido em outras instâncias de governo, como as municipais e estaduais?

Werneck Vianna – Contribui muito, certamente, tendo a máquina governamental na mão. E com essa política indiscriminada de alianças,

¹ **Hélio Pereira Bicudo** (1922): jurista e político brasileiro, militante dos Direitos Humanos. Filiado ao PT desde a sua fundação, desfilou-se do partido em 2005. Em 2010 veio a público declarar apoio a Marina Silva no primeiro turno e a José Serra no segundo turno. Em 2012, apoiou novamente José Serra na disputa municipal paulista. Criou e preside a Fundação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos (FidDH), entidade que atua junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos denunciando e acompanhado casos de desrespeito aos Direitos Humanos no Brasil. (Nota da IHU On-Line)

o PT foi muito hábil em projetar sua presença de modo capilar na vida municipal. No entanto, não tem lastro organizativo. O PT até hoje não tem um jornal. Sua vida nos municípios e nas grandes capitais, de arregimentação e mobilização, é muito restrita. E alguns dos movimentos sociais estão se distanciando. Então, é uma esquerda que, para seguir em frente, foi capitulando do seu programa, em alguns momentos até de alguns de seus princípios como, por exemplo, o da ética na política. E foi se tornando uma presença tradicional na política. O que não quer dizer que não ative ainda reformas, só que reformas pontuais, porque na verdade, especialmente com Dilma, o governo do PT, que aí está, se tornou o grande operador do modo do capitalismo brasileiro. Internamente, de um lado e externamente do outro. Basta ver a eleição dos grandes campeões da indústria a serem beneficiados por financiamentos no sentido de levar a economia brasileira para fora da fronteira em nome de um projeto que nada mais é do que um projeto de grandeza nacional. Essa é a história.

Se o PT não é mais um partido de esquerda? É. Agora, de que esquerda se trata? Qual a sua capacidade de interpelação, com seu programa de mudanças efetivo? A meu ver estamos em uma virada de página. Boa parte das expectativas mudancistas dependia do exercício do carisma pessoal do presidente. Mesmo que não mudasse nada, só a presença dele já significava uma enorme mudança, com sua gesticulação, sua denúncia sempre retórica dos ricos, enquanto fazia uma política extremamente benfazeja para eles, com uma retórica sarcástica. Mas, enfim, ele foi capaz de fazer esse milagre de conduzir ou ser o herói modernizador do capitalismo brasileiro, de um lado, e de outro lado governar com o apoio dos setores subalternos da sociedade. A Dilma não tem como fazer isso, nem que queira. Ela é uma gestora, pensa melhor a partir da lógica dos problemas sistêmicos do que dos problemas políticos e sociais. Eu tenho a convicção de que o PT vai vencer as eleições em 2014, salvo imprevistos. Mas em 2018 o Natal mudou. Há uma mudança de guarda na política brasileira. Há qua-

“Eu mantenho certa inquietação sobre qual será o candidato à presidência por parte do PT em 2014”

ros novos emergindo. É uma era que está se fechando diante de nós e que, do ponto de vista da esquerda, vai nos deixar em um mundo desertificado, porque ela não aproveitou esses 12 anos de governo. Não foram anos de enraizamento, de aprofundamento de uma cultura de esquerda no país. Do ponto de vista da esquerda, tudo está por fazer.

IHU On-Line – E como avalia a ação da oposição nesses 10 anos de PT à frente da presidência da República?

Werneck Vianna – Muito fraca. Não educou ninguém, não se educou, não soube criar uma plataforma alternativa. Ficou no discurso retórico, teve uma presença muito pobre e limitada. O legado político da oposição a esse governo, nesses 10 anos, é muito fraco, especialmente para a esquerda, que perde com o legado da situação e perde com o legado da oposição. Além disso, corre o risco de um aventureiro vir aí para arrebatá-lo que puder.

IHU On-Line – Quando o senhor fala que a esquerda perde, se refere a que esquerda?

Werneck Vianna – A esquerda em geral.

IHU On-Line – Algum partido em específico?

Werneck Vianna – Não apareceu nada de novo. O país se inclinou de forma a favorecer mais políticas conservadoras do que políticas efetivamente mudancistas. Basta ver o que ocorre com o tema dos direitos

humanos, da reforma agrária e uma série de outros. O conservadorismo não perdeu força ao longo desses anos 10 anos. Talvez ele tenha recuperado a sua presença. Os partidos conservadores que estão no Brasil estão no governo. Estão juntos na coalizão governamental.

Leia mais...

>> Luiz Werneck Vianna já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**.

Confira:

- *Fascismo: moralismo faz a política ficar de fora da discussão*. Entrevista publicada no sítio do IHU em 20-07-2008, disponível em <http://bit.ly/wEoW8F>
- *“Só há um político no Brasil: o presidente da República”*. Entrevista publicada no sítio do IHU em 24-08-2008, disponível em <http://bit.ly/ybsZgJ>
- *“Hoje, no Brasil, só uma pessoa faz política: Lula”*. Entrevista publicada no sítio do IHU em 24-05-2009, disponível em <http://bit.ly/xKTIVA>
- *Da fábrica para a selva. “A candidatura Marina é uma mutação na política brasileira”*. Entrevista publicada no sítio do IHU em 20-08-2009, disponível em <http://bit.ly/AsCjgT>
- *“A sociedade brasileira, hoje, é grão-burguesa”*. Entrevista publicada no sítio do IHU em 21-03-2010, disponível em <http://bit.ly/xjeQ63>
- *“O PT se tornou uma força condutora da expansão burguesa no Brasil”*. Entrevista publicada na revista IHU On-Line número 386, de 19-03-2012, disponível em <http://bit.ly/GBsaFP>
- *A modernização brasileira e a política burguesa cinzenta*. Entrevista publicada na revista IHU On-Line número 392, de 14-05-2012, disponível em <http://bit.ly/JwgFmW>
- *As alianças políticas, absolutamente necessárias, e seus limites*. Entrevista publicada na revista IHU On-Line número 398, de 13-08-2012, disponível em <http://bit.ly/Nu4OqB>

A transformação do projeto político em um simples projeto de poder

Para Luiz Gonzaga de Souza Lima, a distribuição de renda para a população mais pobre, capitaneada pelo PT, permitindo a sua elevação a um nível de consumo mínimo, teve um efeito imenso sobre a sociedade brasileira. “Muito maior do que a magnitude dos números”, enfatiza

POR GRAZIELA WOLFART



Autor da tese sobre a refundação do Brasil a partir do conceito da “formação social empresarial” de nosso país na época da colonização, o cientista político Luiz Gonzaga de Souza Lima situa os 10 anos de administração do PT e da esquerda política no Brasil nesse contexto histórico e cultural. Na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**, ele recupera aspectos de sua tese para embasar suas posições a respeito dos rumos da política em nosso país na última década. “Nesses dez últimos anos os governos do PT cometeram erros. Entretanto os seus acertos no tocante à política de renda e de juros e o reconhecimento político dos atores políticos no âmbito das classes populares alteraram profundamente as relações entre cidadãos e estado no Brasil. Alcançar estes objetivos em um regime democrático e sem rupturas nem crise dentro do sistema político e em um quadro de estabilização econômica foi o maior êxito do governo do PT e diferencia seu governo das outras experiências políticas de governos de esquerda no âmbito da América Latina”. No entanto, para Luiz Gonzaga a renúncia utópica protagonizada pelo Partido dos Trabalhadores diante do poder Executivo federal “termina por desaguar em

antigas concepções e tem conduzido o governo à prática de uma política ambiental atrasada e em franco antagonismo com as perspectivas utópicas dos programas originários das esquerdas brasileiras. O sonho de um modelo de desenvolvimento alternativo se dissolve a cada acordo com o agronegócio e, sobretudo, com as grandes empreiteiras”, lamenta.

Luiz Gonzaga de Souza Lima é cientista político mineiro e professor universitário. Estudou psicologia na PUC-Minas e é doutor em Ciências Políticas pela Universidade de Milão. Lecionou Sociologia do Desenvolvimento e Política Internacional na mesma instituição, de 1974 a 1979. Foi professor de Ciências Políticas e Política Internacional na PUC-Rio. A partir de 1992 foi professor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, ensinando Teoria Política e Política Internacional, aposentando-se da universidade em 2008. Atualmente vive entre a Fazenda Inglesa, em Petrópolis, e Cumuruxatiba na Bahia, dedica-se a compartilhar suas reflexões e a escrever ensaios sobre a crise contemporânea. O blog pessoal do autor é www.reflexoes-brasileiras.blogspot.com.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como a formação do povo brasileiro nos ajuda a compreender a forma atual de fazer política em nosso país?

Luiz Gonzaga de Souza Lima – Em primeiro lugar me parece necessário colocar a chegada das esquerdas ao poder no Brasil no contexto da originali-

dade da formação e da história política brasileira. O Brasil se forma a partir da instalação, em nosso território, de um conjunto de agroindústrias modernas, que tinham como finalidade a produção de açúcar para o mercado mundial. Estas empresas do agronegócio foram construídas através da captação de re-

ursos em vários centros econômicos e financeiros europeus. Irá se formar, neste processo, o que pode se entender como uma *holding* internacional, gerenciada pela coroa portuguesa e por homens de negócios daquele país.

Foi um empreendimento duplamente internacional. De um lado era

internacional porque tinha como base capitais, tecnologia e gerenciamento que incorporava agentes de vários países, incluindo governos, banqueiros, comerciantes. Além de portugueses, destacavam-se agentes econômicos das províncias que mais tarde formariam a Holanda e banqueiros italianos. Era um empreendimento europeu, pode-se dizer. Por outro lado, era internacional também porque não produzia para si, mas produzia para o mercado mundial. Suas dimensões sempre foram o mercado mundial. As agroindústrias aqui instaladas nunca possuíram como horizonte o mercado nacional, praticamente inexistente, e não se limitou ao mercado europeu. Produzia para o mundo. O açúcar era consumido e comercializado na África, na Ásia e, principalmente, na Europa.

Empresa Brasil

O conjunto destas agroindústrias constitui o que pode ser chamado de Empresa Brasil. Foi uma empresa “tipo novo”, um empreendimento internacional, já globalizado desde suas origens em sua essência. Esta empresa globalizada participará ativamente da criação do próprio mercado mundial. Será também uma das colunas que darão suporte ao processo de globalização capitalista que amadurecerá definitivamente apenas em nossos tempos, ao final do século passado e neste início de milênio.

Para a construção e operacionalização desta empresa será necessário invadir e ocupar o nosso território. Será necessário também expulsar dos territórios invadidos os habitantes nativos que nele viviam há dezenas de milhares de anos. Hoje é já bastante conhecida a história desta ocupação: genocídio e devastação ambiental. A destruição ambiental e da vida ocorreram em proporções gigantescas. Milhões de humanos destruídos em poucas décadas... Um território imenso, coberto de mata foi transformado em imensas plantações de uma planta que não era nativa, trazida do oriente, a cana. Tudo deu certo. Em poucas décadas o Brasil encheu o mundo de açúcar. Mais de uma centena de engenhos produziam vários milhares de toneladas de açúcar. Por vários séculos o país será o maior produtor mundial de açúcar, e continua no top através da produção do etanol.

Além da invasão e ocupação do nosso território e a construção física da empresa, era necessária força de trabalho, pessoas para cuidar das plantações e da produção. Nativos foram recrutados para o trabalho servil. Os que não combatiam ou fugiam eram convertidos, catequizados e transformados em escravos e servos e incorporados à produção. Mas seu número não era suficiente. O grupo dirigente da *Empresa Brasil* resolveu a questão da mão de obra em forma surpreendente. Capturar e transportar para aqui humanos que viviam em outro continente, que aqui foram transformados em escravos. Criou-se a escravidão moderna, onde o homem foi reduzido à simples condição de mercadoria. Desde a metade do século XVI que o tráfico de escravos no Atlântico, para o Brasil e depois para toda as Américas, alcançou volumes gigantescos, tanto em número de seres humanos (várias dezenas de milhões) quanto em valor financeiro, rivalizando-se em lucros com o próprio negócio do açúcar.

A grande empresa agroindustrial

Desse modo, a empresa Brasil criou um seu mundo social próprio, um seu jeito de organização social dos humanos, com uma minoria de homens livres que comandavam uma maioria de escravos e servos, organizados no âmbito da grande empresa agroindustrial. É o que tenho chamado de *formação social empresarial*, muito diferente das sociedades humanas da época. Na nossa formação social a maioria dos humanos não era reconhecida como humanos, mas como coisas. Eram reconhecidos como humanos, membros do sistema social, somente a minoria de brancos e mestiços livres. Os demais eram coisas, eram somente patrimônios. Como classificar uma forma de organização social dos humanos na qual a maioria é negada a própria condição humana?

Aqui se criou o que deve ser denominado de *incorporação excludente*. A maioria dos humanos era integrada na produção e excluída não somente dos seus frutos, mas da vida social, não lhe sendo reconhecida nem a própria condição humana. A administração da vida social estava subordinada ao governo português. Foi criada a administração

colonial, que sempre possuiu três objetivos principais: o primeiro era assegurar a subordinação do negócio e do território à coroa portuguesa; o segundo era garantir o êxito do agronegócio, isto é, servir à Empresa Brasil, e o terceiro (e último) era manter o privilégio social dos europeus e cidadãos livres e assegurar o domínio sobre os escravos e sobre as populações nativas. Foi sempre constituída pelas elites, que dominaram seus vértices e foi sempre mais um âmbito dos negócios. Constituía uma espécie de estado de negócios.

Estado econômico internacionalizado

Esta administração colonial com o passar do tempo acabou por se transformar primeiramente na administração do reino português durante as guerras napoleônicas, e depois no Estado brasileiro. Nesta trajetória histórica, manteve até recentemente todas as suas características.

Mas ela não pode ser compreendida como um estado, no sentido conceitual do que é um Estado nacional. Não existia uma nação. Não foi constituída pelos habitantes do sistema social empresarial aqui estabelecido. Por outro lado não só não possuía soberania, como tinha como finalidade assegurar os pactos econômicos que mantinham a subordinação do país. Também garantia o domínio político, cultural e físico de uma minoria sobre a maioria da população, excluída da renda e da vida social. Desse modo nasceu aqui o *Estado econômico internacionalizado*, um estado diferente dos estados nacionais como se entendia na Europa.

Nossa história econômica, política, social é mais bem entendida a partir da observação sobre a trajetória das relações existentes no âmbito do trinômio constituído pela *Empresa Brasil*, pela *Formação social empresarial* e pelo *Estado econômico internacionalizado*. Cada parte deste trinômio tem demonstrado grande estabilidade, tanto no que diz respeito às suas funções essenciais quanto em seus fundamentos estruturais. O progresso, a estabilidade e o enriquecimento da *Empresa Brasil* passou a significar o próprio desenvolvimento. O Brasil sempre mostrou que é possível o desenvolvimento das suas em-

presas com a pobreza e a exclusão de sua população.

Povo e cultura brasileira

É também necessário observar que nos segredos dos labirintos criados pelas relações entre os termos deste trinômio surgirão outros dois termos que se incorporarão definitivamente na equação histórica brasileira, transformando-a em um novo e complexo polinômio. Trata-se *do povo brasileiro, uma etnia nova*, que nasce de dentro destas relações, uma etnia diversa entre todas porque é planetária, fruto da mistura de humanos de todos os continentes, e a *cultura brasileira*, uma cultura mundial, plural em seus fundamentos, por isso mesmo democrática e fundada sobre uma imensa vontade de vida e de alegria. Estes dois novos termos, gerados no curso de um rico processo histórico, começam a se afirmar desde meados do século XX e influenciam cada vez mais a caminhada histórica do Brasil. Esta influência se expressa na reivindicação, implícita com suas próprias existências, de transformar a formação social empresarial em uma sociedade de verdade. Uma sociedade na qual todos sejam reconhecidos e se reconheçam como membro de um mesmo povo, com iguais direitos e deveres, onde a diversidade, física e cultural, seja não só permitida, mas valorizada, com a convivência democrática entre os diversos. Onde também não haja exclusão de nenhum tipo e onde não falte um pedaço de Brasil para os brasileiros. É uma re-fundação. É possível. Somos poucos e aqui tudo é muito grande.

Inflexões: Vargas e Lula

Somente em dois momentos históricos esta tendência sofrerá inflexões, alterando-se as relações entre os termos deste trinômio. O primeiro destes momentos foi durante o governo Vargas, tanto a ditadura quanto o período presidencial democrático. Um pacto social manterá inalterada a situação no campo, mas assegurará a industrialização, gerando a possibilidade de uma parte da população, até então dominada e excluída, os trabalhadores urbanos, de participar do sistema político e elevar a sua participação na renda nacional. A inserção dos “de baixo”

no sistema político será limitada. Eles não poderão se organizar com autonomia, era proibido a construção de partidos operários, socialistas ou comunistas. Ainda assim esta inserção política conduzirá a demandas de mudanças estruturais mais profundas na formação social empresarial. Abrir-se-á uma fase histórica de lutas políticas para a implementação do programa de Reformas de Base. A radicalização inevitável destas pugnas políticas levará à crise do sistema e ao golpe militar de 1964.

O segundo momento foi a vitória eleitoral do PT e a chegada de Lula à presidência da república, que é o objetivo desta entrevista.

É necessário, em primeiro lugar, considerar que as esquerdas não chegaram ao poder no Brasil para realizar o “seu” programa. Os ideários socialistas do PT não foram abandonados, mas o programa de governo do PT não os contempla. O PT vence as eleições com uma coalizão partidária heterogênea. Portanto, o programa de governo necessariamente será diferente do programa do PT. O programa de governo do PT, conforme a Carta aos Brasileiros, se propõe ser somente uma gestão diferente do Estado econômico internacionalizado. O que não é pouco. Garante as regras do jogo que sempre foi jogado, mas reivindica a possibilidade de fazer inovações que não alterem os fundamentos do sistema.

A grande descoberta das esquerdas no Brasil

Que diferença é esta? É aquela de realizar mudanças estruturais lentas e graduais na formação social empresarial, reduzindo o nível de exclusão, através de uma nova política de renda, incorporando novas massas aos consumos básicos da sociedade industrial-tecnológica atual, com compensações econômicas às empresas ao mesmo tempo em que assegura a ampliação da participação política da sociedade no âmbito do regime democrático representativo. A invenção desta possibilidade é a grande descoberta das esquerdas no Brasil. Os setores importantes da Empresa Brasil, ou seja, o sistema financeiro, as grandes indústrias multinacionais e o agronegócio mantiveram seu crescimento, aumentaram sua lucratividade, enquanto parte dos recursos

fiscais foram distribuídos diretamente à população. Isto faz com que as mudanças estruturais, lentas e graduais, criadas pelos dois governos do PT não produzam conflitos diretos com os principais segmentos da economia capitalista brasileira e internacional. Nem conduziu o país a confrontos políticos no âmbito internacional com os Estados Unidos da América e com a Comunidade Européia. Ao contrário de outros países da América Latina.

IHU On-Line – Em que medida a tese da “formação social empresarial” aparece na forma como o PT conduziu o poder nos últimos 10 anos?

Luiz Gonzaga de Souza Lima – Considerando as dimensões próprias do Brasil, os resultados alcançados por esta nova forma de administrar o país alcançaram resultados notáveis. Os números são imponentes. O principal programa de distribuição de renda, o Bolsa Família, já alcança 14 milhões de famílias e absorve R\$ 24 bilhões de reais. A contrapartida dos beneficiários com o programa, sobretudo no que diz respeito à educação infantil e dos jovens, elevou as matrículas para 16 milhões de crianças e jovens. Aumenta também o treinamento e educação de adultos. Somente no sistema SENAI se prevê matrículas na ordem de um milhão no próximo ano. Segundo o economista Marcelo Neri, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre 2003 e 2011, 40 milhões de pessoas se juntaram à classe C no Brasil, que passou para 105 milhões de pessoas. No recorte feito por Neri, eram consideradas como classe média famílias com renda mensal entre R\$ 1.200 R\$ 5.174. Agora, as faixas foram atualizadas para entre R\$ 1.750 e R\$ 7.450. “É claro que essa não é uma classe média europeia ou americana, é a classe média brasileira” declara o economista.

Mas o caminho das mudanças só está começando. Faltam ainda muitos quilômetros para se chegar a objetivos maiores. Por exemplo, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE, de 2009, mostra que no âmbito desta nova “classe média” 9% dos pais de família são analfabetos, 71% das famílias não têm planos de saúde e 1,2% das casas (cerca de 400 mil) sequer têm banheiros. (O Globo, 21/03/2013).

Certamente que os números dos programas sociais do governo do PT, que em conjunto absorvem próximo aos 60 bilhões de reais, seriam maiores se não existisse a crise do capitalismo nos países desenvolvidos. Como o Brasil é um país internacionalizado até os miolos, ele tende a sofrer mais o impacto desta crise do capitalismo mundial. Mas ainda assim, o país não sofreu recessão e nem reduziu os seus gastos sociais.

IHU On-Line – Como a tese da “formação social empresarial” favoreceu a criação e o sucesso das políticas sociais de governo implantadas pelo PT em nosso país?

Luiz Gonzaga de Souza Lima – A verdade é que esta distribuição de renda para a população mais pobre, permitindo a sua elevação a um nível de consumo mínimo, teve um efeito imenso sobre a sociedade brasileira. Muito maior do que a magnitude dos números. Estes programas produziram dois saldos imensos.

O primeiro é a sensação de dignidade que a população mais pobre passou a sentir. Pela primeira vez se sente diretamente beneficiada por um programa do estado. Se sente cidadã. Sente que foi reconhecida. Em uma recente entrevista a um grupo em uma aldeia pobre do nosso país, ouvi que o importante não era o dinheiro, que era até pouco para as necessidades, mas era o cartão e a conta no banco. Permite fazer compras no cartão, e, como assegura uma renda, permite compras a crédito de pequenos bens, que antes não podiam ser efetuadas, como liquidificador, ferro elétrico e até celulares. A transferência de renda associada à redução drástica das taxas de juros que eram cobradas pelo sistema financeiro, alteraram completamente as relações renda/consumo no âmbito da população mais pobre.

Amadurecimento político

O segundo é o amadurecimento político da população quando verifica que seus movimentos sociais são reconhecidos e seus dirigentes são recebidos pelas autoridades. Os índios são recebidos pelas autoridades públicas, ministério público, prefeitos, etc., assim como os camponeses sem terra e as associações, tanto aquelas territo-

riais como as que tratam de gênero, minorias, meio ambiente, etc. Muitas organizações não governamentais também ajudaram bastante na construção de novas relações entre os movimentos sociais e o estado. Certamente mudaram as relações cidadãos/renda/consumo, mas as alterações nas relações políticas do cidadão com o estado foram mais profundas. Estas relações dizem respeito diretamente ao exercício da cidadania.

Vontade de “ser sociedade”

Estes resultados não monetários da atual política de renda e de juros terminaram por se combinar com a imensa vontade de *ser sociedade* que este povo novo dos trópicos possui. Uma vontade indomável de romper de vez com os acanhados limites e constrangimentos *da formação social empresarial*. Tem sido o próprio povo, sobretudo a população mais pobre, que tem afirmado e aumentado o valor deste ganho político e cultural de cidadania. Talvez o maior resultado da política de rendas é bem mais importante do que o consumo que esta permite. Trata-se do encontro desta política com esta vontade de *dignidade política* que brota da intimidade da alma da população brasileira.

IHU On-Line – O que o PT poderia ter feito pelo Brasil nos últimos 10 anos levando em conta justamente a herança de exclusão que carregamos desde o início de nossa formação histórica? Esse fato pode ajudar a compreendermos por que é tão difícil elaborar um projeto nacional autônomo?

Luiz Gonzaga de Souza Lima – Nestes dez últimos anos os governos do PT cometeram erros. Entretanto os seus acertos no tocante à política de renda e de juros e o reconhecimento político dos atores políticos no âmbito das classes populares alteraram profundamente as relações entre cidadãos e estado no Brasil. Alcançar estes objetivos em um regime democrático e sem rupturas nem crise dentro do sistema político e em um quadro de estabilização econômica foi o maior êxito do governo do PT e diferencia seu governo das outras experiências políticas de governos de esquerda no âmbito da América Latina.

Naturalmente que nem tudo são rosas. O governo do PT também produziu grandes decepções. Os erros do partido e do governo são imensos. Entre eles podem ser considerados:

- O abandono do programa do partido em função de um programa de governo diverso, fruto de conciliações e de um governo de coalizão, sem que seus militantes e eleitores fossem informados com suficiente clareza;
- A acomodação com a realidade do estado de negócios e com o modo tradicional como as elites organizaram as relações entre ocupação de cargos públicos e a economia da empresa Brasil. Ou seja, o estado para cuidar dos negócios, é, ele mesmo, um negócio. A direção deste estado é um negócio que se realiza, em geral, através de relações políticas e econômicas ilegais. É a corrupção, fundamento de todos os cargos públicos neste país desde a primeira administração colonial. Os novos governantes foram envolvidos pelos mesmos mecanismos de corrupção que sempre existiram. Neste sentido o PT, com raras exceções, não se distinguiu de outros partidos, sobretudo daqueles que sempre exerceram o poder no Brasil. Não foi a eleição do Lula a incorporar o PT nestas tradicionais relações entre poder econômico e político. Na medida em que começaram a administrar prefeituras, estados, instituições, empresas estatais, etc., ao longo dos anos, o partido e seus militantes foram sendo progressivamente envolvidos pela sedução destas relações. Quando o PT alcança a Presidência estas relações já tinham envolvido o partido.

Os fantasmas do passado

– O PT foi dominado pelos fantasmas do passado. O sistema político brasileiro produz o que é denominado de presidencialismo de coalizão. O presidente eleito, sobretudo os eleitos no segundo turno, em geral, não possui maioria parlamentar. Talvez o pânico da ingovernabilidade tenha assombrado o PT, e fez com que o golpe de 1964 e afastamento do Collor da Presidência se transformassem em fantasmas. Apenas foi possível vislumbrar a possibilidade de vitória eleitoral, iniciou-se o trabalho

de construção de uma maioria parlamentar. Maioria capaz de evitar estes dois desfechos políticos. Em vez de construir esta maioria, ou pelo menos tentar construí-la, à luz do dia, baseada em pontos programáticos, com propostas e discussões públicas, o PT preferiu acordos secretos que foram, na realidade, grandes negócios. O partido preferiu comprar uma maioria parlamentar, como o governo anterior comprou a maioria para votar a emenda da reeleição, e governos de todos os passados compraram todas as maiorias. E começou pelas legendas pequenas e médias, aquelas que no âmbito do sistema político brasileiro são chamadas frequentemente legendas de aluguel. Os episódios são conhecidos e deram origem ao processo judicial do mensalão.

– Vindo de uma experiência de longos anos na oposição, o PT não estava habituado a construir parcerias com forças políticas e atores sociais diferentes dele. Todos, por longos anos, foram seus adversários. Nestas condições o partido, em todos os níveis, preferiu uma ocupação segura de todos os espaços institucionais, partidarizando assim todas as funções públicas. É o que normalmente é chamado de aparelhamento. No regime militar ocorreu este aparelhamento, mas não conseguiu ser completo. Na Nova República, na falta de uma força política hegemônica, os cargos e as funções foram sempre ocupadas por várias forças políticas, juntas nas várias coalizões políticas que se sucederam, o que dava a falsa impressão de que eram escolhidos sempre os melhores, os mais qualificados.

É também necessário considerar que o peso relativo do PT entre as forças políticas que estão no governo é imenso. Existe também o fato de que de todas as forças políticas que estão no governo, o PT é a única que possui seções, militantes e quadros em todo o país. Estas circunstâncias jogaram a favor do aparelhamento.

Somente uma coalizão entre forças políticas fortes, ou uma outra visão da administração pública, poderá conduzir ao exercício do poder em forma plural e com debates públicos e qualificados sobre as opções possíveis para resolver os problemas com os quais esta administração se confronta.

Desvitalização utópica

– A perda de conteúdo utópico. As composições políticas, as alianças necessárias para alcançar e manter o poder e a absorção das esquerdas nos padrões éticos tradicionais da política brasileira, terminaram por conduzir o PT e as esquerdas no poder a uma desvitalização utópica. A utopia foi morrendo junto com o crescimento do pragmatismo político e da transformação da política em questão de êxito pessoal e não mais de construção de um projeto político. O projeto político se transformou em um simples projeto de poder.

Três exemplos ilustram esta transformação.

1) O abandono do tema da Reforma agrária. O modelo de produção rural baseada na grande propriedade, no grande latifúndio (seja de soja, outros cereais ou na grande pecuária extensiva) terminou por obter grandes consensos dentro do governo. Este consenso era necessário para que o grande agronegócio se transformasse em um partner importante do novo governo. Com o abraço a este modelo de produção rural, o PT e as esquerdas abandonaram um dos temas que estão nos fundamentos das suas próprias construções políticas, que é a Reforma Agrária, a garantia de acesso à terra por parte dos produtores rurais brasileiros. Não está na agenda a solução definitiva para o movimento dos sem terra, MST, ou seja, a expropriação e a distribuição de terras para os que integram este grande contingente social brasileiro anda a passos de tartaruga. É uma temática que desagradou o agronegócio e prejudica as alianças de poder em muitos estados brasileiros.

2) A incapacidade de equacionar a questão indígena. Pelo mesmo motivo, aos poucos, vão sendo proteladas as demarcações das terras indígenas, mesmo daquelas que já foram definidas como tal. É também uma área de conflito com o agronegócio. Esta lentidão, como no caso da Reforma Agrária, tem impedido que a política brasileira receba dois atores importantes, em condições de pari dignidade política com os outros. Trata-se dos habitantes originários do território, os verdadeiros fundadores do Brasil e os pequenos proprietários e produtores rurais.

3) Esta renúncia utópica termina por desaguar em antigas concepções e tem conduzido o governo à prática de

uma política ambiental atrasada e em franco antagonismo com as perspectivas utópicas dos programas originários das esquerdas brasileiras. O sonho de um modelo de desenvolvimento alternativo se dissolve a cada acordo com o agronegócio e, sobretudo, com as grandes empreiteiras. As grandes empreiteiras terminaram por entrar no pacto de poder, ao lado dos bancos, das multinacionais e do agronegócio.

Decepções profundas na sociedade

O conjunto destes vícios, erros, desvios, chame-se como quiser, produziram decepções profundas na sociedade. O carinho da sociedade com o Ministro do STF Joaquim Barbosa é somente o lado positivo desta decepção.

A mídia brasileira (o oligopólio Marinhos, Frias, Mesquitas, Civitas) tem dedicado praticamente todos os seus espaços “políticos” à crítica destes erros e de outros desvios de conduta dos governos do PT, seja em plano nacional seja nos estados e municípios. O julgamento do mensalão foi o primeiro processo judicial transmitido ao vivo pela principal rede de televisão do país, pautando todas as outras redes e também a imprensa escrita. Estes erros e desvios não são somente objeto de denúncias das oposições conservadoras. Constituem a pauta do debate interno às forças políticas de esquerda, desde o primeiro mandato do Lula. Foram em função destes erros que se acumularam divergências que levaram à primeira cisão do PT, com a criação do PSOL, e, mais tarde à saída da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

O PT continua bem avaliado

Entretanto, o dado mais espetacular da conjuntura política brasileira, após dez anos das esquerdas no poder, é a constatação de que, apesar destes erros, apesar de uma mídia que todos os dias lembra aos brasileiros destes mesmos erros, o governo do PT continua sempre bem avaliado.

Recentemente foi divulgada a pesquisa de avaliação do governo, patrocinada pela Confederação Nacional da Indústria – CNI. O governo da Presidente Dilma recolhe quase 80% de aprovação – de 78% de aprovação passou para 79% (Ricardo Noblat, 20/03/2013). O dado espetacular se

constitui no fato de que, ao mesmo tempo em que a população reprova as ações do PT em vários campos da sua ação política, como no campo da ética, aprova e apóia aspectos fundamentais da sua política econômica e social e está disposta a reeleger o seu governo. Esta aprovação tende a se transformar em intenção de voto.

De acordo com o Datafolha, em pesquisa divulgada no último dia 23 de março, Dilma teria 58%, seguida pela ex-senadora Marina Silva (que articula fundar novo partido, a Rede), com 16% das intenções de voto, enquanto o senador tucano Aécio Neves (PSDB-MG) teria 10% e o governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), teria 6% das intenções de voto. Seis por cento votariam nulo ou em branco e 3% disseram não saber em que votar. Já o Ibope, em pesquisa feita a pedido do jornal "O Estado de S. Paulo", aponta Dilma com 52%, mas com um potencial de votos de 76%, pois além dos 52% que dizem que votarão nela com certeza, outros 24% dizem que poderiam votar na atual presidente.

Do ponto de vista apresentado nesta entrevista, essa consagração em alta num período tão pouco favorável não está exclusivamente ligada à performance da economia brasileira e aos resultados materiais, econômicos e financeiros da política de renda. Também é consequência do conteúdo simbólico que a própria população começou a atribuir a estes resultados, ou seja, a questão da dignidade política.

Está ligada também à percepção que a população construiu sobre a eficácia desta invenção original das esquerdas brasileiras, ou seja, a transformação lenta e gradual da estrutura da formação social empresarial, sem provocar crise no conjunto do sistema e com compensações ao que pode ser considerado Empresa Brasil, aliada a transformações nas funções e na operacionalidade do tipo especial de estado que existe entre nós, o estado econômico internacionalizado).

IHU On-Line – Que influência a esquerda católica no Brasil exerceu na constituição da esquerda política em nosso país? Ainda há resquícios desse caráter de esquerda em nossos dias?

Luiz Gonzaga de Souza Lima – A esquerda católica, ou, de forma mais

ampla, os cristãos de esquerda, estiveram como um ator importante nas lutas pela democracia no Brasil e na formação do PT. Contribuíram enormemente para a construção do partido em plano nacional, sempre integrou seus órgãos diretivos e foi com o PT para o governo do país. Símbolos destas posições, Frei Betto foi para o palácio do Planalto com o presidente Lula, Leonardo Boff é um intelectual sempre consultado, Gilberto Carvalho continua no governo com a presidente Dilma, e tantos outros quadros pelo Brasil afora, como Luiz Alberto Gomez de Souza, Candido Mendes, Luiz Eduardo Wanderley e tantos outros.

Estou entre aqueles que atribuem às esquerdas cristãs um papel importante no ideário das esquerdas brasileiras, e com o PT não ocorre diversamente. Para este segmento, que não constitui nem nunca se constituiu em uma corrente política interna, a questão ética possui uma valência política maior. Por este motivo encontramos estas forças ao lado da Heloisa Helena e na formação do PSOL, do qual o Chico Alencar, um importante personagem da esquerda católica, é uma de suas maiores expressões. As encontramos novamente na ruptura que afasta Marina Silva do governo e do PT, e, não diversamente, encontramos estas forças entre as que combateram e combatem, dentro e fora do PT, as posturas políticas que levaram à compra de maiorias políticas no país, nos estados e nos municípios.

A parte que ainda permanece no PT constitui uma espécie de reserva ética, e uma fonte de energia que produz uma dinâmica política positiva. Mas, após as cisões citadas, perdeu parte de sua influência.

IHU On-Line – A partir da forma como o PT/a esquerda administrou o país na última década, que ideia de uma “reinvenção do Brasil” do Brasil pode ser pensada? O que faria parte desta reinvenção?

Luiz Gonzaga de Souza Lima – Não se pode minimizar as transformações sociais que ocorreram nestes últimos dez anos no Brasil. Mas também é inegável que não se construiu uma forma alternativa de viver. Foram construídas somente mudanças marginais no modelo de desenvolvimento capita-

lista. Este modelo de desenvolvimento apresenta a cada dia sua incompatibilidade com a vida, com toda forma de vida existente no planeta Terra, e se fundamenta em uma relação predatória e destrutiva com a natureza. É um modelo de desenvolvimento e de vida social que se esgotou, que perdeu seu dinamismo e, em sua decadência, intensifica sua força destrutiva. O governo de esquerda no Brasil não se orientou em buscar alternativas de vida social, mesmo sendo o nosso país um daqueles que possuem recursos e possibilidades para experimentar um novo caminho para a humanidade.

A renúncia utópica das esquerdas faz com que a questão da construção de uma sociedade centrada na vida e no equilíbrio com a nossa herança cósmica, permaneça ainda como um projeto, um sonho, que ainda não possui um sujeito político para realizá-lo. Não existe neste momento histórico, nem no Brasil nem em lugar nenhum do mundo, um sujeito político, ou seja, um partido, um movimento, que seja a expressão política de um novo projeto histórico para a humanidade, fundado na centralidade da vida.

Existem muitas forças sociais, movimentos locais, associações, pequenos grupos que procuram articular-se nesta direção. São forças que se alimentam do sonho de um mundo alternativo ao mesmo tempo em que constroem seus conteúdos e seus modos de realização. Estas forças, entretanto, continuam a sonhar, mas ainda não possuem uma face política, ainda não disputam o poder. Mas este tempo também chegará. Inevitavelmente.

Leia mais...

>> Luiz Gonzaga de Souza Lima já concedeu outra entrevista à **IHU On-Line**. Confira:

- *A refundação do Brasil. Rumo à sociedade biocentrada*. Entrevista publicada nas Notícias do Dia do sítio do IHU em 22-02-2012, disponível em <http://bit.ly/yp4SNt>

“O desenvolvimentismo não combina com princípios éticos e humanitários”

A relação deste governo, e dos que o antecederam, está muito longe de ser comprometida com o projeto de vida, de justiça e dignidade dos povos indígenas, aponta Roberto Antonio Liebgott

POR GRAZIELA WOLFART



Na opinião de Roberto Antonio Liebgott, “a ‘esquerda’ que assumiu o poder se tornou volátil, ou seja, diante das contingências do momento e da ânsia por assumir o governo, ajustou muito rapidamente seus propósitos e bandeiras históricas. Tornou-se, portanto, volúvel, instável e inconstante, tanto foi assim que aderiu, mesmo antes da posse do presidente Lula, aos programas e projetos de setores e grupos da extrema direita. Em função disso, logo no início do primeiro mandato do ex-presidente Lula, a governança do país foi alicerçada no plano desenvolvimentista dos governos neoliberais de Fernando Collor de Mello-Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. No nosso entender não foi ‘a esquerda’ que assumiu o governo, e sim um partido que compôs com o poder existente”. Na entrevista que concedeu por e-mail para a **IHU On-Line**,

Liebgott argumenta que “a demarcação das terras dos povos indígenas é a única alternativa concreta para que se coloque um ponto final nas atrocidades praticadas em diferentes regiões do país, nas quais também os povos indígenas sofrem com a precariedade das condições de vida e com a falta de terras”. Para ele, “o governo federal, ao impor ao país um modelo de desenvolvimento econômico fundamentado quase que exclusivamente na exploração da natureza, viola a premissa de que a terra não é um recurso à disposição dos interesses do homem, e sim o lugar de viver de inumeráveis seres, com os quais o homem compartilha o existir”.

Roberto Liebgott é vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário – Cimi do Rio Grande do Sul.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - A partir da retrospectiva da política indigenista conduzida pela presidência da República nos últimos 10 anos, como o senhor analisa a relação da esquerda que está à frente do poder no Brasil com a problemática dos povos originários?

Roberto Antonio Liebgott - A relação deste governo, e dos que o antecederam, está muito longe de ser comprometida com o projeto de vida, de justiça e dignidade dos povos indígenas. Podemos exemplificar a falta de compromisso político dos governos petistas com a problemática indígena, em especial pelo contínuo e silencioso processo de genocídio a que os Guaraní-Kaiowá estão sendo submetidos no

Mato Grosso do Sul. Este estado lidera o ranking de violências contra os índios há anos, e o que tem feito, de concreto, o governo federal, que segundo a Constituição de 1988 é responsável pela proteção dos povos indígenas? Infelizmente não tem tomado mais do que medidas pontuais e paliativas. A demarcação das terras dos povos indígenas é a única alternativa concreta para que se coloque um ponto final nas atrocidades praticadas naquele estado e em diferentes regiões do país, nas quais também os povos indígenas sofrem com a precariedade das condições de vida e com a falta de terras.

Lideranças indígenas de todas as regiões do Brasil analisam que as

opções dos governos petistas foram pelo boi, pela soja, pelo agronegócio, pelas empreiteiras e empresas de energia elétrica (os barrageiros). Vejamos como isso se processa: no âmbito político, devemos reconhecer que a “esquerda” que assumiu o poder se tornou volátil, ou seja, diante das contingências do momento e da ânsia por assumir o governo, ajustou muito rapidamente seus propósitos e bandeiras históricas. Tornou-se, portanto, volúvel, instável e inconstante, tanto foi assim que aderiu, mesmo antes da posse do presidente Lula, aos programas e projetos de setores e grupos da extrema direita. Em função disso, logo no início do primeiro mandato do ex-

-presidente Lula, a governança do país foi alicerçada no plano desenvolvimentista dos governos neoliberais de Fernando Collor de Mello-Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

No nosso entender não foi “a esquerda” que assumiu o governo, e sim um partido que compôs com o poder existente. E é a partir dessa composição que podemos analisar a relação que se estabeleceu, nestes últimos 10 anos, do governo com os povos indígenas. Na nossa avaliação os governos petistas optaram por contemplar interesses de segmentos que fizeram e fazem parte de sua base de sustentação política e que se beneficiam de uma política indigenista protelatória e omissa, muito aquém dos anseios, necessidades, expectativas e da efetiva aplicação dos preceitos constitucionais dos povos indígenas.

IHU On-Line - O que o PT fez de mais significativo pelos povos indígenas ao longo desta década e o que ele deixou de fazer?

Roberto Antonio Liebgott - Para a governabilidade do país, o PT optou por estabelecer alianças com diferentes segmentos políticos e sociais. Recebeu, inegavelmente, muitos recursos para as campanhas eleitorais provenientes de forças econômicas e políticas que agora exigem retornos para seus “investimentos”. Significa dizer que o PT se tornou um partido refém das oligarquias econômicas vinculadas ao sistema financeiro, às empreiteiras e ao agronegócio. E, além disso, se tornou refém do PMDB, partido que hoje domina todas as ações parlamentares no Congresso Nacional e exerce funções importantes (ministérios, secretarias, autarquias, agências reguladoras) no âmbito do Poder Executivo.

Como eu disse anteriormente, durante os dois mandatos do presidente Lula e nos dois anos de governo da presidente Dilma, as demandas indígenas relativas às demarcações, proteção e usufruto das terras foram negligenciadas. Portanto, no quesito mais importante do que deveria ser a base da política indigenista, que é a demarcação e garantia das terras, o PT pouco fez ao longo dos 10 últimos anos. O que ocorreu de mais relevante neste período foi o conjunto de decisões do STF nos casos das ações

“As opções dos governos petistas foram pelo boi, pela soja, pelo agronegócio, pelas empreiteiras e empresas de energia elétrica”

pendentes de julgamento acerca da manutenção da demarcação em área contínua de Raposa Serra do Sol e da nulidade dos títulos incidentes sobre a Terra do Povo Pataxó Hã-Hã-Hãe. Nos dois julgamentos mencionados, os ministros do STF decidiram as ações favoravelmente aos direitos indígenas.

Recentemente ocorreu outra determinação judicial, também do STF, de que a terra indígena Marãiwatsédé, do Povo Xavante, fosse desintrusada. Ou seja, foi o Poder Judiciário que determinou que o Governo Federal retirasse da terra indígena todos os ocupantes – de boa ou má fé – que viviam sobre a terra indígena. Os três casos referidos, que tiveram grande repercussão midiática, não possuem um nexo direto com a política indigenista do Governo Federal, posto que foram resultantes da ação do Judiciário e de procedimentos que antecedem os 10 anos de governo petista. Ou seja, o Governo Federal foi intimado pelo STF a cumprir com suas funções de proteção, fiscalização e demarcação das terras ocupadas e reconhecidas como indígenas.

Políticas assistenciais de educação e saúde

No que concerne às políticas assistenciais, os povos indígenas enfrentaram grandes desafios, especialmente nas áreas de educação e saúde. No campo da educação, o governo decidiu pela implementação de um modelo de gestão da educação escolar estruturado na forma de territórios etnoeducacionais. Contudo, esse conturbado processo vem ocorrendo

a passos lentos e as comunidades indígenas ainda não compreendem o funcionamento e as responsabilidades na oferta de serviços básicos, se estas são da União, dos estados, de municípios ou de prestadoras de serviço. Há ainda sérias denúncias, feitas por diferentes comunidades e povos indígenas, de que a audiência e consulta às comunidades não teria sido procedida de modo a envolver efetivamente os sujeitos a quem esta política se destina. No que se refere à saúde houve muita confusão e desencontros quanto à política a ser adotada. Num primeiro momento, o governo Lula deu seguimento à política de terceirização iniciada na era de Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, a falta de consistência da política, principalmente no que se refere às responsabilidades pela gestão e execução das ações, que estavam pulverizadas entre os prestadores de serviços e a Funasa (Fundação Nacional de Saúde), gerou grandes descontentamentos, o que fez com que o Tribunal de Contas da União realizasse uma auditoria em todos os aspectos da política de atenção à saúde indígena, coordenada pela Funasa. Além da má gestão dos serviços, havia má gestão dos recursos financeiros, gerando denúncias de que havia corrupção na gestão dos recursos da saúde indígena. Paralelo a isso houve uma determinação judicial, afirmando que era dever da União fazer a gestão e execução da saúde indígena e, assim sendo, o modelo de assistência realizado de forma terceirizada estava em desacordo com a legislação. Essas determinações judiciais obrigaram o governo e rever sua política e a criar a Secretaria Especial de Atenção à Saúde Indígena.

Comissão Nacional de Política Indigenista e Funai

É importante considerar também que ao longo dos 10 anos de governo petista os povos indígenas não foram tratados como protagonistas de suas histórias ou como portadores de direitos a serem reconhecidos. Houve uma iniciativa que até poderia ter se constituído em efetivo espaço de diálogo, de debates e de proposições sobre as demandas e realidades indígenas: a criação da Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI. No

entanto, ela acabou sendo esvaziada logo no início do governo Dilma. Os líderes indígenas, integrantes da CNPI, convidaram a presidente Dilma para dialogar sobre as grandes questões que estavam afetando as terras e os direitos indígenas, a exemplo do complexo hidroelétrico de Belo Monte, a mortalidade indígena no Vale do Javari, as violências praticadas contra os Guarani-Kaiowá, a morosidade nos procedimentos de demarcação, a reestruturação da Funai, entre outros temas. A presidente se recusou ao debate e disse que não iria até a CNPI. Desde então, a Comissão foi esvaziada e não houve mais o cumprimento do cronograma de reuniões.

A Funai, órgão do governo que deveria responder por toda a política para os povos indígenas, tem como responsabilidade primeira a realização dos procedimentos demarcatórios, bem como a proteção e garantia do usufruto exclusivo das terras pelos povos indígenas, tem se mostrado absolutamente incapaz e acabou sucateada, sem recursos orçamentários suficientes para exercer suas funções. Pior ainda, esse órgão indigenista do governo tem se limitado a um tipo de atuação que, em muitos casos, avaliza e busca convencer os índios a aceitarem supostos benefícios e compensações decorrentes de empreendimentos e obras que afetarão suas terras, a exemplo das barragens, duplicações de rodovias, gasodutos, linhas de transmissão, hidrovias.

É necessário referir que, no âmbito das políticas governamentais para os povos indígenas, um dos desafios principais é o reconhecimento e o respeito às diferenças étnicas e culturais. Os que comandam os órgãos de governo não se preocuparam em qualificar os agentes e servidores públicos para as demandas advindas das relações inter-étnicas, ou resguardar os espaços de participação efetiva dos índios na proposição e planejamento destas políticas.

IHU On-Line - Como a cultura do desenvolvimentismo e do crescimento econômico protagonizada pelo governo federal se choca com a cultura do bem-viver indígena?

Roberto Antonio Liebgott - O governo federal, ao impor ao país um

“O PT se tornou um partido refém das oligarquias econômicas vinculadas ao sistema financeiro, às empreiteiras e ao agronegócio”

modelo de desenvolvimento econômico fundamentado quase que exclusivamente na exploração da natureza, viola a premissa de que a terra não é um recurso à disposição dos interesses do homem, e sim o lugar de viver de inumeráveis seres, com os quais o homem compartilha o existir. Esse modelo unilateral viola o princípio da vida em plenitude, e a noção de igualdade de direitos entre as pessoas, posto que algumas têm acesso privado a certos recursos econômicos, ambientais, culturais e sociais e outras estão absolutamente excluídas ou marginalizadas. Tudo isso compromete as possibilidades de futuro de toda a humanidade, do planeta e dos povos que não compartilham esses mesmos imperativos do lucro e da produção em larga escala. O desenvolvimentismo não combina com princípios éticos e humanitários.

Todos os seres e todas as coisas somente tem valor quando transformados em mercadoria, quando adequados ao consumo – como consumidores potenciais ou como objetos de consumo. Não se encaixando neste modelo de sociedade de consumo, os povos e comunidades tradicionais são tratados como obstáculos ao desenvolvimento e, necessariamente, os planos para eles são a remoção, a adequação ou o confinamento em locais onde não sejam inoportunos. É nesta lógica que se estabelecem os vínculos e as relações daqueles que governam o Estado com aqueles que têm nas mãos o capital e os recursos para explorar os bens existentes na natureza (terras, águas,

matas, animais, a biodiversidade, os minérios, o turismo).

Os povos indígenas têm, em sua maioria, concepções de vida vinculadas ao inter-relacionamento dos seres tanto na dimensão física, quanto na espiritual. Assim, os vínculos entre as pessoas e seres da natureza são inseparáveis e estas é que asseguram o equilíbrio e o bem viver. Na medida em que essas redes de relações (das diferenças e das diversidades) são atacadas, agredidas e violadas rompem-se os elos que constituem o bem viver. O desenvolvimentismo a qualquer custo é, portanto, um decreto de morte aos modos diferentes de pensar e de construir a vida na terra.

IHU On-Line - O que representa, do ponto de vista da posição do governo federal do PT em relação aos povos indígenas, a escolha de Marco Feliciano na presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados?

Roberto Antonio Liebgott - Esse é um dos acontecimentos mais paradoxais e vergonhosos de nossa política atual. No Brasil e no exterior assistimos a uma justificada onda de protestos contra esse verdadeiro disparate – a escolha de Marco Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. As declarações públicas desse parlamentar demonstram a mais absoluta falta de sensibilidade e abertura para as questões que concernem a esta Comissão.

Como explicar essa escolha, se não por critérios exclusivamente político-partidários? No Congresso Nacional as definições não se coadunam com a vida e com os interesses da população. Parece haver um pacto para acomodar cada partido e cada sujeito em um lugar, seguindo interesses individuais do parlamentar, ou dos partidos e de governo. Não se justifica, sob nenhum pretexto, a escolha de um parlamentar acusado de homofobia, que utiliza uma retórica machista e discriminatória em seus discursos recentes, para presidir uma comissão parlamentar que pretende acolher demandas, denúncias, inquietações e reivindicações dos segmentos menos favorecidos da sociedade. Não se admite, sobretudo, que diante

das seguidas manifestações de descontentamento e os atos de protesto da população, esta escolha não tenha sido reavaliada pelo Congresso Nacional e pelo governo.

Aliás, essa escolha, assim como a escolha de Blairo Maggi (conhecido pelas suas posições contrárias à proteção dos recursos ambientais e por promover desmatamento no Mato Grosso) para presidir a Comissão de Meio Ambiente do Senado, parece muito mais um reconhecimento público de que o país está definitivamente sob o comando dos partidos considerados de direita e vinculados aos interesses do latifúndio, do agronegócio, da mineração e da exploração energética.

Concessão

Lamentavelmente se constata que os partidos que mantinham certos vínculos com as demandas sociais e com as questões relacionadas aos direitos humanos (PT, PC do B, PSB) dos povos indígenas, quilombolas, dos sem tetos, dos atingidos por barragens, dos pequenos agricultores, dos homossexuais, das mulheres vítimas de violência, fizeram uma concessão e entregaram duas comissões estratégicas a parlamentares e partidos que primam, historicamente, pelo distanciamento dos segmentos sociais marginalizados. Os partidos da base do governo Dilma contribuirão, com essa postura, para o aprofundamento das violações aos direitos humanos em nosso país.

Em nossa opinião, ao abrir mão dessas comissões permanentes, o Partido dos Trabalhadores confirma que as demandas sociais e os direitos humanos não estão na pauta dos assuntos que realmente interessam. Para os povos indígenas, obviamente, essa escolha se constitui em afronta e será um verdadeiro desastre.

IHU On-Line - Qual a contribuição para os povos indígenas que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados já deu ao longo dos últimos 10 anos, de forma efetiva?

Roberto Antonio Liebgott - A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados se constituiu, ao longo das últimas décadas como um dos poucos espaços do parlamen-

“O desenvolvimento a qualquer custo é um decreto de morte aos modos diferentes de pensar e de construir a vida na terra”

to onde os segmentos sociais menos favorecidos tinham possibilidade de apresentar suas demandas e onde conseguiam debater suas questões e propostas. No âmbito da CDH inúmeros projetos de lei, que afetavam ou afetam a vida dos povos indígenas, seus direitos e interesses foram debatidos e inclusive rejeitados. Com as decisões da Comissão de Direitos Humanos alguns projetos de lei que visavam exclusivamente desfazer atos do Poder Executivo quanto às demarcações de terras, os chamados PDCs, que tentavam, como último caminho, impugnar procedimentos demarcatórios, não prosperavam e eram retirados das pautas de votação e de tramitação em outras comissões parlamentares que também deveriam se manifestar sobre o assunto.

IHU On-Line - Como o senhor percebe a conjuntura indigenista brasileira, de modo geral, pensando na cultura de nosso povo em relação aos povos indígenas? Há alguma mudança de foco, de olhar, nos últimos 10 anos?

Roberto Antonio Liebgott - Os povos indígenas ainda são vistos pela sociedade, de uma maneira geral, como “seres vinculados ao passado”. As imagens, os estereótipos, os acontecimentos e até as celebrações ou eventos culturais veiculados sobre os povos indígenas têm geralmente uma referência a estes sujeitos como pertencentes ao passado, embora presentes na contemporaneidade, de

tal modo que se pretende que suas culturas sejam fixas e voltadas para um tempo remoto. Assim, estranha-se, por exemplo, o fato de que os indígenas portem ou consumam bens tecnológicos, ou que vivam em espaços próximos ao que chamamos de mundo urbano. Há ainda uma representação de primitivismo que marca o olhar para os povos indígenas. Deseja-se encontrar neles um perfil que se encaixa com essa representação e espera-se deles uma vida inserida apenas nas florestas e matas, enquanto que, na realidade, estes habitam espaços variados e estão presentes no cenário político, apresentando suas lutas e reivindicações. Pensá-los como povos do passado e com primitivos justifica, por exemplo, a noção de que seriam signos de atraso, em um país que vislumbra o desenvolvimento. E essa visão contribui para que os direitos indígenas também sejam negligenciados pelos governantes, autoridades judiciárias e pelo parlamento brasileiro. Demarcar terras para eles, quando há sobre essas mesmas terras interesses mercantis, empresariais e exploratórios, parece absurdo a quem os imagina como entraves, obstáculos e signos de atraso.

É em função a dessa visão equivocada que as políticas do Estado brasileiro são desconectadas das diferentes realidades indígenas no Brasil. Há no país 240 povos, que falam pelo menos 180 línguas diferentes e com uma população superior a 800 mil pessoas. Eles ocupam 1064 terras indígenas, das quais apenas 364 estão regularizadas. Muitos grupos indígenas, mais de 90, vivem em situação de isolamento na Amazônia, ou seja, eles não estabelecem contato e nenhum tipo de relacionamento com a nossa sociedade. Mas também existe uma expressiva parte da população indígena que vive em centros urbanos e desfruta muito precariamente dos direitos resguardados na Constituição Federal.

Respeito à diversidade

Essas realidades exigem uma compreensão que ultrapassa as normas e regras administrativas dos poderes públicos, portanto requer que sejam pensadas políticas que respeitem a diversidade de povos e cul-

turas e que os proteja das violências impostas pelos setores da sociedade que buscam explorar a terra, os recursos hídricos, minerais e ambientais. Exige também que os direitos indígenas, expressos na Constituição Federal (artigos 231, 232, 215, 210) sejam assegurados como os demais direitos, a exemplo do tão referido direito de propriedade (comumente utilizado pelos defensores do agronegócio para se contrapor à demarcação das terras e a reforma agrária) e não relativizados em função de interesses econômicos.

É preciso registrar que hoje, especialmente através das redes sociais, uma parcela importante da população brasileira tem manifestado posições favoráveis aos povos indígenas. Foi assim, por exemplo, que se espalhou recentemente uma onda de protestos virtuais em favor dos Guarani-Kaiowá, um movimento designado *Somos Todos Guarani*. Nas redes sociais e nas ruas as pessoas protestaram e especialmente os jovens se inseriram nesta campanha em favor da vida. Também merece referência o apoio à luta contra a expulsão dos indígenas da Aldeia Maracanã, no Rio de Janeiro. Vemos que os povos indígenas são, na atualidade, um dos importantes segmentos a gerar mobilizações no país, especialmente no meio da juventude. Isso nos dá esperança.

IHU On-Line - Como a defesa pelo agronegócio por parte do governo do PT se contrapõe à luta dos povos indígenas pela demarcação de terras?

Roberto Antonio Liebgott - Ao analisar a questão indígena no Brasil não se pode deixar de considerar a influência ideológica dos setores econômicos que exploram a terra através do que se denomina agronegócio. E para ilustrar, lembro uma expressão usada pelo ex-presidente Lula “nunca antes na história deste país” se viveu um período em que a pecuária e a agricultura (setor agrário) esteve tão fortemente articulado em âmbito nacional. Nunca, como agora, os maiores latifundiários, os grandes arrendatários e grileiros de terras situadas no Centro-Oeste e Norte do Brasil tiveram tanto poder e influência política. Eles pressionam e atuam decisivamente, pela defesa do agronegócio e do latifúndio,

“Os povos indígenas ainda são vistos pela sociedade, de uma maneira geral, como ‘seres vinculados ao passado’”

junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Os ruralistas, como são chamados no Congresso Nacional têm a maior bancada parlamentar, mais de 240 deputados e senadores e, para além, conquistaram a simpatia da quase totalidade dos congressistas.

Não bastasse essa força no parlamento eles conduzem o governo e suas políticas para a direção que melhor lhes convier. Não é a toa que a senadora Katia Abreu, apesar das denúncias de grilagem de terras e de que em suas propriedades ou de seus familiares há a exploração de trabalho análogo à escravidão, tem trânsito livre em todas as instâncias dos poderes, especialmente junto à Presidência da República. Também na grande mídia ela tem espaço garantido, inclusive com coluna semanal no jornal *Folha de S. Paulo*, onde ocupa o espaço para divulgar as ambições do agronegócio e ao mesmo tempo para questionar e responder aos que fazem oposição ao modo de produção agrícola, suas consequências e o método autoritário de impor suas ideias.

A força ideológica do agronegócio

A força do agronegócio é mais do que econômica, ela é ideológica. O pensamento daqueles que defendem que a terra deve ser útil na medida em que ela tem capacidade de gerar lucro, ou seja, enquanto ela tiver condições de ser economicamente viável, é difundido como uma verdade absoluta através da mídia, do parlamento e nas políticas públicas. Está nesta lógica de pensamento o grande “nó” entre os direitos indígenas e as deci-

sões que o governo vai tomando. O desenvolvimentismo concebido neste governo pela presidente Dilma e pelos que a cercam e a assessoram é uma confissão de fé ao capitalismo predatório. Portanto, eles não têm intenção e nem interesse em discutir e observar alternativas que não a que confessam como um fundamentalismo religioso. Como afirma Iara Tatiana Bonin, no artigo intitulado “Premissas Universais do Reino do Agronegócio”¹,

Os direitos indígenas, os direitos ambientais, dos quilombolas são os entraves a essas concepções. Não é por acaso que o ex-presidente Lula se posicionava, em diversas circunstâncias, favorável ao agronegócio, desafiando inclusive os pequenos agricultores e o MST a produzirem em quantidade e “qualidade” compatível com a de fazendeiros de Mato Grosso (como se isso fosse possível, considerando-se a desigualdade em termos de proporção de terras, de financiamento e de concessões públicas). Também não foi por acaso que ele questionou os militantes e ambientalistas, tentando ridicularizar suas lutas em defesa do meio ambiente e contra as barragens. Não foi por acaso que ele, também em discurso público, recomendou que os “índios deveriam deixar de pescar e caçar com arco e flecha e passassem a pescar em tanques e açudes”, numa clara referência de que o governo não quer e não vai demarcar terras indígenas.

Demarcações paralisadas

A presidente Dilma, através de seus ministros, assessores e servidores, especialmente da Funai, tem deixado claro que as demarcações de terras vão continuar paralisadas. A presidente não quer problemas com sua base de sustentação, especialmente com “a turma” do PMDB e “a turma” da CNA, coordenada pela senadora Kátia Abreu. É por conta dessas decisões que as terras do Povo Guarani-Kaiowá não estão sendo demarcadas e muitas famílias continuam submetidas a uma vida de riscos e violências à beira de rodovias ou em áreas de confinamento populacional. É também por isso que os fazendeiros e latifundiários daquela região se

¹ Disponível em <http://bit.ly/YVL2NA> (Nota da IHU On-Line)

sentem cada vez mais empoderados e autorizados a declarar seu desprezo e aversão aos povos que habitam tradicionalmente as terras que muitos deles são proprietários e exploram.

Neste contexto, o direito à terra tem sido não apenas negligenciado, mas veementemente contestado, especialmente em estados que afirmam ter vocação para a produção agropecuária e que, por isso, buscam estender ao máximo os limites dos latifúndios. É o que ocorre hoje, por exemplo, em Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os principais argumentos utilizados para colocar em questão o direito dos povos indígenas – e particularmente dos Guarani-Kaiowá e dos Guarani – às terras tradicionais podem ser resumidos em quatro enunciados, sendo dois deles herança do ideário ditatorial dos anos 1970, reeditados hoje com uma nova roupagem: o primeiro é o de que seria muita terra (produtiva) para pouco índio – tese retomada para dizer que não haveria interesse em assegurar o direito de usufruto exclusivo sobre as terras, posto que estas são pretendidas para a produção em larga escala. A menção a dados estatísticos e quantificações é uma das principais estratégias usadas para conferir legitimidade aos discursos de setores ruralistas, que tem na senadora Kátia Abreu uma das principais porta-vozes. Em seus últimos pronunciamentos, a parlamentar, que é também presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, faz questão de divulgar dados sobre a população indígena brasileira e extensão de terras demarcadas e a demarcar, reativando a tese de que se trata de “muita terra para pouco índio”.

Direito originário e inalienável

O segundo argumento usado para contestar o direito indígena apregoa que os procedimentos de demarcação das terras destes povos ferem o estado democrático de direito e criam insegurança jurídica, já que os títulos de propriedade sobre certas terras (indígenas) foram adquiridos por terceiros antes da promulgação da Constituição. Vale lembrar que os povos indígenas têm direito originário e inalienável sobre suas terras, e mesmo que tal direito tenha sido reconhecido

“O desenvolvimento concebido neste governo pela presidente Dilma e pelos que a cercam e a assessoram é uma confissão de fé ao capitalismo predatório”

na Constituição de 1988, diz respeito a algo que antecede a formação do Estado nacional. O terceiro argumento é o de que os indígenas estariam sendo manipulados por ONGs e pela Funai, o que reacende a tese da incapacidade destes povos para definir suas demandas e reivindicações e para traçar com autonomia as estratégias de luta pela garantia de seus direitos. Por fim, o quarto argumento é o de que a Fundação Nacional do Índio seria incapaz de interpretar os “verdadeiros” anseios destes povos e comunidades, que reivindicariam assistência e benevolência e não a demarcação de suas terras. Tal reivindicação se fosse real, seria equivalente a dizer que os índios abrem mão do controle de seus territórios para viver do assistencialismo e das migalhas deixadas para eles.

Os povos indígenas têm sido, mais do que nunca, considerados entraves ao modelo desenvolvimentista que se pretende implantar. Não é à toa que, há anos, no Mato Grosso do Sul são registrados os maiores índices de assassinatos, atropelamentos com mortes e lesões corporais e suicídios. Aliás, um dos efeitos mais visíveis da precarização das condições de vida dos Guarani-Kaiowá é o alarmante aumento no número de suicídios, praticados por uma parcela muito jovem da população. Para além da questão

dos suicídios há suspeitas de casos que aparentemente foram suicídios, na verdade são assassinatos. Sobre os atropelamentos, que ocorrem quase que cotidianamente, o Conselho da Aty Guasu denuncia que são assassinatos disfarçados. Normalmente os atropelamentos ocorrem com a fuga do condutor do veículo.

Enquanto eu respondia a essa entrevista, fomos comunicados pelos Guarani-Kaiowá que uma criança de quatro anos foi atropelada e morta na BR-463, km 06, em Dourados-MS, nas proximidades da terra Apikay², onde nos últimos dois anos cinco pessoas morreram vítimas de atropelamentos. A terra referida é utilizada para o plantio de cana de açúcar e onde há constantes ameaças às lideranças da comunidade que reivindicam a demarcação da terra, que está em estudo pela Funai há mais de cinco anos.

A escassez de terra e a morosidade nos procedimentos de demarcação são a causa principal das violências praticadas contra os indígenas. Nos governos petistas dos últimos anos registram-se os menores investimentos e ações para a garantia desse direito. Especificamente para os Guarani-Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, entre 2004 e 2009 o governo Lula demarcou apenas quatro áreas, correspondendo apenas a 17.164 hectares. Nos quase dois anos do governo Dilma, nenhuma área foi demarcada. Isso demonstra, por um lado, a conduta do Governo Federal de desrespeito sistemático aos direitos indígenas e, por outro lado, a tendência de fortalecimento do agronegócio, que se esparrama sobre as áreas indígenas que o mesmo governo recusa-se a demarcar. O resultado dessa relação governo-agronegócio é o agravamento dos conflitos e das violências.

IHU On-Line - O que os dados da execução do orçamento indigenista, ao longo da última década, demonstram sobre a posição do PT em relação aos povos em questão?

Roberto Antonio Liebgott - A análise dos dados orçamentários dos últimos dez anos tem demonstrado uma diminuição de rubricas importantes do

² Saiba mais em <http://bit.ly/16cgpU8> (Nota da IHU On-Line)

Orçamento Indigenista, aliada à baixa execução dos recursos aprovados, o que revela que os direitos indígenas não são prioridades para o governo federal. Há rubricas do orçamento indigenista que apresentam, ao final de cada ano, uma execução menor que 50%, a exemplo daquela que se destina à demarcação das terras indígenas e, no quesito da atenção à saúde indígena, também deixam de ser aplicadas parcelas significativas de recursos no tópico saneamento básico. Enquanto isso, as 1.060 terras indígenas, apenas 364 estão devidamente regularizadas, portanto não se justifica a falta de execução orçamentária. Além disso, povos como os Xavante tem sido vítimas de epidemias e mortalidade infantil decorrente de desnutrição e desidratação, aspectos que poderiam ser adequadamente tratados com recursos de saneamento básico.

A falta de execução do orçamento destinado à temática indígena – que fica contingenciado – tem conduzido ao sucateamento do órgão indigenista, que funciona de forma precária em várias regiões do país, até mesmo em sua sede nacional, em Brasília, onde já esteve ameaçado de interdição pela Defesa Civil. Em várias localidades nos chegam informações de funcionários do órgão indigenista que deixam de visitar as comunidades indígenas por falta de combustível. Além do sucateamento através do enxugamento orçamentário, vimos também a Funai sofrer um intenso processo de “reestruturação” sem nenhum tipo de consulta aos mais interessados, os povos indígenas. Até hoje, as chamadas CTLs (Coordenações Técnicas Locais) estão desestruturadas e sem orçamento.

IHU On-Line - Quais os caminhos para se discutir políticas públicas aos povos indígenas, para que não sejam tratados como “entraves” no modelo de desenvolvimento capitaneado pelo governo federal?

Roberto Antonio Liebgott - Inicialmente é preciso destacar que muitos caminhos já foram pensados e propostos pelo movimento indígena nestas últimas décadas. Em suas mais variadas manifestações, em diferentes contextos e regiões brasileiras, os povos indígenas tem reiteradamente afirmado que o primeiro passo é a

garantia das terras, via demarcação – o que implica numa firme posição do poder público em direção ao cumprimento de determinações constitucionais sem subterfúgios e sem ceder a pressões políticas contrárias a esta determinação. Em relação a uma atenção diferenciada em educação, saúde, subsistência, entre outros aspectos, também os povos indígenas tem apresentado proposições contextualizadas e condizentes com as diversas realidades socioculturais existentes, nas quais o respeito à diferença é sempre fundamental.

Para que uma verdadeira política de respeito aos povos indígenas seja construída neste país, é preciso rever a forma como se tem investido na “participação indígena”. Nestes dez anos de governo petista, a participação indígena se deu na criação de instâncias nas quais as decisões governamentais são comunicadas aos representantes indígenas, portanto como fatos consumados (para que acatem e se beneficiem das ações compensatórias de obras ou políticas que seriam implementadas com ou sem a concordância das comunidades e povos afetados). É necessário, portanto, assegurar a estes povos uma efetiva participação na definição e no controle social de políticas e ações que lhes dizem respeito. O que se espera, afinal de contas, desse governo, é que respeite o sólido conjunto de princípios estabelecidos tanto na Constituição, quanto em convenções internacionais das quais o Brasil é signatário, a exemplo da 169.

O que precisa mudar também é o lugar social atribuído aos povos indígenas, aos quilombolas e outras comunidades tradicionais – não podem mais ser vistos como residuais, não podem ser entendidos como obstáculos a algo maior. Qualquer projeto econômico, político e social precisa incluir essas comunidades e povos por seu potencial sociocultural, com respeito e consideração aos seus modos de viver. Enfim, é a premissa de um modelo único de desenvolvimento, que somente olha para os aspectos econômicos, que precisa ser problematizada e desconstruída. E se essa é uma tarefa que compete ao governo, não é de sua exclusiva responsabilidade, posto que é a valorização social de certos aspectos da vida que avalizam

ou desautorizam ações do governo. Cabe a todos nós, portanto, um envolvimento na discussão e definição de princípios para um governo respeitoso para com todos os segmentos sociais, incluindo os povos indígenas. Cabe também a todos nós manifestações veementes de desaprovação e de descontentamento para com os rumos das políticas públicas, das quais todos participamos, como contribuintes, arcando, portanto com os custos.

Leia mais...

>> Roberto Antonio Liebgott já concedeu outras entrevistas para a **IHU On-Line**. Confira:

- Articulação indígena pela demarcação de terras. Entrevista especial com Maurício Gonçalves e Roberto Liebgott, publicada em 07-10-2011, nas **Notícias do Dia**, disponível em <http://bit.ly/YFf9DR>;
- O contínuo caminhar guarani. Entrevista publicada na **Revista IHU On-Line** número 331, de 31-05-2010, disponível em <http://bit.ly/YcokPr>;
- Guarani-Kaiowá. Truculência e omissão. Entrevista especial com Lara Tatiana Bonin, publicada em 5-1-2010, nas **Notícias do Dia**, disponível em <http://migre.me/JeN8>;
- Morro do Osso: A luta dos Caingangues na capital gaúcha. Entrevista especial com Roberto Antonio Liebgott, publicada em 7-10-2008, nas **Notícias do Dia**, disponível em <http://migre.me/JeJe>;
- Morro do Osso: uma luta dos povos indígenas do RS. Entrevista especial com Roberto Antonio Liebgott, publicada nas **Notícias do Dia**, em 5-6-2008, disponível em <http://migre.me/JeGc>;
- “Os arroteiros representam o enclave da violência”. Entrevista especial com Roberto Antonio Liebgott, publicada nas **Notícias do Dia**, em 3-4-2008, disponível em <http://migre.me/JeLK>.

Tema
de
Capa

**Destques
da Semana**

IHU em
Revista



Reportagem da Semana

Vida de Maria e os últimos dez anos

POR RICARDO MACHADO

O desejo de Maria Rita Pereira da Silva, 51 anos, moradora do humilde bairro São Miguel, em São Leopoldo-RS, talvez seja o mesmo desejo do Brasil: melhorar sua economia. Em ambos os casos houve um avanço nos últimos dez anos, embora no final de 2012 o país tenha perdido o posto de 6ª maior economia do mundo e tenha voltado a estar atrás do Reino Unido. Entretanto, nas duas situações, de Maria Rita e do Brasil, falta muito

para que eles alcancem um Índice de Desenvolvimento Humano – IDH próximo à capacidade que o país tem de gerar riquezas.

Em termos econômicos, considerando o Produto Interno Bruto – PIB, o Brasil está atrás somente de Reino Unido, França, Alemanha, Japão, China e Estados Unidos, na ordem decrescente. No entanto, no que diz respeito ao IDH o Brasil ocupa o 85º lugar, sofrendo sucessivas quedas nos últimos

anos, ainda mais se considerarmos que ele já ocupou a 51ª posição em 1990, quando o índice foi criado – justamente para contrapor os números do PIB.

A experiência política governamental brasileira nos últimos dez anos foi marcada por uma gestão que se identifica como de esquerda, nos mandatos de Lula e Dilma Rousseff à frente da União, os quais ampliaram uma série de programas sociais. Entre

eles estão o Bolsa Família, o Programa Universidade Para Todos (ProUni), o Minha Casa, Minha Vida, o Brasil Sem Miséria, só para relacionar os mais populares. Maria Rita é uma das beneficiárias do programa Bolsa Família e está cadastrada no Minha Casa, Minha Vida. “As minhas filhas já se inscreveram no Minha Casa, Minha Vida há três anos e até agora nada. Eu estou inscrita há mais ou menos um ano e também estou esperando”, conta Maria Rita que mora numa casa de madeira de cinco cômodos onde vivem 17 pessoas, três de seus seis filhos, 12 netos e o companheiro.

A única renda de Maria Rita são os 190 reais provenientes do Bolsa Família relativos a quatro netos que moram com ela. “Recebo o Bolsa Família há alguns anos e ajudou minha vida a melhorar um pouco. Não é muito dinheiro, mas me ajuda, pois em um mês eu compro as coisas do colégio dos meus netos, no outro roupas para eles e no outro comida. Assim vou levando”, explica. Na primeira metade de março de 2013 o governo federal anunciou a desoneração de impostos de produtos da cesta básica nacional, que inclui até pratos nobres como *foie gras* e filé mignon, mas essas especiarias jamais cruzaram o portão da família Silva.

Considerando a média do preço do quilo de feijão de 4 reais e do arroz, de R\$ 2,30, conforme dados da Associação Gaúcha de Supermercados – Agas, nem mesmo todo o rendimento do Bolsa Família é suficiente para a compra destes dois itens. Para alimentar o contingente de pessoas que moram com Maria Rita, ela prepara diariamente um quilo de feijão e um quilo e meio de arroz. Carnes e outros ingredientes raramente são incorporados ao cardápio. A renda para a sobrevivência

“A saúde é o que mais preocupa, porque a gente demora para ser atendido, os exames levam meses para que a gente consiga fazer e as cirurgias levam anos”

da família, no entanto, é complementada com o dinheiro da faxina que suas filhas realizam e de seu companheiro, que trabalha com reciclagem.

Duas economias distintas

Somando todas as rendas da família Silva, os 17 integrantes vivem com cerca de 800 reais por mês; isso significa que cada pessoa da casa pode gastar por dia R\$ 1,57. Ou seja, cada integrante vive com menos de US\$ 1 por dia. Embora o Brasil tenha avançado economicamente e nos programas sociais, esse tipo de realidade é a âncora que não permite ao país se desenvolver no âmbito geral. Também é o responsável por puxar o IDH brasileiro para baixo, atrás de nações latino-americanas como Chile, Argentina, Uruguai e Peru.

Enquanto isso, de acordo com dados da *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012*, estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 57,7% da riqueza nacional, que em 2012 foi de US\$ 2,3 trilhões, está concentrada em 20% da população. Para saber o que isso significa, basta pensar que uma pizza seja dívida para dez pessoas, sendo que duas delas comem mais da metade enquanto as outras oito pessoas comem os 42,3% restan-

tes, com o agravante que os 20% mais pobres comem menos de uma fatia.

Este mesmo estudo do IBGE faz um pequeno levantamento histórico da realidade social brasileira para explicar os índices. Conforme os dados, na década 1980 houve uma forte concentração de renda no país, ao passo que na primeira metade dos anos 1990 houve uma consolidação das relações democráticas seguida de sucessivas crises econômicas internacionais. Entretanto, a pobreza começou a diminuir a partir dos anos 2000, mas a desigualdade social continuou e continua sendo, conforme as estatísticas, o principal freio do desenvolvimento nacional.

Desigualdade e o IDH

A avaliação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud leva em conta, entre outros aspectos, o Coeficiente Gini para medir os avanços na qualidade de vida da população dos países que integram os estudos da Organização das Nações Unidas – ONU. O coeficiente é uma espécie de termômetro que serve para calcular a disparidade de renda que varia de 0 a 1, sendo zero uma situação na qual toda população possui renda equivalente e 1 se apenas uma pessoa detivesse toda a riqueza de um determinado país. Nos últimos dez anos o Brasil reduziu seu Coeficiente Gini de 0,57 para 0,50, enquanto o PIB cresceu de US\$ 1,32 trilhão em 2002 para US\$ 2,3 trilhões em 2012.

O acréscimo de receita não refletiu, porém, em crescimento social equitativo. Uma das principais queixas de Maria Rita se refere à questão da saúde. “A saúde é o que mais preocupa, porque a gente demora para ser atendido, os exames levam meses para que a gente consiga fazer e as cirurgias levam anos”, reclama a matriarca da

“Se as pessoas não têm uma chance de trabalho, como terão futuro? O que a gente precisa é de uma oportunidade para poder vencer na vida”

família Silva. A queixa é corroborada pelos dados do Levantamento de Desenvolvimento Humano do Pnud. O Brasil apresenta a expectativa de vida mais desigual do continente e a saúde ocupa o pior índice de satisfação da população, com 44% de aprovação. A questão da educação é outro aspecto em que o Brasil possui índices muito ruins em comparação aos demais países do continente, com a maior taxa de abandono do primário, 24,3%, e uma das menores taxas de matrícula no terceiro ano escolar de apenas 36,1%. São esses três pilares, renda, saúde e educação, que constroem o IDH, que conjugados colocam o Brasil na 85ª posição com índice de 0,730.

A família Silva ilustra bem os números do Brasil na pesquisa do Pnud. Maria Rita conta que seus filhos estudaram mais ou menos até a sétima série (a média de estudo dos brasileiros é justamente de sete anos), mas faz questão que os netos frequentem a escola (a expectativa de estudos é de 14 anos). “Incentivo muito meus netos para que se dediquem aos estudos a fim de que sejam alguém na vida. Sempre peço para Deus que eles cresçam, sejam trabalhadores e construam as próprias vidas”, planeja Maria Rita.

O futuro do Brasil e de Maria Rita

O resultado do Pnud divulgado em março desagradou o governo. O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, apontou defasagem nos dados apurados sobre a área da qual é responsável. Ele considerou que o país poderia ter subido 20 posições, se o estudo tivesse considerado dados mais recentes. O fato é que o Brasil manteve a mesma posição, entre os 187 países avaliados no relatório de 2012. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, único remanescente dos

governos de Fernando Henrique Cardoso, projeta um crescimento do PIB nacional na ordem de 3% a 4% em 2013. A expectativa do chefe da economia nacional é que o crescimento seja impulsionado pela redução de impostos, mas não projeta a diminuição dos juros, por exemplo.

De acordo com dados do governo federal, em janeiro de 2013 os municípios brasileiros receberam aproximadamente 40 milhões de reais para a gestão do programa Bolsa Família. Outro levantamento da União estima que 791 mil famílias devam ser beneficiadas com o programa Brasil Sem Miséria até 2014. É importante destacar que, para ser beneficiário dos programas sociais, as crianças em idade escolar entre 7 e 15 anos devem ter no mínimo 85% de frequência nas aulas e os jovens entre 16 e 17 são 75% de presença. Quanto ao Prouni, o governo estima dispor no primeiro semestre deste ano 162.329 bolsas de estudos, sendo 108.686 integrais e 53.643 parciais (50%), distribuídas entre 12.159 cursos de 1.078 instituições de ensino de todo o Brasil.

Enquanto isso, a família Silva também faz seu planos para o futuro. Ao ser questionada se tem sonhos, Maria Rita fica pensativa, olha para o vazio e em seguida responde: “Tenho sim. Meu sonho é construir um quarto para

as minhas netas, porque quatro delas dormem na cama comigo. Acho que é isso que eu sonho. Quem sabe também melhorar um pouco de vida”, planeja a moradora da periferia de São Leopoldo. Quando ela é desafiada a propor sugestões para que o Brasil possa avançar no equilíbrio social, não hesita: “Acho que depende da gente para melhorarmos nossa situação, mas depende também dos empresários que precisam dar mais oportunidades de trabalho. Precisa que o governo ajude as pessoas a gerar mais empregos”, avalia Maria Rita, que estudou até a 4ª série e trabalhou, enquanto a saúde permitiu, em cima de uma carroça catando materiais para a reciclagem. “Se as pessoas não têm uma chance de trabalho, como terão futuro? O que a gente precisa é de uma oportunidade para poder vencer na vida”, completa.

Maria Rita nunca ouviu falar na Noruega, nação com melhor IDH do mundo com índice de 0,955, e mesmo quando é informada de que é o país, conforme dados do Pnud, com melhor qualidade de vida, diz que não gostaria morar lá. “Se eu pudesse escolher qualquer lugar do mundo para viver escolheria esse aqui onde moro. Só queria que a minha vida fosse um pouco melhor”, responde. No fundo, o desejo de Maria Rita é o mesmo do Brasil: melhorar um pouco. O que os dados apresentam, no entanto, é que o Brasil precisa avançar não só no crescimento da economia, mas também na redistribuição de renda, educação e saúde.

* Colaboraram nesta reportagem Renata Hahn, analista de ação social júnior do Tecnosociais do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, e Vanessa Spíndola Teixeira, agente de acompanhamento do programa Bolsa Família do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) Oeste.

Teologia Pública

“O início da violência acontece quando não se considera o outro como sujeito”

No primeiro livro da Bíblia é narrada a história da criação do homem e da mulher a partir de um ser indiferenciado; uma relação que deve permitir ao ser humano viver como ser humano é o que deve haver entre ambos, pontua o exegeta André Wenin

POR MÁRCIA JUNGES | TRADUÇÃO: VANISE DRESCH



“**A**creditamos entender espontaneamente a Bíblia porque ela é lida nas igrejas, estudada nas catequeses, usada até na publicidade. Assim, pensamos compreendê-la. Temos de perceber, contudo, que estamos diante de uma literatura que data de 25 séculos. Trata-se de uma literatura que surgiu no contexto de um povo agrícola. Para entrar no mito é preciso aprender a decodificar o que foi dito na linguagem dessas pessoas a partir de sua própria cultura e modo de vida. Então, é preciso decodificar aquilo que está codificado dentro de uma cultura”. A afirmação é do exegeta belga André Wenin na entrevista exclusiva que concedeu, pessoalmente, à **IHU On-Line** por ocasião de sua vinda ao Instituto Humanitas Unisinos, de 18 a 20-03-2013, quando ministrou o curso **Aprender a ser humano. Um estudo do Gênesis 1 – 4**. Segundo Wenin, o Gênesis “diz que tanto o homem quanto a mulher são oriundos de um ser indiferenciado, cada um sendo um dos lados da humanidade. Em outras palavras, nem o homem e nem a mulher são completos”. O diálogo entre a exegese e a psicanálise e o antropocentrismo do primeiro livro da bíblia, que deve ser contrabalançado com outras passagens da Escritura, são outras temáticas abordadas na conversa com a **IHU On-Line**.

André Wenin nasceu em 1953, em Beaurang, e é teólogo belga. Ensina a exegese do

Antigo Testamento e as línguas bíblicas (grego e hebraico bíblicos) na faculdade de teologia da Universidade Católica de Louvain, da qual foi decano de 2008 a 2012. Também é professor convidado de teologia bíblica do Pentateuco na Universidade Gregoriana de Roma e secretário da Rede de Pesquisa em Análise Narrativa dos Textos Bíblicos (RRE-NAB). Diplomado em filologia clássica pelas Faculdades Universitárias Notre-Dame de la Paix, em Namur (FUNDP), em 1973, obteve o título de Bacharel em teologia pela Universidade Católica de Louvain (UCL), em 1978, e de Doutor em ciências bíblicas pelo Pontifício Instituto Bíblico de Roma, em 1988. Sua tese de doutorado intitulou-se *Samuel e a instauração da monarquia (1 S 1-12)*. Coordenou o Seminário “Tradições bíblicas” (Paul Beauchamps) no Centro Sèvres (Paris 1983-1986). É autor de extensão produção bibliográfica, da qual destacamos, em português *O homem bíblico* (São Paulo: Loyola, 2006); *José ou a invenção da fraternidade* (São Paulo: Loyola, 2010) e *De Adão a Abrão. Ou as errâncias do humano* (São Paulo: Loyola, 2011). Juntamente com o psicanalista Jean-Pierre Lebrun, publicou o livro “Des lois pour être humain” (Éditions érès, 2008, Ramonville Saint-Agne).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual é o contexto da escrita do Gênesis e a quem se atribui sua autoria?

André Wenin - O Gênesis como se apresenta na Bíblia hoje foi escrito provavelmente no século V a. C. Possivelmente, depois da primeira escrita houve acréscimos e complementos, mas o essencial data dessa época. Trata-se de um livro que foi escrito a partir de coisas já existentes. Já havia genealogias e outras histórias, por exemplo. As primeiras histórias remontam aos séculos VII ou VIII a. C.. Contudo, é impossível saber quem fez isso. Não se conhece o autor, nem o das fontes antigas e sequer o da versão final. Para quem foi escrita essa obra? Na verdade, a escritura do Gênesis foi feita para uma comunidade judaica do século V. O que era essa comunidade? O centro encontra-se em Jerusalém com uma província muito pequena em torno. Contudo, Jerusalém é o centro simbólico dos judeus residentes também na Mesopotâmia, Babilônia e no Egito. O Gênesis é uma narrativa que serve para dar uma identidade comum a todos esses judeus. São contadas histórias dos antepassados como Abraão, Isaac e Jacob, bem como dos filhos de José a fim de mostrar como eles são. É um modo de se atribuir uma identidade de povo religioso.

IHU On-Line - Que chaves de compreensão sobre o “aprender a ser humano” são dadas pelo Gênesis?

André Wenin - Quando falo em Gênesis falo em todo o livro, e não apenas em seus primeiros capítulos. O seu modo é uma narrativa, e nesta história contada o ser humano é descrito em seus problemas mais importantes. A questão de o que significa ser pai, filho, qual a relação entre o homem e a mulher, a situação da violência, o que dizer dos ciúmes e do amor, por exemplo. Contando uma história, fazendo narrativas realistas é que se propunha ao leitor uma reflexão sobre o que é ser humano. Isso não nos dá uma chave direta. São chaves que podemos encontrar numa narrativa que é contada. Em grandes romances como *Guerra e Paz*, de Tolstói¹, ou *Os Irmãos Karamázov*, de

Dostoiévski², quando terminamos de lê-los temos a impressão de compreendermos melhor a humanidade, de sermos mais inteligentes para entender o que estamos fazendo. O Gênesis é uma narrativa do mesmo gênero, que ajuda a compreender, mas desde que entendamos que é uma narrativa que vem de uma cultura muito diferente da nossa. Isso pressupõe, então, que haja uma familiarização com nossa cultura. É por isso que precisamos de pessoas como eu. Os exegetas e biblistas tentam atravessar a distância cultural entre o livro e o que nós somos.

IHU On-Line - Que tipo de ser humano é descrito pelos primeiros capítulos desse livro? Em que aspectos a essência desse ser humano aí apresentado é a mesma de hoje?

André Wenin - Nos primeiros capítulos do Gênesis o ser humano descrito é, ao mesmo tempo, um ser que tem um projeto atribuído por Deus e que fracassa nessa tarefa. É o caso do homem no Jardim do Éden. O projeto de Deus é fazer com que sua vida desabroche num jardim, na natureza,

de grande influência na literatura e na política do seu país. Teve uma importante influência no desenvolvimento do pensamento anarquista e, concretamente, considera-se que era um cristão libertário. Suas obras mais famosas são *Guerra e Paz*, de 1865, onde ele descreve dezenas de diferentes personagens durante a invasão napoleônica de 1812; e *Anna Karenina*, de 1875, que traz a história de uma mulher presa nas convenções sociais e um proprietário de terras (reflexo do próprio Tolstói), que tenta melhorar a vida de seus servos. (Nota da IHU On-Line)

2 Fiódor Mikhailovich Dostoiévski (1821-1881): um dos maiores escritores russos e tido como um dos fundadores do existencialismo. De sua vasta obra, destacamos *Crime e castigo*, *O Idiota*, *Os Demônios* e *Os Irmãos Karamázov*. A esse autor a IHU On-Line edição 195, de 11-9-2006, dedicou a matéria de capa, intitulada *Dostoiévski. Pelos subterrâneos do ser humano*, disponível em <http://bit.ly/g98im2>. Confira, também, as seguintes entrevistas sobre o autor russo: *Dostoiévski e Tolstói: exacerbação e estranhamento*, com Aurora Bernardini, na edição 384, de 12-12-2011, disponível em <http://bit.ly/upBvgN>; *Polifonia atual: 130 anos de Os Irmãos Karamázov*, de Dostoiévski, entrevista com Chico Lopes, edição nº 288, de 06-04-2009, disponível em <http://bit.ly/sSjCfy>; *Dostoiévski chorou com Hegel*, entrevista com Lázló Földényi, edição nº 226, de 02-07-2007, disponível em <http://bit.ly/uhTy9x>. (Nota da IHU On-Line)

pela qual ele deve velar, em relação principalmente à mulher e Deus. No capítulo 2 do Gênesis, Ele traça esse programa. O ser humano é posto no mundo por Deus para ali ser feliz estabelecendo relações, mas para poder ser feliz dentro dela precisa aceitar uma falta. Essa falta é traduzida por uma lei, que estabelece um limite e que determina um lugar de falta. Essa é a primeira parte. Na segunda parte, o mesmo homem fracassa não aceitando a falta e não ouve a palavra da lei, ou de Deus. Assim, vai fracassar em suas relações. O fracasso de sua relação com Deus, na relação entre homem e mulher e na sua relação com a natureza. A chave dessa narrativa está na ideia de dizer não o que o ser humano deve ser ou fazer, e sim contar como o ser humano fracassa em ser aquilo que ele deve ser.

Um perigo à espreita

A primeira coisa que é dita, então, não é como alguém se torna ser humano, e sim como a cobiça o impede de ser humano. No capítulo 4, com a história de Caim, temos a continuação do que foi contado anteriormente. Temos, então, o nascimento da violência, que é contado por Caim ter recusado o limite ao matar. Eu diria, ainda, que é muito sábio começar a Bíblia não dizendo “eis aqui o que você deve fazer”. Não se trata do que devemos fazer, mas de apontar as armadilhas que te impedirão de ser feliz e desabrochar e se realizar como ser humano. Quando observamos onde se encontram as armadilhas e dificuldades, aí temos lucidez em relação aos pontos que são perigosos. Eu diria que os capítulos 2, 3 e 4 abrem os olhos do leitor para o grande perigo que espreita o ser humano. Um grande perigo porque é aí que o ser humano corre o risco de fracassar. Todo o resto do Gênesis vai mostrar de que modo podemos não ser vítimas disso. Aí não há um modelo único: há um caminho, que é o de Abraão, Sara, Jacob e José, ou seja, para inventar sua vida cada um tem seu caminho. Para fracassar em sua vida, basta ceder lugar à cobiça.

IHU On-Line - Como se apresenta a violência e a ira de Deus nesse primeiro livro da Bíblia?

1 Liev Tolstói (1928-1910): escritor russo

André Wenin - No livro do Gênesis não se fala na ira de Deus. Em contrapartida, se fala na violência Dele. Há dois momentos principais em que Deus se mostra violento. O primeiro é através do dilúvio, quando Deus envia o aguaceiro para a Terra a fim de destruí-la. O segundo momento é quando Deus faz cair o fogo do céu sobre Sodoma e Gomorra. Para compreender esses dois trechos é preciso situar seu contexto. Deus criou o mundo harmonioso, como vimos no capítulo 1 do Gênesis. Nos capítulos 2 e 3, 4 e 6, é contado de que modo o homem não ouve as ordens de Deus e mergulha na violência. Essa violência destrói o mundo. Diante dela, Deus vai ter várias reações. A primeira delas é com Caim. Para impedir que a violência aumente, vai utilizar a ameaça. Se alguém matar Caim, será lançada uma vingança. Ou seja, há uma ameaça contra aquele que cometer uma violência contra o violento. O problema é que isso não dá certo. A ameaça não funciona. Uma segunda solução é inventada, então. Assim, vem o dilúvio. Trata-se de Deus tentando responder a violência através da violência. Os violentos serão destruídos pela violência. Mas Deus lamenta porque esse não é o seu projeto. Seu projeto não é a morte, mas a vida. Destruir o mundo não lhe convém. Ele se arrepende e lamenta o que fez, criando uma terceira solução: combater o mal por seu contrário. E a Bíblia chama isso de aliança. Na verdade, é uma aliança com Noé, quando Deus cria o arco-íris, comprometendo-se em não mais cometer um ato de violência contra o mundo. O arco-íris simboliza o arco de Deus que ele soltou para não mais utilizá-lo. A aliança, então, é o compromisso que Deus assume em não mais destruir o mundo pela violência.

A destruição de Sodoma

Mas na história humana há situações em que Deus vai intervir de forma violenta. Por exemplo, em Sodoma e Gomorra. A reação não é mais destruir o mundo, mas cidades, como um sinal que é transmitido para o resto da humanidade, ou ao leitor, e que mostra de que modo certas atitudes produzem morte não somente para aqueles que perecem, mas para aqueles que matam. É um modo de mostrar que

a violência prejudica os próprios violentos. O povo de Sodoma, por exemplo, tem uma reputação de ser mau, violento, duro. Deus desce para ver se aquilo que ele ouviu é o que acontece. Dois anjos vão a Sodoma e são acolhidos pelo sobrinho de Abraão e, no final do jantar, são agredidos por todos os homens de Sodoma, que querem violá-los, num estupro coletivo. Esse é um modo de aniquilar de um homem, tratando-o como uma mulher contra quem se comete um ato de violência. É uma violência que destrói o outro sem mata-lo, o que é ainda pior, porque depois é preciso viver com a vergonha e com o que houve. Quando Deus vê isso, decide destruir Sodoma. Então, há coisas que são inadmissíveis na humanidade, o que significa dizer que aqueles que cometem esse tipo de violência perecem por sua própria violência.

IHU On-Line - Em que aspectos a cobiça como raiz da violência é um dos temas centrais do Gênesis?

André Wenin - Qual é a relação entre cobiça e violência? O que a cobiça provoca nas relações humanas? Quando alguém segue a lógica da cobiça e por ela é tomado, o Outro vai ocupar três posições possíveis: aquele que cobiça considera o Outro como um objeto; considera o Outro como rival, que o impede de satisfazer sua cobiça, sendo somente um obstáculo; o Outro é tido como um instrumento que será utilizado para se obter o que se quer. Nesses três casos, o Outro nunca é tido como sujeito parceiro. O início da violência acontece quando não se considera o outro como sujeito. Não dar ao Outro um lugar de sujeito - é isso que significa a violência. Eu poderia acrescentar, ainda, que essa violência não aparece, é "invisível": não há um sangue que corre, pois ela aparece no comportamento. Aquele que não é considerado como sujeito vai se rebelar, e começa, então, efetivamente a violência.

IHU On-Line - O que o Capítulo 1, versículo 26 do Gênesis tem a dizer à pós-modernidade quanto ao antropocentrismo que lhe é constitutivo?

André Wenin - A meu ver essa passagem é uma das razões pelas quais no mundo judaico-cristão o ho-

mem é considerado o centro - o homem como imagem de Deus. Como Deus é poderoso, o homem deve exercer sua potência. Esse versículo nada tem a dizer à modernidade. Ao contrário, ele a alimenta. Se o homem está no centro e tem poder, ele deve limitá-lo. Outros textos relativizarão esse lugar central ocupado pelo homem. São textos do Livro da Sabedoria e dos Salmos e que irão mostrar que há uma forma de contrabalançar o que é dito no Gênesis sobre o que é falado a respeito da centralidade do homem.

IHU On-Line - Para fazer uma releitura do Gênesis é necessário fazer uma desconstrução de alguns mitos? Quais seriam eles?

André Wenin - Eu não falaria de desconstrução no sentido de Derrida³, porque para esse autor a desconstrução é observar o que o mito não diz, o que ele dá a entender sem dizer. Na verdade, o mito vem de uma cultura que não é mais, absolutamente, a nossa. É importante dizer isso porque como a Bíblia faz parte da cultura, principalmente nos países de antiga cristandade, acreditamos entender espontaneamente a Bíblia porque ela é lida nas igrejas, estudada nas catequeses, usada até na publicidade. Assim, acreditamos entendê-la. Temos de perceber, contudo, que estamos diante de uma literatura que data de 25 séculos. Trata-se de uma literatura que surgiu no contexto de um povo agrícola, num contexto não tecnológico.

³ Jacques Derrida (1930-2004): filósofo francês, criador do método chamado desconstrução. Seu trabalho é associado, com frequência, ao pós-estruturalismo e ao pós-modernismo. Entre as principais influências de Derrida encontram-se Sigmund Freud e Martin Heidegger. Entre sua extensa produção, figuram os livros *Gramatologia* (São Paulo: Perspectiva, 1973), *A farmácia de Platão* (São Paulo: Iluminuras, 1994), *O animal que logo sou* (São Paulo: UNESP, 2002), *Papel-máquina* (São Paulo: Estação Liberdade, 2004) e *Força de lei* (São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007). Dedicamos a Derrida a editoria Memória da IHU On-Line edição 119, de 18-10-2004, disponível para download em <http://migre.me/s8bA>. Em 09-06-2011, MS Verónica Pilar Gomezjurado Zevallos, da Universidade de Caxias do Sul - UCS falou no IHU Ideias sobre *Derrida e a Educação: o acontecimento do impossível*. Maiores informações em <http://bit.ly/k0ffe9>. (Nota da IHU On-Line)

As chaves da narratologia

Para entrar no mito é preciso aprender a decodificar o que foi dito na linguagem dessas pessoas a partir de sua própria cultura e modo de vida. Então, é preciso decodificar aquilo que está codificado dentro de uma cultura. Essa decodificação deve considerar o caráter narrativo do texto, que conta uma história, e não são apenas os elementos da história que têm sentido. É a própria história que cria um sentido. Quando digo isso, me oponho ao modo como seguidamente no catolicismo se compreende a Bíblia. Dou um exemplo. Falarei dos católicos porque os conheço. Lemos na Bíblia que o homem é criado à imagem de Deus e isola-se essa ideia e se começa a pensar nela. Isola-se um elemento da história e se começa a delirar. Elabora-se com um elemento sem levar em conta o contexto no qual esse elemento está inserido. Ou então se toma a figura da serpente e se diz que ela é o diabólico, começando toda uma reflexão a esse respeito, sem ter a percepção que esse animal é um personagem da história ligada a outras personagens.

Quando eu era pequeno e fiz a catequese, nos diziam que a história de Adão, Eva e a serpente era como as coisas haviam acontecido. Havia o pecado original, os primeiros pais comeram uma maçã e nós sofremos as consequências. Isso é típico de uma leitura muito superficial da Bíblia, que não leva em conta o modo como as coisas são contadas. É por isso que eu faço narratologia, porque ela dá chaves para ler a narrativa na sua própria estrutura de narrativa. Isso faz parte da decodificação do mito.

IHU On-Line - Quais são as principais características e descrições sobre o feminino no Gênesis?

André Wenin - A primeira coisa está relacionada com o que é contado no mito. A questão do feminino é abordada essencialmente no final do capítulo 2, no final da cena que é comumente descrita como a criação da mulher. Contudo, dizer que se trata da criação da mulher é falar não a partir do texto, mas a partir de determinada compreensão do texto. O que o texto conta? Ele conta que no ponto inicial há um ser humano, que em hebraico

é chamado de Adão, e que não é nem homem, nem mulher. Isso remete ao mito do andrógino, para os gregos. O que acontece no texto é que a partir desse ser humano indiferenciado Deus vai tomar cada um dos lados para criar o homem e a mulher. Costuma-se traduzir que Deus tirou uma costela do macho, mas na verdade a tradução costela é errada. Em hebraico, a palavra utilizada nunca significou um osso, mas simplesmente um lado, uma parte do corpo. Quando se fala em costa da montanha, ou quando há uma porta de dois batentes, se refere a um lado dela. O texto diz que tanto o homem quanto a mulher são oriundos de um ser indiferenciado, cada um sendo um dos lados da humanidade. Em outras palavras, nem o homem e nem a mulher são completos.

Relação de complementaridade

Outra coisa que eu gostaria de acrescentar em relação à mulher é que quando Deus se encontra diante desse humano indiferenciado, Ele diz que não é bom que este humano esteja sozinho. Em outras palavras, o que é mortífero é estar isolado numa espécie de totalidade, e Deus vai então encontrar um modo de solucionar esse problema. E quando Ele descreve sua intenção, vai fazê-lo numa espécie de socorro. A palavra socorro é uma palavra em hebraico utilizada cerca de 50 vezes na bíblia, e que quase sempre, com duas exceções, significa uma intervenção de Deus para impedir que alguém morra. O ser humano, então, no momento em que é indiferenciado, está “morto”, ou pelo menos sofre perigo de morte. A relação que Deus estabelece entre homem e mulher é uma relação que deve permitir ao ser humano viver como ser humano. É uma complementariedade, mas não do modo como se pensa geralmente, como homem no centro, precisando de uma “ajuda” para ter filhos, lavar louça, passar roupa, e a mulher sendo essa ajuda. Não se trata disso. Trata-se da importância de um e outro na relação para que a vida se torne possível. Na verdade, as histórias entre homem e mulher no Gênesis são as de Abraão e Sara, Jacó e suas mulheres, Isaque e Rebeca e todas elas contam o modo de como é difícil dar a cada um o seu lugar. Essa relação não é

simples, como na Bíblia, quando se compreende que o homem tomou o poder e a mulher tenta driblar esse poder. Em vez de uma parceria, há uma espécie de conflito permanente de poder e sedução. Mas não é o que Deus desejava.

IHU On-Line - Tais descrições podem servir como chave de compreensão para o lugar que a mulher ocupa na Igreja e na sociedade?

André Wenin - Eu penso que essas narrativas tem uma natureza de nos levar a refletir sobre tantas coisas óbvias na sociedade, na igreja, que podem ser interrogadas pelo texto, desde que ele não seja lido com suas concepções. Não sei quanto à sociedade, mas quanto à igreja, o texto do Gênesis contribuiu e continua a fazê-lo, para que a mulher seja a ajuda do homem. Claro que a “ajuda” feminina é importante do ponto de vista da perpetuação da espécie, mas tudo que é da igreja, cargos de responsabilidade, sacramento e gestão de comunidades, tudo está a cargo do homem. E se as mulheres chegam a exercer esses cargos em determinadas comunidades, é porque os homens aceitam. Eles que decidem. Quando se raciocina dessa maneira, se lê o texto para justificar isso. O meu trabalho como exegeta é mostrar que o texto não diz isso, e que inclusive nos obriga a rever nossas evidências sociais e eclesiais e rever as relações e o papel do homem e da mulher.

IHU On-Line - Em que medida a história de José aponta pistas sobre a invenção da fraternidade e qual é a atualidade desse ensinamento?

André Wenin - Vou criticar a questão. A história de José não tem o objetivo de transmitir uma mensagem. Quando vamos ao cinema, assistimos a um filme ou narrativa, estes não têm, necessariamente, de transmitir uma mensagem. Os filmes e livros com mensagens, em geral, não são muito interessantes. Nessas histórias, o que se faz é propor um espelho no qual nós nos vemos em nossa realidade. Ao nos vermos em nossa realidade, podemos refletir sobre o que vivemos. A melhor resposta que posso dar é contando uma história.

Certa vez fiz uma conferência em Paris, e no final desse evento al-

guém esperava por mim, querendo falar a sós comigo. Quando esse rapaz se vê sozinho comigo, diz-me, de forma muito emocionada, que tem que tem algo muito importante a dizer. Ele contou-me que havia lido meu livro *José ou a invenção da fraternidade* (São Paulo: Loyola, 2010) em um contexto muito particular. Fazia 25 anos, pelo menos, que esse rapaz não falava com seu irmão. Quando leu esse livro, o enviou ao irmão, e foi graças a isso que se encontraram e se reconciliaram. É exatamente isso que a narrativa da Bíblia possibilita. Quando a lemos sem tentar ver uma mensagem e o valor proposto, mas quando pensamos que esse texto está falando de minha realidade, contando aquilo que vivo com dificuldade, esse livro pode fazer-me compreender-me a mim mesmo e a viver o que devo viver. Aí é que está a virtude desse texto. Talvez esses irmãos já tivessem lido a história de José, mas não tinham a chave de um ponto de vista narrativo ou antropológico para entender do que se tratava. E o que eu fiz no meu livro foi explicar que esse texto fala de nós, de nossos problemas e dificuldades com um aspecto fundamental: o fato de que é um texto que nunca julga ou faz juízo de valor.

Um texto sobre a fraternidade

Tudo isso dá esperança quando estamos numa situação assim. Aprendi muito mais com as pessoas com quem trabalhei do que com os livros que li. A primeira vez em que trabalhei sobre a história de José foi num encontro com 30 pessoas por cinco dias. Essas pessoas não se conheciam, e convidei-as a ler fazendo perguntas e que procurassem pelas respostas no texto. Ao final do curso, uma senhora pede a palavra e disse que era extraordinário ler um texto sobre fraternidade, visto que estávamos vivenciando ela. O texto cria, entre nós, aquilo do que ele está falando. Para mim, essa é a virtude maior da Bíblia.

IHU On-Line - Quais são os pontos fundamentais do diálogo entre a exegese e a psicanálise?

André Wenin - Trata-se de uma questão difícil porque existem várias maneiras de estabelecer um diálogo, ou não, entre Bíblia e psicanálise.

Posso falar da minha experiência. Há pouco mais de dez anos, fui convidado a dar conferências junto com o psicanalista Jean-Pierre Lebrun⁴ num instituto de formação para adultos, que nos propôs falar ao mesmo tempo, ele na condição de psicanalista, e eu como biblista. A única regra era que não poderíamos nos falar antes, entrando em acordo. Cada um tinha que fazer sua intervenção sem combinações prévias. Iniciei falando e fui seguido por Lebrun. Falamos sobre a lei, a violência e o feminino. Isso aconteceu por sete vezes. Logo percebemos que eu, com a Bíblia, e ele com a psicanálise, convergíamos. Não dizíamos as mesmas coisas, mas os discursos se encontravam e se tornavam fecundos um para o outro. Essa fecundidade dos dois olhares estava num ponto muito preciso, que era o de ajudar nossos interlocutores a entenderem o que acontece em sua humanidade.

Diálogo profícuo

Então, aí temos o modelo de diálogo, não aquele em que se tenta encurralar ou criticar o outro. É simplesmente mostrar como os dois olhares nos ajudam a entender nossa humanidade. Outro exemplo muito eloquente é o da psicanalista Marie Balmay⁵, que aprendeu hebraico e realizou uma leitura psicanalítica da Bíblia. Ela usa chaves da psicanálise para interpretar o texto bíblico. Seu trabalho é muito interessante, mas não é um trabalho de diálogo, e sim de um psicanalista que vai ler um grande texto como Freud leu a história de Édipo, por exemplo. Os esforços de cada um são diferentes. Acrescento que eu próprio passei pela psicanálise como analisando. Diferentemente da maioria dos padres, tenho uma visão positiva da psicanálise. E é por isso que pude dialogar com os psicanalistas.

⁴ **Jean-Pierre Lebrun**: médico psiquiatra e psicanalista belga. É membro da Associação Freudiana da Bélgica. Lebrun discute questões atuais como a possibilidade de um inconsciente cada vez mais coletivo e de um espaço privado cada vez mais público, onde afetos e representações são cada vez mais socializados. (Nota da IHU On-Line)

⁵ **Marie Balmay**: psicanalista francesa, estudiosa das religiões, da Bíblia e da mitologia grega. (Nota da IHU On-Line)

Leia mais...

>>> André Wenin já concedeu uma entrevista à **IHU On-Line**. Confira:

- *Aprender a ser humano. Uma leitura do Gênesis*. Edição 306 da **Revista IHU On-Line**, de 31-08-2009, disponível em <http://bit.ly/12hSoKt>

>>> Leia, também, a cobertura das atividades conduzidas por André Wenin por ocasião de sua vinda ao IHU:

- *O verdadeiro poder de Deus é o poder de reter-se*. André Wenin, exegeta belga, analisa *Gênesis 1-4*. **Notícias do Dia** 19-03-2013, disponível em <http://bit.ly/ZPB9f5>
- *Decálogo, a revelação de Deus e caminho para felicidade?* **Notícias do Dia** 19-03-2013, disponível em <http://bit.ly/Yodzpv>
- *Fraternidade: um projeto ético a ser conquistado*. **Notícias do Dia** 20-03-2013, disponível em <http://bit.ly/YWbh3y>
- *A cobiça como desejo que não aceita ser estruturado por um limite*. *Leituras do Gênesis pelo exegeta André Wenin*. **Notícias do Dia** 20-03-2013, disponível em <http://bit.ly/15ZW4Bw>
- *O feminino no Gênesis: homem e mulher face a face*. **Notícias do Dia** 21-03-2013, disponível em <http://bit.ly/ZW4aWs>
- *Adão e Eva, Caim e Abel: sobre relações incestuosas e falsificadas*. **Notícias do Dia** 21-03-2013, disponível em <http://bit.ly/ZW7eLB>

Entrevistas em destaque

A **Revista IHU On-Line** traz nesta e nas próximas edições resumos das entrevistas especiais mais acessadas durante o recesso, entre janeiro e março de 2013. Os conteúdos estão disponíveis no sítio **IHU On-Line** (www.ihu.unisinos.br).

Por uma nova moralidade sexual

Entrevista especial com Todd Salzman e Michael Lawler, autores do livro *A pessoa sexual* (São Leopoldo: Unisinos, 2012)
Confira nas Notícias do Dia de 21-02-2013
Acesse no link <http://bit.ly/YzAnDI>

“Dentro de relacionamentos conjugais heterossexuais, atos sexuais férteis ou inférteis do tipo reprodutivo e não reprodutivo podem ser unitivos e, portanto, morais”, constatam os pesquisadores **Todd Salzman** e **Michael Lawler**. Segundo eles, “muitas pessoas que são gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (LGBT), suas famílias e seus amigos e amigas são afastadas da Igreja Católica por causa da afirmação antropológica de que a inclinação homossexual é ‘objetivamente desordenada’”, complementam. Para os estudiosos, o que há é uma espécie de nova moralidade focada em pessoas e não em atos. Todd Salzman é Ph.D pela Universidade Católica de Louvain, na Bélgica e **Michael Lawler** é Ph.D em Teologia Sistemática pelo Instituto Aquinas de Teologia, em Saint Louis. O livro *A pessoa sexual* foi traduzido para a língua portuguesa e publicado, em 2012, pela Editora Unisinos.

Reality shows: uma reprodução do capitalismo

Entrevista especial com Silvia Viana, autora do livro *Rituais de sofrimento*
Confira nas notícias do dia de 24-01-2013
Acesse o link <http://bit.ly/147YCxp>

“Os reality shows são mal-estar enlatado para consumo, e isso só é possível em uma estrutura social que já não se preocupa com autolegitimação alguma”, explica Silvia Viana. De acordo com a autora, a popularidade desses programas está diretamente relacionada à reprodução da “forma de dominação típica do capitalismo de acumulação flexível, dominação essa que ainda não foi superada”. Na entrevista a concedida ao sítio da IHU On-Line, a pesquisadora compara os processos do programa à estrutura capitalista, onde “devemos ser ‘fortes’ para ‘superar as dificuldades’ (por mais imbecis e esdrúxulas que sejam) e, por fim, ‘sobrevivermos’”. Haveria, segundo a autora, uma estrutura que organiza nossa existência no atual modo de produção onde trabalhamos para arrumar mais trabalho e para sobrevivermos. Silvia Viana é graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo – USP, mestre e doutora em Sociologia pela mesma universidade.

LEIA OS CADERNOS IHU IDEIAS

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Destaques On-Line

Entrevistas especiais feitas pela **IHU On-Line** no período de 25-03-2013 a 30-03-2012, disponíveis nas **Entrevistas do Dia** do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Operação Condor: novas revelações

Entrevista especial com Jair Krischke
Confira nas notícias do dia de 25/03/2013
Acesse o link <http://bit.ly/16cgWpe>

Os novos documentos adquiridos pela Comissão da Verdade, ao investigar a Operação Condor, tendem a confirmar a hipótese de Jair Krischke: a Operação foi criada pelo Brasil e operava desde dezembro de 1970. Krischke é historiador e há mais de 40 anos se dedica à busca de documentos sobre a ditadura militar. Em entrevista ao sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, ele fala sobre a entrevista que realizou com o único sobrevivente da Primeira Operação Condor.

Pampa: um espaço de transição

Entrevista especial com Marcelo Dutra
Confira nas notícias do dia de 26/03/2013
Acesse o link <http://bit.ly/15OPBHC>

“Precisamos reinventar a política ambiental do Rio Grande do Sul, que precisa ser menos pessoal ou menos baseada nas relações pessoais. O mérito por conhecimento precisa ter mais espaço na política ambiental dos estados, sem prejulgamento de partidos ou regulações impostas por interesses”, considera Marcelo Dutra, graduado em Ecologia, mestre e doutor em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Agronomia, da Universidade Federal de Pelotas. É professor da Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

Religiões e Sociedade nas trilhas da secularização. Encontros com o professor Dr. Charles Taylor

Evento: Conversação com teólogos/as: Vivencia da fé numa era secular. Um relato autobiográfico.

Data: 26-04-2013

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Evento: Diálogo com filósofos, sociólogos, cientistas da religião e teólogos

Data: 29-04-2013 | Hora: 14h30

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Conferência: Pertença religiosa numa era secular. Desafios e possibilidades

Data: 29-04-2013 | Hora: 19h30

Local: Auditório Central - Unisinos

Mais informações e inscrições no link - <http://bit.ly/Xmy5Mp>

**Tema
de
Capa**

**Destques
da Semana**

**IHU em
Revista**

Agenda de eventos

Eventos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU
programados para a semana de 1º-04-2013 a 08-04-2013

Data: 1º-04-2013

Evento: Ética, Arte, Transcendência – 10ª Páscoa IHU. Ciclo de Filmes Testemunho

Exibição de filme: *Homens e Deuses* (Xavier Beauvois, Drama, França, 2010, 122 min)

Data: 1º de abril

Horário: 9h30 e 15h30

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU.

Mais informações: <http://bit.ly/SSaFZk>

Data: 1º-04-2013

Evento: Ciclo de Estudos em EAD: Sociedade Sustentável

Professor: MS Gilberto A. Faggion

Módulo 2: A questão energética no mundo contemporâneo

Período: 1 a 13 de abril

Local: Plataforma Moodle Unisinos

Mais informações: <http://bit.ly/XuBgMB>

Data: 1º-04-2013

Evento: Mini Curso G. Agambem: O Reino e a Glória

Professor: Dr. Castor Bartolomé Ruiz – Unisinos

Horário: 19h30 às 22h20

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Mais informações: <http://bit.ly/VUyR2V>

Data: 1º-04-2013

Evento: Mostra do ObservaSinós: De olho no Vale

Período: 26 de março a 5 de abril

Horário: 8h30 às 22h

Local: hall de entrada da área de Ciências Humanas da Unisinos

Mais informações: <http://bit.ly/Zu5W0P>

Data: 04-04-2013

Evento: Ética, Arte, Transcendência – 10ª Páscoa IHU

Exibição de filme: *O moinho e a cruz* (Lech Majewski, Drama, Suécia/Polônia, 2011, 91 min)

Horário: 9h30, 15h30 e 19h30

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Mais informações: <http://bit.ly/SSaFZk>

Data: 04-04-2013

Evento: IHU Ideias

Palestra: Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero

Palestrante: Profa. Dra. Marlene Tamanini (UFPR)

Horário: 17h30 às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Mais informações: <http://bit.ly/120bgQI>

Eventos

Giorgio Agamben, genealogia teológica da economia e do governo

Para o pensador italiano, a filosofia política da soberania e a economia política do governo derivam-se da teologia cristã, destaca Castor Bartolomé Ruiz. A oikonomia teológica é a matriz da economia moderna

POR CASTOR BARTOLOMÉ RUIZ

No início de *O reino e a glória*, obra publicada por Giorgio Agamben em 2007, são investigados dois grandes paradigmas modernos, ao mesmo tempo conexos e antinômicos, frisa o filósofo espanhol Castor Bartolomé Ruiz no artigo que escreveu com exclusividade à **IHU On-Line**: “o paradigma da filosofia política da soberania e a economia política do governo derivam-se da teologia cristã. As teorias da soberania modernas derivam de uma teologia política que secularizou o poder soberano de Deus e o transferiu para a figura do Estado mantendo intacto o paradigma da transcendência, o que torna a soberania moderna uma teologia política”. A reflexão faz parte da temática abordada no **Minicurso de Giorgio Agamben – 2013**, do qual Castor é coordenador e conferencista, e cuja programação completa pode ser conferida em <http://bit.ly/VUyR2V>. De acordo com ele, “a oikonomia teológica é a matriz da economia moderna, já que em ambas se desenvolvem conhecimentos e métodos de governo da vida humana”. E completa: “Agamben não se pergunta sobre a validade ou não do discurso teológico cristão, ainda que em mui-

tas ocasiões tenha se manifestado não cristão e como tal não partilha da validade destas verdades”.

Castor Bartolomé Ruiz é professor nos cursos de graduação e pós-graduação em Filosofia da Unisinos. É graduado em Filosofia pela Universidade de Comillas, na Espanha, é mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, e doutor em Filosofia pela Universidade de Deusto, Espanha. É pós-doutor pelo Conselho Superior de Investigações Científicas. Escreveu inúmeras obras, das quais destacamos: *Os paradoxos do imaginário* (São Leopoldo: Unisinos, 2003); *Os labirintos do poder. O poder (do) simbólico e os modos de subjetivação* (Porto Alegre: Escritos, 2004) e *As encruzilhadas do humanismo. A subjetividade e alteridade ante os dilemas do poder ético* (Petrópolis: Vozes, 2006). Leia, ainda, o livro eletrônico do *XI Simpósio Internacional IHU: o (des) governo biopolítico da vida humana*, no qual Castor contribui com uma reflexão intitulada “A exceção jurídica na biopolítica moderna”, disponível em <http://bit.ly/a88wnF>.

Confira o artigo.

Giorgio Agamben tem dado continuidade a suas pesquisas de filosofia política explorando temáticas clássicas, como a relação entre teologia e política, e inovando questões, como a genealogia teológica da economia e o governo modernos. Nas diversas

obras o autor prioriza o método arqueo-genealógico como marca de seu trabalho filosófico.

Na obra publicada em 2007, *Il regno e la gloria. Per una genealogia teológica dell' economia e del governo*, inicia afirmando que sua investiga-

ção se propõe mostrar que dois grandes paradigmas modernos, conexos e antinômicos ao mesmo tempo: o da filosofia política da soberania e a economia política do governo, derivam-se da teologia cristã. As teorias da soberania modernas derivam de uma

teologia política que secularizou o poder soberano de Deus e o transferiu para a figura do Estado mantendo intacto o paradigma da transcendência, o que torna a soberania moderna uma teologia política.

Além dos vínculos teológicos da soberania, Agamben desenvolve nesta obra a tese de que a noção moderna de *economia* deriva da *oikonomia* teológica concebida como ordem imanente divina e doméstica. Deste paradigma teológico se deriva a biopolítica moderna, assim como a economia política e as formas de administração e governo da vida que proliferam por todos os âmbitos institucionais contemporâneos.

A questão da secularização da teologia política moderna já tinha sido exposta anteriormente pelo controverso filósofo do direito Carl Schmitt afirmando a tese, em 1922, de que: “*Todos os conceitos decisivos da moderna doutrina do Estado são conceitos teológicos secularizados*”. Para Agamben a genealogia teológica da economia amplia a abrangência da influência teológica para além do mero direito público da soberania. A genealogia teológica da economia envolve a própria noção de vida humana e sua reprodução social. A implicação dos modos de governo da vida humana na *oikonomia* teológica retroage a origem da política ocidental à noção teológica de *economia da salvação* em que se encontram implicadas a vida divina e a história da humanidade.

A noção teológica de *economia da salvação* concebeu desde seus primórdios que a teologia é essencialmente uma *oikonomia* em que o ser humano criado a imagem e semelhança de Deus não é sujeito de uma política, mas parte de uma economia. Porém a teologia econômica se diferenciava do estoicismo porque pretendia preservar o livre arbítrio das pessoas junto com a vontade divina que rege o mundo. Para o estoicismo a noção de providência se identifica com a necessidade da natureza, enquanto para o cristianismo a economia da providência deve respeitar a liberdade humana e articulá-la com o plano divino da salvação. Em qualquer caso e em última instância, conceber a história como uma teologia econômica significa que a solução dos pro-

“Para o estoicismo a noção de providência se identifica com a necessidade da natureza, enquanto para o cristianismo a economia da providência deve respeitar a liberdade humana e articulá-la com o plano divino da salvação”

blemas históricos não se resolve com meras opções e decisões políticas, senão através de técnicas administrativas e formas governamentais.

Governo da liberdade

A *oikonomia teológica* é a matriz da economia moderna já que em ambas se desenvolvem conhecimentos e métodos de governo da vida humana. O termo grego *oikonomia* tinha o sentido de governar a casa, entendendo o governo como administração hierárquica da vida de todos os integrantes da grande *oikos* grega ou *domus* romana. Já Aristóteles diferencia entre a arte de governar e administrar a *oikos* (*oikonomia*) e a arte da cidadania na *polis* (*política*). Na *oikonomia* não há decisão livre das pessoas, senão administração inteligente das vontades. Na ágora da *polis* deve existir livre decisão dos sujeitos para construir o destino coletivo. A política inventada pelos gregos se propunha diferenciar-se da *oikonomia* neste ponto crítico: na *polis* os sujeitos decidem

livremente seu destino (*política*), na *oikos* as pessoas são governadas/administradas com inteligência (*oikonomia*). Na *oikos* rege o princípio da desigualdade entre os componentes, enquanto na *polis* vigora a isonomia entre todos os sujeitos cidadãos.

O termo *oikonomia* fez um longo percurso nos quatro primeiros séculos de teologia cristã até ser ressignificado como *oikonomia teológica*. Embora o novo sentido teológico continha novos significados, a *oikonomia* teológica manteve a raiz originária de ser o conceito em que se articula a administração da vida, porém com novas questões a respeito da liberdade humana e o plano divino. Estas serão em grande parte serão as questões originárias da economia moderna. A *oikonomia* teológica se colocou como sua questão central a necessidade de compatibilizar o plano da salvação de Deus sobre o mundo (*oikonomia*) com o respeito à liberdade humana e a sua natureza de ser livre.

A economia moderna também tem a mesma questão central no seu discurso. A pergunta sobre como governar a população respeitando a natureza dos seus desejos é o objeto principal da nova área do saber: a economia política. Esta manteve o marco teórico da teologia econômica do governo mudando Deus pelo Estado ou mercado. A questão da *oikonomia teológica* de como Deus pode governar o mundo respeitando a liberdade das pessoas, se transfere literalmente para a economia política que se pergunta como governar as pessoas a partir da sua natureza. Ou seja, como governar os desejos das pessoas, as aspirações das sociedades, os medos, ansiedades, gostos, expectativas, anseios, esperanças das populações. Governar, para a economia política moderna, é governar a liberdade dos outros. Isso significa saber administrar a sua vontade e dirigi-la a metas pré-estabelecidas. Essa é a boa arte de governo da economia política.

Necessitarismo estóico

A *oikonomia* teológica tomou dos estóicos a noção de providência para tentar explicar a relação possível entre o governo divino do mundo e o respeito da liberdade humana. A noção de providência divina foi

apropriada pela economia política e transferida na forma de construção de técnicas de governo apropriadas que compatibilizem as tendências naturais das populações ou “recursos humanos” implicados, com as metas desejadas pelas instituições. O resultado deste deslocamento foi a produção em grande escala de táticas utilitárias de fabricação de desejos, controle de condutas, normalização de comportamentos, padronização de subjetividades.

Os dispositivos das atuais sociedades de controle se legitimam socialmente por serem parte das técnicas de eficiência institucional. Nos estoicos a providência articulava a necessidade da natureza através do que denominavam de efeitos colaterais previstos. A liberdade era necessária. A teologia cristã não aceitou o necessitarismo estoico querendo salvar a possibilidade do livre arbítrio das pessoas em colaboração com o plano previsto por Deus para o mundo. A complexidade de articular a liberdade com um plano prévio fez surgir uma teologia econômica mais complexa.

A vida humana, entre o governo e a alteridade

A economia é governo da vida. Esta afirmação deixa em aberto a pergunta de que tipo de vida se fala, qual a vida humana que deve ser governada? Em obras anteriores, Agamben retomou as distinções que os gregos fizeram sobre os dois conceitos de vida: *zoe* e *bios*. Esta distinção foi amplamente desenvolvida por Hannah Arendt na sua obra *A condição humana*. Os gregos denominavam de *zoe* à mera vida biológica. As plantas, animais e seres humanos tinham em comum a *zoe*. Em todos eles a *zoe* determina o modo biológico de ser de cada indivíduo dentro da espécie e de cada espécie no conjunto da vida. A *zoe* está regida pelas leis da natureza e sobre ela a vontade humana quase nada pode fazer, a não ser adaptar-se às leis naturais. Diferente da *zoe*, a *bios* é a vida humana que podemos construir para além da mera vida natural imposta pela natureza. *Bios* é a vida propriamente humana que se diferencia da mera vida animal, *zoe*. É a vida dos valores, dos modos de subjetivação, relações, personalidades, instituições,

“A *bios* só pode ser humana porque nenhuma outra espécie viva pode construir uma vida própria além da mera *zoe* imposta pela natureza”

etc. A *bios* é a vida construída pela ética e a política. A *bios* só pode ser humana porque nenhuma outra espécie viva pode construir uma vida própria além da mera *zoe* imposta pela natureza.

É conveniente lembrar que a *zoe* era a vida natural governada na *oikos*, enquanto a *bios* era a vida humana construída no espaço da polis. A *zoe* era associada à noção de obediência hierárquica, seja às leis da natureza, seja ao pater famílias na *oikos*. Enquanto a *bios* era a vida dos cidadãos livres. Era a vida livre que cada cidadão tinha possibilidade e direito a construir no espaço da polis.

Agamben lembra que o objeto principal da economia teológica também é a vida humana. Porém o termo utilizado para a vida na economia teológica não é nem *zoe*, nem *bios*, mas *zoe aionos* (vida eterna). A utilização do termo *zoe aionos* como objeto último da *oikonomia* teológica não pode ser nada inocente. Cabe a questão de perguntar sobre que tipo de vida é *zoe aionos*. Agamben não duvida em classificar a *zoe aionos* como uma vida a ser governada (neste caso pela vontade divina) e cujo paradigma se associa mais ao modelo hierárquico da *oikos* que ao paradigma isonômico da polis.

Agamben apresenta amplamente e de forma irrefutável os vínculos *oikonomicos* da *zoe aionos* na teologia cristã desenvolvida a partir do século IV e que perduraram até tempos recentes. Porém talvez seja conveniente lembrar que na teologia cristã sempre

coexistiram paradigmas diferentes, inclusive controversos, a respeito das diversas questões e conceitos. Isso porque a própria definição de teologia implica aproximar o logos da divindade. Esta, por definição, permanece inacessível na sua alteridade ao logos humano, caso contrário, seria um mero objeto de conhecimento, como as outras coisas, encapsulado na racionalidade humana. Esta condição de Alteridade irreduzível a conceito (própria também da condição humana) torna a teologia, qualquer teologia, um exercício metafórico que tenta aproximar a Alteridade divina em conceitos. O que inexoravelmente leva a lacunas sempre a serem questionadas, por serem parte da condição simbólica do ser humano.

Potencialidade política da ruptura messiânica

Um segundo esclarecimento diz respeito ao método arqueogeneológico utilizado por Agamben e Foucault, entre outros. O método arqueogeneológico não questiona a veracidade ou validade das verdades dentro do discurso. Ele não se pergunta sobre a veracidade ou erro de uma verdade dentro do discurso que a produz, neste caso da teologia. Este método investiga os efeitos de poder das verdades nos sujeitos e sociedades que as aceitam como discursos verdadeiros. Toda verdade, quando é aceita como tal, produz um efeito sobre os sujeitos, instituições e sociedades que as acolhem como verdadeiras.

A pesquisa de Agamben pretende traçar os efeitos de poder das verdades teológicas sobre as instituições ocidentais, notadamente sobre as técnicas de governo desenvolvidas pelo discurso da economia política. Agamben não se pergunta sobre a validade ou não do discurso teológico cristão, ainda que em muitas ocasiões tenha se manifestado não cristão e como tal não partilha da validade destas verdades.

No caso que nos ocupa da *zoe aionos*, a análise feita por Agamben sobre seu vínculo com a *oikonomia teológica* é muito pertinente. Contudo cabe também matizar que há outra(s) genealogia(s) possíveis do mesmo termo na própria teologia cristã. Talvez não tenham sido teologias hegemô-

nicas, como foi a da *oikonomia teológica*, mas não se pode desconsiderar que a *zoe aionos* era também o paradigma da teologia messiânica que propugnava pela ruptura histórica tomando como referência a possibilidade de irrupção divina na história. Por exemplo, no livro do Apocalipse, que é o livro por excelência da teologia messiânica cristã, aqueles que sobreviveram à grande perseguição serão levados até as fontes da vida (Apc, 7,17). No julgamento final prevalecerá a justiça dos justos, estes têm seu nome no “livro da vida” (Apc. 20, 12). O livro da vida é objeto principal da teologia messiânica pois estão escritos os nomes dos justos. Estas grandes metáforas da vida na teologia messiânica matem uma tensão de contraste com a vida governada da teologia econômica.

O conflito teológico a respeito da vida humana se transferiu para os paradigmas políticos e econômicos modernos. Se a economia teológica é o paradigma da economia política, a teologia messiânico-profética pode ser considerada o paradigma dos movimentos de resistência. Inclusive, como Foucault denominou alguns deles: movimentos de conta-conduta pastoral. Enquanto a economia política se direciona a administrar a vida humana como recurso natural, *zoe* útil, os movimentos sociais continuam a reivindicar a potencialidade política da ruptura messiânica, em nome da vida.

Para os dispositivos econômicos, a vida se torna um objeto útil a ser administrado segundo a sua natureza. Porém a vida também se manifesta como alteridade irreduzível a conceito e objetivação nas reivindicações dos movimentos sociais. Nesta segunda compreensão, a vida humana é uma alteridade irreduzível ao governo e controle objetivadores; ela, enquanto alteridade, se apresenta como critério ético-político de resistência e ruptura contra os dispositivos de controle. A *zoe aionos* da teologia apocalíptica se deslocou para os movimentos sociais contemporâneos na forma de diversas categorias filosóficas como vidas indignas (Foucault), a vida das vítimas (Benjamin), etc. Os próprios movimentos sociais apresentam um leque amplo de opções sobre o modo de entender a vida humana, desde a

alternativa messiânica de puxar o freio da deste modelo predador da vida, como propunha Walter Benjamin, à revolução armada de George Sorel ou Frantz Fanon. Benjamin entendia que: “*cada instante é a porta por onde pode entrar o messias*”. Cada instante está aberto à possibilidade do novo, o inédito, a ruptura ou a revolução.

Leia mais...

>>> Confira os artigos de Castor

Bartolomé Ruiz sobre o evento

Giorgio Agamben: “O Homo Sacer I, II, III. A exceção jurídica e o governo da vida humana” e a respeito

do curso **Filosofia e sociedade:**

A biopolítica, a testemunha e a linguagem. (Des) encontros filosóficos: M. Foucault, H. Arendt, E. Levinas, G. Agamben:

- Homo sacer. O poder soberano e a vida nua. Revista **IHU On-Line**, edição 371, de 29-08-2011, disponível em <http://bit.ly/naBMm8>
- O campo como paradigma biopolítico moderno. Revista **IHU On-Line**, edição 372, de 05-09-2011, disponível em <http://bit.ly/nPTZz3>
- O estado de exceção como paradigma de governo. Revista **IHU On-Line**, edição 373, de 12-09-2011, disponível em <http://bit.ly/nsUUpX>
- A exceção jurídica e a vida humana. Cruzamentos e rupturas entre C. Schmitt e W. Benjamin. Revista **IHU On-Line**, edição 374, de 26-09-2011, disponível em <http://bit.ly/pDpE2N>
- A testemunha, um acontecimento. Revista **IHU On-Line**, edição 375, de 03-10-2011, disponível em <http://bit.ly/q84Ecj>
- A testemunha, o resto humano na dissolução pós-metafísica do sujeito. Revista **IHU On-Line**, edição 376, de 17-10-2011, disponível em <http://migre.me/66N5R>

- A vítima da violência: testemunha do incomunicável, critério ético de justiça. Revista **IHU On-Line**, edição 380, de 14-11-2011, disponível em <http://bit.ly/vQLFZE>
- Genealogia da biopolítica. Legitimações naturalistas e filosofia crítica. Revista **IHU On-Line**, edição 386, de 19-03-2012, disponível em <http://bit.ly/GHWSMF>
- A bios humana: paradoxos éticos e políticos da biopolítica. Revista **IHU On-Line**, edição 388, de 09-04-2012, disponível em <http://bit.ly/Hsl5Yx>
- Objetivação e governo da vida humana. Rupturas arqueogeneológicas e filosofia crítica. Revista **IHU On-Line**, edição 389, de 23-04-2012, disponível em <http://bit.ly/JpA8G3>
- A economia e suas técnicas de governo biopolítico. Revista **IHU On-Line**, edição 390, de 30-04-2012, disponível em <http://bit.ly/L2PyO1>
- O advento do social: leituras biopolíticas em Hannah Arendt. Revista **IHU On-Line**, edição 392, de 14-05-2012, disponível em <http://bit.ly/J88crF>
- * O trabalho e a biopolítica na perspectiva de Hannah Arendt. Revista **IHU On-Line**, edição 393, de 21-05-2012, disponível em <http://bit.ly/KOOxuX>

Participe...

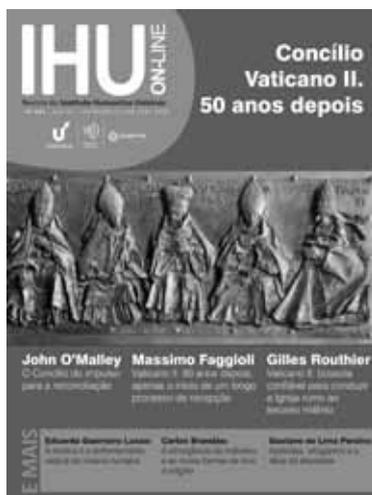
Seminário O pensamento de Agamben: técnicas biopolíticas de governo, soberania e exceção

Programação completa em <http://bit.ly/WdV0ca>

Minicurso de Giorgio Agamben – 2013

Programação completa em <http://bit.ly/VUyR2V>

A partir deste número retomamos edições da revista **IHU On-Line** que já foram publicadas e que, por sua atualidade, merecem ser rediscutidas e revisitadas. Confira as temáticas e acessem as edições online de nossa publicação no site www.ihuonline.unisinos.br.



Concílio Vaticano II. 50 anos depois

Edição 401, de 03-09-2012

Disponível em <http://bit.ly/REokjn>

Há 51 anos começava o Concílio Vaticano II, 21º Concílio Ecumênico da Igreja Católica, que foi convocado no dia 25 de dezembro de 1961, pelo Papa João XXIII e aberto por ele próprio no dia 11 de outubro de 1962. A **IHU On-Line** debateu as possibilidades e os impasses do Vaticano II, meio século depois de seu advento. O tema permanece oportuno sobretudo frente ao cenário inusitado vivido pela Igreja Católica desde a renúncia de **Bento XVI** e da escolha do cardeal jesuíta **José Mario Bergoglio** como o Sumo Pontífice **Francisco**. Leia as entrevistas com **Andrea Grillo**, **Gilles Routhier**, **Johan Verstraeten**, **Massimo Faggioli**, **José Roque Junges**, **Maria Benedetta Zorzi** e **Armando Matteo**. Confira, ainda, as ideias de **João Batista Libânio**, **John O'Malley**, **Margit Eckholt**, **Olga Consuelo Velez**, **José Oscar Bezzo**, **Nancy Cardoso Pereira**, **Rodrigo Coppe Caldeira** e **Faustino Teixeira**.

O Bóson de Higgs e a elegância invejável do Universo

Edição 405, de 22-10-2012

Disponível em <http://bit.ly/SidfGW>

Estranho, belo, assimétrico, fértil e cada vez em mais acelerada expansão. Assim os cientistas entrevistados pela **IHU On-Line** se referiram ao Universo analisando o seu surgimento bem como a confirmação da existência do Bóson de Higgs, no segundo semestre de 2012. Envolto em uma polêmica em função da duvidosa nomenclatura “Partícula Deus”, o Bóson inspirou a edição 405 da revista e trouxe ao debate as origens do cosmos, os grandes desafios da física e mostrou que há muito mais perguntas do que respostas quando procuramos saber mais sobre o Universo. Contribuem para o debate **Arthur Maciel**, **George Coyne**, **Gerard't Hooft**, **Basílio Santiago**, **Gabriele Gionti**, **Gian Giudice**, **Guy Consolmagno**, **Marcelo Gleiser**, **Rogério Rosenfeld** e **Mario Novello**.



A era do lixo

Edição 410, de 03-12-2012

Disponível em <http://bit.ly/WFIkFf>

Números impressionantes revelam a produção de lixo na sociedade contemporânea. Somos efetivamente uma civilização do lixo. “Admite-se que atualmente exista um descarte mundial de 30 bilhões de toneladas de resíduos por ano. Seria meritório advertir que os lixos já assumiram os contornos de uma calamidade civilizatória. Em termos mundiais, apenas a quantidade de refugos municipais coletados – estimada em 1,2 bilhões de toneladas – supera nos dias de hoje a produção global de aço, orçada em 1 bilhão de toneladas. Por sua vez, as cidades ejetam rejeitos – 2 bilhões de toneladas – que superam no mínimo em 20% a produção planetária de cereais, demonstrando que o mundo moderno gera mais refugo que carboidrato básico”. Os dados são trazidos pelo consultor ambiental **Maurício Waldman**. Outros entrevistados da edição 410 da **IHU On-Line** são **Raúl Néstor Alvarez**, **Eglé Novaes Teixeira**, **Antônio Cechin**, **Elisabeth Grimberg**, **Carlos Roberto Vieira da Silva Filho** e **Clóvis Benvenuto**.

Publicação em destaque

Confira uma das publicações mais recentes do Instituto Humanitas Unisinos.



IHU Ideias

A Europa e a ideia de uma economia civil

A edição 183 dos **Cadernos IHU ideias** apresenta o artigo do professor e economista italiano **Stefano Zamagni**¹ intitulado *A Europa e a ideia de uma economia civil*. O texto apresenta uma discussão sobre a identidade e o futuro do continente europeu com um foco especial à economia, fazendo relações com a política e com a história do velho continente. **Zamagni** foi um dos principais consultores do Papa emérito Bento XVI na redação da encíclica *Caritas in Veritate*, publicada em 2009.

Zamagni chama atenção para o fato de que a Europa é o único continente em que houve um processo de secularização após a Revolução Francesa no século XVIII, que resultou no nascimento dos Estados laicos e fez surgir um dilema moral na organização social, onde as regras de mercado devem ser contrabalanceadas com os direitos humanos. Ele apresenta discussões que vão desde as práticas governamentais de aglomeração de poder até ações de políticas públicas de curto prazo que causam prejuízo social no longo prazo.

Por fim, ele sustenta que uma saída para os problemas enfrentados pela Europa seria um retorno ao princípio da reciprocidade, e que muitos dos problemas do mundo derivam de uma escassez social e não material. Fechando o artigo, **Zamagni** lembra que uma das características mais marcante da Europa é justamente a capacidade de transformar estruturalmente.

Os **Cadernos IHU ideias** podem ser adquiridos na Livraria Cultural, no campus da Unisinos ou pelo endereço livrariaculturalsle@terra.com.br.

A partir do próximo dia 4 de abril esta edição estará disponível, na íntegra, no sítio do IHU, em formato PDF.

Mais informações podem ser obtidas no link bit.ly/GD6sTY ou pelo telefone (51) 3590 4888.

¹ Stefano Zamagni esteve no Instituto Humanitas Unisinos - IHU em junho de 2012 e é autor de inúmeros livros, dentre os quais destacamos *Microeconomia* (Ed. Il Mulino, 1997), *Profilo di Storia del Pensiero Economico* (Ed. Nuova Italia Scientifica, 2004), *Per una Nuova Teoria Economica della Cooperazione* (Ed. Il Mulino, 2005) e *L'Economia del Bene Comune* (Ed. Città Nuova, 2007). Em português, publicou recentemente *Economia Civil: Eficiência, Equidade e Felicidade* (Ed. Cidade Nova, 2010), com coautoria de Luigino Bruni. (Nota da IHU On-Line)

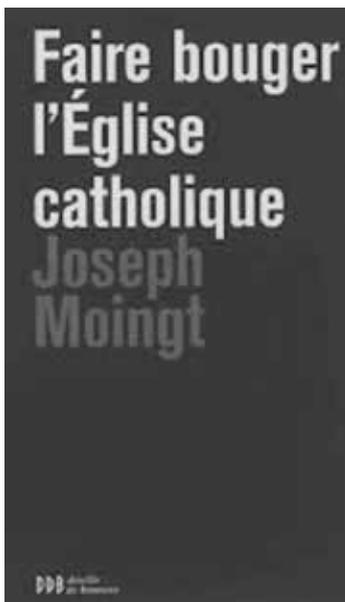


PAZ, Octavio. *Sor Juana Inés de la Cruz o las trampas de la fé.* Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2004. 673p.

O que leva um Octavio Paz, Prêmio Nobel de Literatura (1990), a escrever uma biografia sobre uma freira pouco santa como Sor Juana? Essa foi a pergunta que me levou a pegar o livro na mão numa livraria em Lima, Peru. Uma religiosa do século XVII, mexicana, que morre com pouco mais de 40 anos e que merece quase 700 páginas de biografia não se encontra em cada esquina. Mulher, mística, rebelde,

filha bastarda, mas sobretudo uma intelectual que pensa e escreve em prosa, e cujo principal objeto é o amor, não o divino, mas o humano, o demasiado humano. Para fazer isso Sor Juana se vale de uma erudição invejável da mitologia grega e latina com cuja reconstrução nos conduz, e se expõe, aos mais pouco ortodoxos e profundos mistérios do amor humano. Octavio Paz a situa no seu contexto histórico tornando-a ainda mais fascinante.

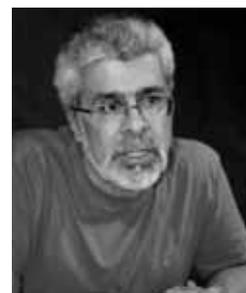
Alfredo Culleton, filósofo, coordenador da Pós-Graduação em Filosofia da Unisinos; professor na Unisinos



MOINGT, Joseph. *Faire bouger l'Église catholique.* Paris: Desclée de Brouwer, 2012

Neste tempo de muita discussão em torno da Igreja Católica romana, indico a preciosa leitura do livro do teólogo jesuíta Joseph Moingt (1915). A obra recolhe alguns artigos publicados pelo teólogo nos últimos anos. Os temas são de grande atualidade: o anúncio do evangelho e as estruturas da Igreja; o humanismo evangélico; a condição das mulheres na Igreja. Tendo em vista as “graves divisões internas” que marcam o campo religioso católico atual, o autor chama a atenção para a retomada dos valores fundamentais do reino de Deus e da importância da revitalização da fé a partir do mergulho essencial no Evangelho. Sinaliza que o cristianismo transborda a igreja por todos os lados e guarda consigo valores fundamentais como liberdade, igualdade e fraternidade, que foram meio sequestrados no atual processo de restauração eclesial. Talvez o traço fundamental a marcar a dinâmica evangelizadora hoje é, a seu ver, a recuperação e a busca de sentido.

Faustino Teixeira, teólogo, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF



Entrevista de Eventos

Imbricações entre as tecnologias da reprodução assistida e a cultura da maternidade

A pesquisadora Marlene Tamanini fala sobre os impactos sociais relacionados ao desenvolvimento das tecnologias de reprodução humana

POR RICARDO MACHADO

“Tomar maternidade como parte do trabalho da sociedade, tanto cultural como simbólico, metafórico, afetivo e político, poderia contribuir para desconstruir a insistência sobre uma determinada constituição do ser feminino e de sua complexão. Essa instância poderia estar fora da essencialização de uma vida, e ocupando um lugar nas escolhas como possibilidades, nunca o lugar da imposição”, avalia Marlene Tamanini, pesquisadora e doutora em sociologia da Universidade Federal do Paraná. Na próxima quinta-feira, 04-04-2013, a pesquisadora realizará uma palestra na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU, abordando o tema das implicações tecnológicas relacionadas à

reprodução assistida e seus impactos sociais, sobretudo relacionado à questão de gênero. Marlene Tamanini é professora na Universidade Federal do Paraná – UFPR – e foca seus estudos nas abordagens de gênero. Realizou doutorado no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas – DICH pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003) e doutorado sanduíche no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS/França em 2003). É autora dos livros *Reprodução assistida e gênero: o olhar das ciências humanas* e *Livro didático da disciplina de Sociologia* (Florianópolis: UFSC/Sc, 2009).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como interagem a tecnologia da reprodução assistida e a cultura da maternidade como condição da felicidade feminina e da família?

Marlene Tamanini – As tecnologias da reprodução humana deslocaram suas representações dos seus campos primeiros nas décadas de 1980 e 1990. Neles eram focados aspectos que falavam de estimulação ovariana com protocolos, dito simples. Falava-se em inseminação artificial, bebês de proveta e raramente se apontava para a fertilização *in vitro*, ou para o diagnóstico preimplantacio-

nal, já utilizado neste contexto. Havia muitas reservas sobre estas práticas, sobretudo da parte do movimento feminista, que era contrário à medicalização dos corpos das mulheres. A discussão a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos era bastante focada nos danos do uso dos hormônios e na separação entre sexo e reprodução, tanto para o campo dos direitos considerando-se a contracepção como para a pergunta a respeito de qual poderia ser a ética fronteira entre estimulação ovariana e a intervenção na sexualidade e na reprodução humana. Este discurso perdurou e perdura

em muitos espaços. Nesse contexto demarcaram-se estudos importantes também sobre riscos para bebês e forjaram-se duas tensões entre as posições feministas: uma a de que as novas tecnologias conceptivas excluía as mulheres sozinhas, lésbicas, transexuais e homossexuais e promoviam a família nuclear heterossexual como modelo ideal de ambiente para uma criança; a outra era a que entendia essas tecnologias como possuidoras de um caráter demasiado experimental em suas intervenções sobre os corpos das mulheres e sobre o que podem significar para a sua saúde e dos seus

bebês. Hoje a alta complexidade dos procedimentos não diz respeito somente aos hormônios, ovários e úteros. Está focada no sêmen e nos embriões. Contam sobremaneira, a alta qualidade dos gametas, os melhores embriões e os melhores produtos laboratoriais e tecnológicos para se fazerem filhos. Essa dinâmica constata-se tanto em relação aos que desenvolvem tecnologia voltada à melhoria da qualidade e da morfologia dos gametas, a avaliação da mobilidade e das reações na presença de inibidores como no desenvolvimento tecnológico que se volta para os congelamentos, à manutenção e a maturação dos óvulos e dos espermatozoides. Ou ainda, nas tecnologias para testes, experiências, controles, intervenções, reconstituições, aberturas, quebras de resistências sobre os gametas e sobre o controle dos riscos nos processos de laboratório. Gametas, óvulos e embriões tornaram-se particularmente rentáveis, exigentes em termos de pesquisa, prazerosos em suas possibilidades investigativas e desafiadores à engenharia da reprodução. Essa dinâmica visibiliza a normatização de órgãos e células, mais do que dos corpos, e mais do que de relações sociais, insere-se em uma biopolítica generificada, altamente rentável, em conexão com os processos biotecnológicos e com a conformação entre desejo, ciência e tecnologias.

Maternidade, paternidade e felicidade

É esta conformação que faz uma profunda conexão entre a oferta de possibilidades a solução de problemas de infertilidade ou de infecundidade para casais homossexuais e a possibilidade de projetos de maternidade e paternidades propostos como felicidade para os casais e para o fazer modelos de família com filhos. Da parte médica, especialmente masculina, existe uma narrativa positiva a respeito da paternidade científica, da fabricação da ciência e da tecnologia; que resulta em um produto diferente, um ser vivo. A este aspecto agrega-se um elemento simbólico muito forte. Faz-se valer uma conexão com o pro-

cesso criador que é experimentado de maneira intensa por especialistas e casais. Os especialistas encontram assim seu deleite a medida que falam e agem sobre embriões, óvulos, gametas, tecnologias e que extraem prazer do conhecimento, das trocas que fazem nos congressos, de onde relembram sobre como evoluíram desde as primeiras intervenções. Este contexto que é tecnológico também é biopolítico e emocional e está na ordem da formação de noções sobre fazerem-se filhos e da produção de corpos férteis, como noções não apenas biológicas, mas também sociais e institucionais, ou do domínio dos desejos, das emoções e dos vínculos com os diversos aparatos biotecnológicos. O eu que deseja filhos, quando sua busca é por meio de reprodução assistida, está envolto em um ato de desejar que é compartilhado pelo entorno biomédico e que não se separa de um alto investimento, tanto no objeto de desejo, o filho, quanto em tecnologia, mercado e confiança em sistemas que são propostos por peritos deste campo, e que também dizem respeito à intimidade, às dores ocultas, aos desejos de autoidentificação, à vontade de criar e às carências.

Assim, fazerem-se filhos nesses diversos arranjos é produzir um remédio (o filho) para uma doença – a infertilidade – e para as muitas situações de anomalias sociais, pessoais, familiares. São condutas argumentativas cujo teor leva uma mulher, mais do que o casal, ao extremo em sua busca; até que ela não possa mais.

IHU On-Line – De que maneira as relações de gênero são marcadas por tais avanços tecnológicos na área da reprodução?

Marlene Tamanini – Uma das áreas em que aconteceram importantes mudanças diz respeito ao sexo e à sexualidade. Hoje, como o foi no passado, o campo da maternidade continua ancorado na diferença dos corpos e dos gametas. Porém, em relação a sexo, este deixou de ser necessário à reprodução, embora grande parte da reprodução ainda necessite de gametas que se encon-

trem por meio de relação sexual. Dessa maneira, frente às relações de gênero relativas à reprodução, pode-se afirmar que, na medida em que esta dinâmica da biotecnologia dá entrada no campo da sexualidade reduzida ao seu aspecto reprodutivo, fica evidente um importante deslocamento de questões do imaginário do sexo para a esfera tecnológica. O sexo desaparece para dar lugar à ordem simbólica do tecnológico e de suas múltiplas possibilidades. Essa ordem de coisas, em reprodução assistida, articula argumentativamente e, para fins de aceitação dessas práticas, uma sexualidade procriativa, com relações sexuais medicalizadas. Assim, os sentidos da sexualidade, as dimensões do afeto, as relações de amizade, o contexto mais amplo da vida em sociedade e do trabalho são reduzidos frequentemente ao sofrimento, ao esforço e ao desejo de busca por um filho. Essa dimensão torna-se tão abarcadora e tão incommensuravelmente prioritária que reduz em muito outra possibilidade para essas mulheres, para alguns casais também, embora reduza menos para os homens individualmente. Uma vez no campo e nas metas da reprodução com ajuda tecnológica, o sentido dela se modifica; já não é o que parecia antes, subsumindo o da sexualidade, em qualquer modelo heteronormativo; ele modifica-se. Agora frente a uma injeção intracitoplasmática de espermatozoide, uma capacitação espermática, ou a uma vitrificação de gametas e/ou embriões, distancia-se ainda mais do sexo e da sexualidade. Caminha-se em direção às biotecnologias e ao imaginário da clonagem ou das hibridizações celulares e embrionárias, da seleção de embriões com maiores capacidades de implantação e sem doenças genéticas, aspecto que se vincula ao diagnóstico preimplantacional também.

Experimentação

Desse modo, toda a discussão sobre as materialidades envolvidas em processos reprodutivos torna-se suporte para o desenvolvimento e a

experimentação de outras práticas, cada vez mais distantes dos conteúdos que dizem respeito a experiência com o sexo reprodutivo. Essas se desenvolvem em uma arena de relações que atendem a fins comerciais e de políticas tecnológicas “dollyficadas”, expressão que utilizo em uma clara referência a ovelha Dolly nascida sem sexo. O sentido mais tradicional da sexualidade focado na diferença dos gametas; talvez siga quase intacto em relação à prática laboratorial e à referência genética reprodutiva em geral, e se apresente com mais força nas representações sobre menopausa e velhice. A maternidade é o último grito de um corpo em constituição como ação e experiência desejada e subjetivada; as mulheres se tornam co-participantes e corresponsivas desses “grandes feitos”, um filho. Os homens nesse contexto não vivem normalmente o mesmo sentido reprodutivo, também porque não ouvem com frequência algum discurso sobre o seu envelhecimento reprodutivo, sobre seu sêmen, ou sobre a baixa capacidade espermática de fecundar. Sequer eles se colocam na necessidade de ter um filho no projeto de sua vida desde a mais tenra idade. A representação da paternidade não os acompanha com igual força desde meninos, e não se coloca de imediato frente a perspectiva de um casamento. A ideia de ser pai começa a rondar seu entorno quando a mulher manifesta-se falando ou buscando entender por que ainda não engravidou, é então que ela pressiona seu relacionamento trazendo esse tema. Igualmente, a invenção deste relógio biológico feminino se inscreve no registro do “corpo útil” em vez de um registro sobre o “corpo inteligível”, expressões foucaultianas que não são do mesmo porte e nem cumprem igual função simbólica para o masculino. Desse modo, enquanto o corpo inteligível abrange representações científicas, filosóficas e estéticas, favoráveis à sexualidade masculina. O corpo útil só aparece como um conjunto de representações, de regras e regulamentos práticos para as mulheres referidos à maternidade e ao cuidado materno infantil.

O lugar da maternidade

Portanto, sexo só existe se reprodutivo. No caso da mulher, a maternidade segue-se definindo-a e ocupa um lugar fundador do seu ser, que só desta maneira tem uma identidade reconhecida no cerne deste tipo de abordagem. Esta se refere à ordem reprodutiva e, em reprodução assistida é a maternidade que a define, ainda que as circunstâncias atuais dos estudos tenham marcado importantes mudanças relativas à família e à sua organização. E, ainda que as relações vinculadas à conjugalidade e ao parentesco se encontrem bastante mais inseridas nos valores democráticos da igualdade entre os sexos e, em muitas organizações sociais, políticas, econômicas, familiares, educacionais, de saúde, de direitos e de coparticipação na cidadania; e embora em muitos países a mãe, paradoxalmente, segue ora sendo sujeito de direito e ora perdendo o que lhe foi um dia reconhecido. A maternidade, como uma escolha pertencente ao campo da autonomia das decisões, da liberdade, do conhecimento e da ética de si das mulheres, ainda segue titubeante frente a atender a um processo de naturalização e essencialização, ou a ser uma escolha como parte de sua autonomia. Encarar a maternidade como parte do trabalho da sociedade, tanto cultural como simbólico, metafórico e afetivo, poderia contribuir para desconstruir a insistência sobre uma determinada constituição do ser feminino e de sua compleição. Essa instância poderia estar fora da essencialização de uma vida, ocupando um lugar nas escolhas, nas possibilidades, mas nunca o da imposição. Desse modo, a experiência com um corpo fora desse significado impositivo já não lembraria a dor, a depressão ou a “morte” social, que se traduz em ausência de reinserção social pela qualificação da mãe, pela ausência dos sinais externos referidos à gravidez, aos filhos e, no que tange ao vivido, como sendo a eminência de um processo intenso de envelhecimento, de perda de afetos e das redes de participação e re-

conhecimento social, especialmente quando não os tem.

IHU On-Line – Como esse avanço científico resulta em uma cultura em que ter filhos se torna quase uma obrigação?

Marlene Tamanini – A primeira questão a se considerar para responder a esta pergunta talvez diga respeito a uma outra pergunta: Seria o desejo de filhos sempre compulsório? Quando observo os conteúdos das falas de mulheres, tanto em situação de entrevista quanto em relação aos materiais coletados de sites de clínicas, estas clínicas que mantêm os depoimentos das mulheres a respeito de seus médicos e de seus tratamentos, ou ainda quando analiso os conteúdos de blogs de mulheres narrando sua experiência com a busca por filhos, observo que a maternidade é frequentemente tratada como um lugar da libido colonizada, expressão que tomo de empréstimo de Bensusan (2006). Desde este lugar o filho ocupa um espaço tão vital na esfera do desejo que ele povoa todo o imaginário de quem o busca. Nesse contexto, portanto, o desejo é habitado por imagens, canções, poesias, sonhos, tais como os que retirei de alguns sites de clínicas espanholas e que as apresento recortadamente por meio dos títulos, isso para dar uma ideia aos que me leem de qual é o tipo de conteúdo que povoa o imaginário de quem faz da saga sobre como ter um filho grande parte do seu investimento biopsíquico-emocional, expressão maussiana, além da realização de grande investimento econômico.

As canções e as poesias falam de *Un muñeco de carne, mitad de mí, tu mitad yo, vientre de cuna, la dulce espera, milagro, canción para mí bebe, para mí bebe que esta por nacer, carta para mí bebe, diario para mí bebe, carta de un bebe a su mamita, carta para mí hijo que aún no existe*, dentre tantas outras. Estas expressões são marcas de um desejo, um desejo compulsório, no sentido de que ele corresponde ao instituído e aos efeitos do processo de sua instituição com cor-

respondência da vontade, sobretudo por parte das mulheres. Seja os discursos, as imagens, os sonhos vendidos, os sucessos relatados, acalentam esperanças e são parte de um contexto de significados produzidos por sujeitos. Apresentam-se como amparo à sua dor por ausência, ou como suporte à luta para ressignificar a relação pessoal com o mundo em que vivem, com seus contextos culturais, ou com sua relação conjugal.

Contextos heterossexuais e homossexuais

Evidentemente, contextos heterossexuais e homossexuais parecem demarcar experiências que têm como pontos de partida e como desejos conteúdos diferentes a respeito da busca por reprodução assistida. Assim, a vontade de legitimar a relação por meio de um filho ou filha parece ser apresentada com mais frequência por mulheres em conjugalidade lésbica do que entre casais héteros, que parecem se voltar muito mais a sanar uma doença da infertilidade que, em muitos casos, terminam por transparecer ser uma exclusividade da mulher, aspecto que não se encontra em relações lésbicas, estudadas por Amorim (20130, por exemplo, em que a busca é parte constitutiva de uma relação de duas pessoas que querem consolidar sua vida com filhos.

Ser mãe em casamento heterossexual – campo que eu investigo – é pensar-se dentro do que se compartilha pelo saber clínico, científico e social, como ser normal, ser como muitas mulheres o são, “ser mãe como minha mãe”, dizia uma entrevista no trabalho de Fitó (2009). Evidentemente, estes aspectos, além das questões vinculadas aos sentidos compartilhados nas representações que circulam pelas relações sociais, nas instituições, entre amigos, entre familiares, no trabalho, nas clínicas de ginecologia e obstetrícia, também dizem respeito aos projetos pessoais e aos significados criativos dados à própria vida. Eu não os nego, e estes ganham força no campo dos avanços científicos na medida em que se conectam em muitas interfaces de saberes, poderes, discursos

e possibilidades para se fazerem filhos. Portanto, quando se coloca a pergunta: “Como esse avanço científico resulta em uma cultura onde ter filhos se torna quase uma obrigação?”, eu deveria me reportar a uma história longa que diz respeito às práticas científicas sobre a reprodução e os muitos mitos e representações a relativos à fertilidade, infertilidade, bem como aos diferentes conteúdos que fazem este campo com suas datações. Na ausência de poder fazê-lo neste texto, me detenho a dizer que um conjunto de ideias vem sendo produzidas no que tange ao que eu costumo chamar de reprodução global. Isso que envolve fertilidade, infertilidade, quantos filhos ter, contracepção, queda de fecundidade, envelhecimentos da população, novos arranjos familiares, venda de produtos reprodutivos, tecnologias para gametas e embriões, circulação e doação de gametas e úteros, tudo o que constitui um investimento global em reprodução humana faz este campo e estes desejos. Desde os produtos dos corpos até os laboratórios e os grandes mercados conceptivos, com seus grandes sacerdotes que são os especialistas de diferentes e ampliadas perspectivas profissionais tais como: ginecologistas, bioquímicos, biólogos, embriologistas, técnicos de laboratório, endocrinologistas, psicólogos, pediatra, anestesiológicos, advogados, tradutores, administradores de empresas, geneticistas, andrologistas, urologistas. A ausência de filhos é um tema mais complexo que sua leitura como um problema de infertilidade física. A maternidade implica uma construção que se inicia muito antes de chegar a enfrentar-se com qualquer sentido de decisão para ser mãe.

IHU On-Line – Que relações se estabelecem entre os interesses tecnológicos, de mercado, biomédicos e a necessidade da maternidade e paternidade biológicas?

Marlene Tamanini – As representações e as imagens diversas em reprodução assistida encontram-se disponíveis para: ilustrar tecnologias, informar sobre processos corpos e células, propor soluções clínico/mé-

dicas aos quadros de infertilidade, gerar esperança, vender ideias e emocionar. Além de servir para comparar possibilidades entre clínicas, países, profissionais, técnicas, materiais de cultivo em laboratório. Para produzir saberes, traduzir conhecimentos, envolver os compradores, instituir significados, organizar sentimentos. Assim escrutinar e persuadir. Dar impulso a narrativas de mundo, mais ou menos homogêneas sobre maternidades, paternidades, famílias, filhos por meio da tecnologia, das biotecnologias. As informações são sobre o corpo e as células, mas fazem uma identidade composta com células, órgãos, embriões que são tanto biológicas, tecnológicas, químicas, estéticas, midiáticas, e sentimentais, tanto quanto políticas. Propõe-se um desejo de maternidade, e como adendo a ele a paternidade, que pode ser o que é alienado de si, e que corresponde ao abandono de uma posição de sujeito como capaz de escolher. Porém, no discurso das mulheres, normalmente, não se põe de manifesto uma demanda por filhos tão monolítica, quanto o é, no campo das novas tecnologias reprodutivas. Em sua experiência mais ampla, o desejo de maternidade, não ocupa um campo tão puro. Elas falam também de seu lugar cocriativo, organizam um lugar para seu corpo, casamento, para as perguntas dos outros e um intenso trabalho de imaginação na construção de suas subjetividades.

IHU On-Line – Quais os impactos que estas práticas têm nas adoções e como isso se reflete socialmente?

Marlene Tamanini – É frequente que se escute a pergunta a respeito de por que os casais não adotam quando se fala em reprodução assistida. Estes conteúdos sobre adotar, ou ter filhos seus são de ordens diferentes. A questão da adoção, se choca frontalmente, com a decisão por reprodução assistida e muitos casais que buscam estes tratamentos já têm filhos adotados. Eles querem garantir semelhanças físicas e psíquicas e querem garantir continuidades genéticas, nem sempre reconhecidas nos adotados. Acreditam que com os seus, o futuro será

menos incerto e que a semelhança consanguínea e psíquica fundamenta os processos de filiação. Nos casos de casamentos lésbicos tem aparecido a relação de afeto, como uma relação que se amplia quando duas mulheres têm filhos e parece que a partir deste lugar esta relação é normatizada porque se restabelecem as hierarquias geracionais, mães, pais e avós. Os filhos as reinserem na família de origem segundo estudo de Amorim (2013). A reprodução assistida não parece impactar decisões sobre adoção, em parte porque muitos casais em reprodução assistida já adotaram, em parte porque nem todos que adotam estão em condições de fazer reprodução assistida. Estas são experiências e decisões de ordens diferentes. Evidentemente envolvem valores de diversas complexidades que necessitam de análises. Desejo de filhos e desejo de maternidade, demanda por filhos podem estar em lugares diferentes, ao mesmo tempo que paradoxalmente juntos. A ausência de filhos é um tema mais complexo do que sua leitura como um problema de infertilidade física. A maternidade implica-se com uma construção que se inicia muito antes de chegar a enfrentar-se com qualquer sentido de decisão para ser mãe.

IHU On-Line – Como esse discurso social sobre a maternidade ilustra valores patriarcais e como as ideologias de gênero aparecem neste contexto?

Marlene Tamanini – No campo da reprodução assistida segue-se importante processo de essencialização da maternidade biológica. Para os médicos, filho ainda é percebido no contexto da representação sobre o instinto, como de base genética, portanto, considerado uma relação vital desesperada, que busca perpetuar a espécie. Desta falta de contexto e de relação histórica datada sobre a maternidade, demarca-se uma ordem de mundo que reproduz muitos processos de intervenções, mas com poucos questionamentos sobre a construção de outras possibilidades para a vida em família, mas sobretudo para o ser

mulher. O modelo normativo segue sendo o heterossexual, ainda que já tenham entrado pessoas LGBTQBT nestes processos. A centralidade destes processos ocorrem sob a centralidade da mãe e a paternidade não tem sido discutida com o mesmo investimento simbólico e tecnológico. O homem infértil se torna pai na condição de marido, nem sempre a paternidade é de fato intencional. O anonimato da doação de sêmen tem permitido a manutenção de mecanismos de proteção para crianças e para doadores, mas de outro lado, tem ajudado a protelar a discussão sobre a possibilidade de outras pessoas entrarem nos processos reprodutivos. O anonimato esconde o doador e reforça o pai biológico sob uma falta biológica. Se houvesse o aparecimento do doador, o estatuto do pai biológico sob o signo da falta sofreria um deslocamento para outras esferas, a do marido da mãe, ou do pai social, como já o é para adoção. Existem ainda silêncios e preconceitos que não atingem só as mulheres, mas que fazem com que o processo de subjetivação impeçam os homens de olhar para sua infertilidade sem que se pensem impotentes sexualmente. É comum que eles sintam que não podem demonstrar fraqueza sob pena de comprometerem seu dever de heteronormatividade. Eles devem eliminar dúvidas sobre a assimetria hetero e homo. Receber sêmen é confundir essas fronteiras e cair no vazio genético. A mulher do casal heterossexual não se localiza nesta fronteira. Receber óvulos lhe dá a condição de gestar e amamentar. O físico dá ao social uma prova e o anonimato resguarda o casal ao olhar do outro. Outro aspecto, dentre muitos outros presentes no discurso social da maternidade diz respeito a própria política de reprodução que carece de politização da maternidade. Não se tem considerado o cuidado para com os filhos, sequer as políticas de renda. Ausência de políticas que sejam facilitadoras de apoios aos cuidados e sem a administração equitativa do tempo do cuidar, no seu sentido amplo; não só da assistência à vulnerabilidade, ou as necessidades de pessoas que perderam sua autono-

mia, mas como preocupação e solicitude em direção as mudanças, e, na construção de estratégias de inserção das cuidadoras nas proteções que lhes devem ser devidas por parte do Estado. Necessita-se de uma compreensão de cuidado que envolva uma comunidade mais ampla, face às pessoas consideradas vulneráveis e necessitadas. Tomar maternidade como parte do trabalho da sociedade, tanto cultural, como simbólico, metafórico, afetivo e político, poderia contribuir para desconstruir a insistência sobre uma determinada constituição do ser feminino e de sua compleição. Essa instância poderia estar fora da essencialização de uma vida, e ocupando um lugar nas escolhas como possibilidades, nunca o lugar da imposição.

Bibliografia

- FITO Carme. Identidad, cuerpo y parentesco: Etnografía sobre la experiencia de la infertilidad y la reproducción asistida en Cataluña. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2010. 362 p.
- LAQUEUR, Thomas. La construcción del sexo. Cuerpo y género desde los griegos hasta Freud. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994. p. 15 – 53
- _____. De sexo Cronometrado ao Casal infértil. GROSSI, Miriam; PORTO, Rozeli; TAMANINI, Marlene (org.). Novas Tecnologias Reprodutivas conceptivas: Questões e Desafios. Brasília: letras Livres, 2003. p. 123-136.
- _____. Tecnologias conceptivas: da intervenção tecnológica à moral do ter que fazer. In: MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK, Susana (Org.). Saberes e fazeres de gênero: entre o local e o global. Florianópolis, 2006. p. 271-293
- _____. Tecnologias reprodutivas conceptivas: imperativo da maternidade? Ou outro lugar de fala? In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria, AREND, Sílvia Maria Favero. Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade. Florianópolis: Editora mulheres, 2010. p. 209-231.
- TAMANINI, Marlene. Gendriificação, ciência e ética em contextos de experiência reprodutiva. Rev. Pistis Praxis., Teologia Pastoral., Curitiba, PUC, v. 4, n. 1, p. 107-134, jan./jun. 2012.
- THERY, Irène. “El anonimato en las donaciones de engendramiento: filiación e identidad narrativa infantil en tiempos de descasamiento”. Revista de Antropología Social. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, v.18, p.21-42, 2009.

ACESSE AS REDES SOCIAIS DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU

FACEBOOK



BLOG



TWITTER





A Europa e a ideia de uma economia civil

A edição 183 dos Cadernos IHU ideias apresenta o artigo do professor e economista italiano Stefano Zamagni, intitulado A Europa e a ideia de uma economia civil. O texto apresenta uma discussão sobre a identidade e o futuro do continente europeu com um foco especial à economia, fazendo

relações com a política e com a história do velho continente.

Os Cadernos IHU ideias podem ser adquiridos na Livraria Cultural, no campus da Unisinos ou pelo endereço livrariaculturalsle@terra.com.br.

A partir do próximo dia 4 de abril esta edição estará disponível, na íntegra, no sítio do IHU, em formato PDF. Mais informações podem ser obtidas no link bit.ly/GD6sTY ou pelo telefone (51) 3590 4888.

Tecnologia, biomedicina e gênero

Na próxima quinta-feira, dia 04 de abril, será realizada uma palestra com a Profa. Dra. Marlene Tamarinini, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), sobre o tema "Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero". A atividade acontece das 17h30 às 19h, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU e tem entrada franca. Confira, nesta edição, uma entrevista concedida pela palestrante, onde adianta aos leitores e leitoras aspectos da temática a ser abordada.



Direito, cinema e o imaginário jurídico



Em uma promoção PPG em Direito, com o apoio do Núcleo de Direitos Humanos, do grupo BioTecJus e do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, o projeto "Direito e Cinema: reflexões sobre o imaginário jurídico" tem o objetivo de exibir filmes seguidos de debates, a partir de uma perspectiva

interdisciplinar, visando à discussão e problematização dos temas gênero, novas tecnologias, violência, democracia, etc., por meio da linguagem cinematográfica.

O projeto inicia na próxima quinta-feira, dia 4 de abril, com a exibição do filme "A pele que habito", de Pedro Almodóvar (Espanha, 2011).

Mais detalhes da programação encontram-se na seção de eventos do sítio do IHU: www.ihu.unisinos.br